



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Mestrado em Museologia

Dissertação

A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades

Isabel Cristina Neto Soares

Orientadora:

Maria Clara de Frayão Camacho
Mestre em Museologia e Património e Doutoranda em História/Museologia

Co-Orientadora:

Dália Paulo
Mestre em História da Arte e Doutoranda em Museologia

Agosto 2012

Mestrado em Museologia

Dissertação

A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades

Isabel Cristina Neto Soares

Orientadora:

Maria Clara de Frayão Camacho
Mestre em Museologia e Património e Doutoranda em História/Museologia

Co-Orientadora:

Dália Paulo
Mestre em História da Arte e Doutoranda em Museologia

Agosto 2012

À minha mãe Maria Helena

AGRADECIMENTOS

Este trabalho constitui uma etapa importante de um percurso profissional e pessoal efectuado nos últimos anos.

O meu agradecimento a todos os que tornaram possível ou contribuíram de forma determinante para a realização deste trabalho, dos quais distingo a colaboração de Guiomar Ventura.

À Dra. Clara Camacho e à Dra. Dália Paulo, pela competente orientação dispensada a este estudo, pelo incentivo e, simultaneamente, pela exigência e rigor face à actividade de investigação.

A todos os representantes das entidades regionais algarvias e da Rede Portuguesa de Museus e a todos os colegas que trabalham nos museus do Algarve e fazem parte da Rede de Museus do Algarve, pela disponibilidade que manifestaram e pelo contributo que deram ao estudo nos diferentes momentos de recolha.

À minha família e especialmente à minha amiga Ana Filipa Alexandre por toda a sua ajuda e apoio durante este percurso, pelo seu incentivo e pelo seu optimismo e por fazer-me acreditar.

RESUMO

“A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades”

A presente dissertação tem por objectivo o estudo do funcionamento e das potencialidades da Rede de Museus do Algarve (RMA). Esta rede é composta por dezasseis instituições de carácter museológico, compreendendo toda a região algarvia.

Passados três anos e onze meses de existência é analisada a forma como a RMA se encontra estruturada e organizada e como desenvolve o seu trabalho em rede.

Os resultados da investigação evidenciam o tipo de funcionamento da rede e cartografam os pontos fortes, os pontos fracos e as perspectivas futuras da RMA. São ainda apresentadas algumas sugestões para a continuidade e o crescimento desta rede.

Este estudo mostra que o caminho a seguir para os museus da RMA é o de ‘mais rede’, intensificando a partilha de informação e de recursos, formação e projectos culturais a nível regional.

Palavras-chave: Redes museológicas regionais, museus do Algarve, Rede de Museus do Algarve, articulação, cooperação.

ABSTRACT

"Algarve Museum Network: Procedures and Potentialities"

This thesis aims to study how the Algarve Museum Network (*Rede de Museus do Algarve* – RMA from now on) works and what potentialities it displays. The RMA is constituted by sixteen institutions throughout the Algarve. After three years and eleven months of existence, it is now possible to assess its structure, organization and the development of its network activities.

The outcomes of this research disclose the way the RMA works and maps out its strengths, its weaknesses and future perspectives for RMA. Some recommendations to maintain and expand this network are also presented.

The research indicates that the future requires RMA to invest in “more networking”, which means sharing more information, resources and developing more training courses and cultural projects at the regional level.

Key-words: Regional museological networks, museums in the Algarve, Algarve Museum Network, articulation, cooperation.

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REDES MUSEOLÓGICAS EM PORTUGAL.....	5
1. Conceito de rede: uma breve síntese	5
2. Redes culturais	8
3. Redes de museus em Portugal	9
3.1. Rede Portuguesa de Museus e trabalho em rede.....	13
3.2. Redes regionais de museus	20
CAPÍTULO II – DOS MUSEUS DO ALGARVE À CRIAÇÃO DA REDE	29
1. A realidade museológica algarvia	29
2. Museus do Algarve da RPM	42
3. Fundamentos para a criação de uma Rede de Museus no Algarve	45
4. Génese da Rede de Museus do Algarve	48
CAPÍTULO III – REDE DE MUSEUS DO ALGARVE	51
1. Estruturação e funcionamento da RMA	51
2. A “Carta de Princípios” – missão e princípios orientadores da RMA	53
3. A RMA, uma rede em construção	55
3.1. Museus da RMA	57
3.2. Coordenação	58
3.3. Linhas estratégicas de actuação	61
3.3.1. Eixo da informação	61
3.3.2. Eixo da formação	63
3.3.3. Eixo das parcerias	67

CAPÍTULO IV – RMA: FUNCIONAMENTO E POTENCIALIDADES	73
1. Aspectos metodológicos	73
1.1. Objectivo e universo do estudo	74
1.2. Instrumentos de recolha dos dados	75
1.3. Tratamento dos dados	77
2. Resultados	78
2.1. Resultados do questionário “Análise do modelo de funcionamento da RMA e a avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio”	78
2. 1.1. Caracterização do ‘modelo’ da Rede de Museus do Algarve	79
2. 1.2. Análise do ‘modelo’ da Rede de Museus do Algarve	84
2. 1.3. Avaliação dos trabalhos da Rede de Museus do Algarve	92
2.2. Resultados das entrevistas	101
2.2.1. A Rede de Museus do Algarve	102
2.2.2. Trabalhos desenvolvidos pela Rede de Museus do Algarve	104
2.2.3. RMA - um parceiro para o desenvolvimento cultural da região.....	108
3. Pontos fortes, pontos fracos e perspectivas	112
3.1. Pontos fortes e pontos fracos	113
3.2. Perspectivas	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA	120

ANEXOS	130
ANEXO I – Museus do Algarve	131
ANEXO II – Documento de trabalho RMA	135
ANEXO III – Carta de Princípios da RMA.....	142
ANEXO IV – Museus da RMA	147
ANEXO V – <i>Newsletter</i> RMA, nº 1	149
ANEXO VI – Logótipo da RMA	153
ANEXO VII – Desdobrável da exposição “Algarve – Do Reino à Região”.....	155
ANEXO VIII – Temas da iniciativa “Os pioneiros do conhecimento científico”...158	
ANEXO IX – Questionário - Análise do “modelo” de funcionamento da RMA e a avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio	160
ANEXO X – Entrevistas realizadas a representantes de entidades regionais do Algarve e RPM	166
ANEXO XI – Análise de conteúdo das entrevistas realizadas a representantes da CCDR, DRC, UAAlg, AMAL, ERTA e RPM	168

Índice de Quadros

Quadro n.º1 – Museus do Algarve da RPM	43
Quadro n.º 2 – Adesão dos Museus à RMA	56
Quadro n.º 3 – Grupos de coordenação da RMA	59
Quadro n.º 4 – Acções de formação da RMA (Recursos Externos).....	64
Quadro n.º 5 – Acções de formação a realizar até ao final de 201	65
Quadro n.º 6 – Acções de formação da RMA “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” (Recursos Internos).....	65
Quadro n.º 7 – Razões que levaram o Museu a aderir à RMA	80
Quadro n.º 8 – Caracterização do tipo de organização da RMA	81
Quadro n.º 9 – Funções do grupo coordenador	81
Quadro n.º 10 – Importância dos seis princípios	85
Quadro n.º 11 – Concorda com a missão da RMA?	86
Quadro n.º 12 – Concorda com o tipo de organização e estruturação da RMA?	86
Quadro n.º 13 – Concorda com o sistema implantado de rotatividade do grupo coordenador?	87
Quadro n.º 14 – Concorda com a forma como são dinamizadas as reuniões?	89
Quadro n.º 15 – Concorda com os eixos de actuação da RMA?	90
Quadro n.º 16 – Gostaria de ver outros eixos de actuação impulsionados pela RMA? ...	90
Quadro n.º 17 – Considera que existe entre os parceiros um entendimento da noção de trabalho em rede?	92
Quadro n.º 18 – Considera, de uma forma geral, que este modelo de organização tem cumprido a sua missão e alcançados os seus objectivos?	93
Quadro n.º 19 – Como avalia o trabalho desenvolvido pela RMA?	94
Quadro n.º 20 – Como avalia os eixos de acção da RMA?	94
Quadro n.º 21 – Como avalia as seguintes áreas nos diferentes eixos de actuação da RMA?	95
Quadro n.º 22 – Impacto da acção da RMA no museu.....	96
Quadro n.º 23 - Balanço dos trabalhos	96
Quadro n.º 24 – Unidades de sentido “Contributos da RMA para a região”	98
Quadro n.º 25 – Unidades de sentido “Perspectivas futuras para a RMA”	99

Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1 – Instituições Museológicas do Algarve	38
Gráfico n.º 2 – Museus do Algarve – Municípios	40
Gráfico n.º 3 – Museus do Algarve – Tutelas.....	40
Gráfico n.º 4 – Museus do Algarve – Colecções	41
Gráfico n.º 5 – Museus do Algarve – Anos de Abertura.....	42
Gráfico n.º 6 – Museus do Algarve – Adesão à RMA	57
Gráfico n.º 7 – Número de questionários respondidos por instituição	76
Gráfico n.º 8 – Razões que justificam a constituição da RMA	79
Gráfico n.º 9 – Eixos em que o museu tem participado.....	82
Gráfico n.º 10 – Participação dos Museus nas reuniões bimensais da RMA	83
Gráfico n.º 11 – Participação dos Museus nos assuntos discutidos nas reuniões da	
Gráfico n.º 12 – Sugestões para melhorar os princípios da RMA	85
Gráfico n.º 13 – Opinião sobre a periodicidade das reuniões da RMA.....	88
Gráfico n.º 14 – Propostas de novos eixos de actuação da RMA.....	90

RMA 83

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Rede de Museus do Algarve	56
Figura n.º 2 – Pontos Fortes, Pontos Fracos e Perspectivas	112

Lista de Abreviaturas

- AMAL** – Associação de Municípios do Algarve
- APOM** – Associação Portuguesa de Museologia
- CCDRA** – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve
- CEPHA** – Centro de Estudos de Património e História do Algarve
- DCQM** – Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus
- DRCAlg** – Direcção Regional de Cultura do Algarve
- DRCAlen** – Direcção Regional de Cultura do Alentejo
- DRaC** – Direcção Regional de Cultura (Açores)
- EPRPM** – Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus
- ERTA** – Entidade Região de Turismo do Algarve
- ICOM** – *International Council of Museums*
- IMC** – Instituto de Museus e Conservação
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- IPCR** – Instituto Português de Conservação e Restauro
- IPM** – Instituto Português de Museus
- IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitectónico
- IPPC** – Instituto Português do Património Cultural
- MINOM** – Movimento Internacional por uma Nova Museologia
- OAC** – Observatório das Actividades Culturais
- PAQM** – Programa de Apoio à Qualificação de Museus
- PARAM** – Programa de Apoio aos Arquivos Municipais
- PCI** – Património Cultural Imaterial
- PRACE** – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
- RMA** – Rede de Museus do Algarve
- RNBP** – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
- RPM** – Rede Portuguesa de Museus
- SEMCR** – Secção Especializada Permanente dos Museus e da Conservação e Restauro
- SPSS** – *Statistical Package for the Social Sciences*
- UAlg** – Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

Fundamentação e Objectivos

Vive-se numa sociedade interconectada. As redes reconfiguraram a sociedade, a economia, a educação e até mesmo a cultura. Entende-se que o trabalho em rede se tornou mais importante do que o trabalho individual isolado, segundo um novo paradigma organizacional, económico, cultural e informacional da sociedade.

A escolha deste modelo organizacional por parte das instituições de carácter cultural, nomeadamente dos museus, tem vindo a aumentar nos últimos anos, por se tratar de um tipo de organização que se adapta à sociedade contemporânea.

Nos últimos anos, a articulação entre museus, a nível regional, constitui um tema recorrente em *workshops*, seminários e encontros de museus em Portugal¹, em que se procura aumentar o conhecimento das instituições museológicas das regiões e, sobretudo, estreitar as relações entre elas. O debate sobre este assunto promove o diálogo e a reflexão sobre a necessidade de se criarem redes regionais de museus. De facto, cada vez mais os museus partilham experiências e desenvolvem formas de cooperação. Para isso, procuram criar formas facilitadoras de comunicação e de articulação entre eles, nomeadamente a construção de redes museológicas, de âmbito regional, como é o caso do objecto de estudo desta tese, a Rede de Museus do Algarve (RMA), criada a 16 de Outubro de 2007.

Os motivos que influenciaram a escolha da temática e a realização da presente dissertação são de natureza profissional e de interesse pessoal. Em primeiro lugar, destaca-se a experiência pessoal da autora, enquanto técnica de um museu algarvio, o Museu de Portimão, onde as preocupações relacionadas com o trabalho em rede têm tido um peso significativo. Em segundo lugar, os conhecimentos adquiridos no mestrado de Museologia da Universidade de Évora em que as noções de “rede” e de “parceria” foram abordadas como ideias-chave das transformações do panorama museológico português através da Rede Portuguesa de Museus contribuíram para aumentar o interesse pessoal pelo tema. Esta conjuntura despertou o interesse pelas

¹Alguns exemplos: *Workshop* “Que redes para o Algarve”, Faro, 2006; I Encontro de Museus do Douro, Douro, 2007; “Ciclo de Conversas Museus em Rede”, Portimão, Lisboa e Braga, 2009; I Encontro de Museus do Alentejo, Aldeia da Luz e Évora, 2010; Seminário “Museus em debate: Musealizar sem rede?”, Ponta Delgada, 2010; Seminário “Redes Regionais de Museus”, Coimbra, 2011; Seminário “Rede de Museus, Território, Identidade, Património”, Vila Nova de Famalicão, 2011.

redes de museus, particularmente por aquelas que, na altura, ainda estavam a dar os primeiros passos, as redes regionais de museus.

Com efeito, a RMA é um tipo de estrutura, organizada sob a forma de rede, que tem registado múltiplas experiências de trabalho conjunto, integrando dezasseis museus do Algarve². Esta experiência, que se considera piloto e que apresenta resultados que se traduzem em diferentes projectos de âmbito regional, constitui o objecto de estudo da presente dissertação de mestrado, intitulada “A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades”.

A investigação tem o propósito de estudar o tipo de funcionamento da Rede de Museus do Algarve (RMA) e as suas potencialidades. De forma pormenorizada, pretende-se compreender como é que esta rede de museus se encontra estruturada e organizada e quais são os resultados do seu trabalho no panorama museológico algarvio. Para isso, parte-se de uma questão central: como funciona a RMA e quais são as suas potencialidades?

Tendo por base o objectivo e a questão central referidos, outras perguntas emergem, nomeadamente: quais as razões que justificaram a constituição desta rede? Como é que esta rede se desenvolve e constrói, enquanto estrutura de cooperação e articulação entre museus? Existe entre os parceiros uma noção de trabalho em rede, como estratégia de valorização e qualificação dos museus? Este modelo de organização tem cumprido a sua missão e alcançado os seus objectivos, contribuindo para o desenvolvimento da política museológica regional? Como poderá esta rede combinar a diversidade de interesses com outras redes inter-regionais? De que forma poderá esta rede articular-se com a Rede Portuguesa de Museus? Este tipo de organização em rede tem contribuído para qualificar a realidade museológica do Algarve? Quais as perspectivas futuras para a Rede de Museus do Algarve?

Os dados resultantes das respostas a estas questões contribuirão para caracterizar esta rede, apresentar as suas potencialidades e cartografar as suas fragilidades, bem como aconselhar formas de actuação que possam contribuir, de alguma forma, para melhorar o seu desempenho.

²Museu Municipal de Faro; Museu Municipal de Tavira; Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; Museu de Portimão; Museu Marítimo Ramalho Ortigão; Museu Municipal de Arqueologia de Loulé; Museu do Traje de São Brás de Alportel; Museu Dr. José Formosinho de Lagos; Museu Municipal de Arqueologia de Silves; Rede Museológica de Alcoutim; Vila Real de Santo António; Arquivo de Lagoa; Museu Municipal de Olhão; Museu do Mar e da Terra da Carrapateira; Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim e Câmara Municipal de Vila do Bispo.

Em termos de opções metodológicas, foram tidas em conta três estratégias de recolha de informação: i) análise documental; ii) questionário; iii) entrevista.

Assim, optou-se por conjugar diversos instrumentos de análise, que incluem a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, recorrendo ao questionário e à entrevista.

Os questionários foram aplicados ao universo de estudo - os dezasseis museus do Algarve que integram a rede - e contaram com a participação de trinta e seis técnicos que trabalham nos museus da RMA. A entrevista semi-dirigida foi feita a actores empenhados e envolvidos nas dinâmicas de acção da política cultural do Algarve, nomeadamente: a Direcção Regional de Cultura do Algarve (DRC), a Entidade Região de Turismo do Algarve (ERTA) e a Associação de Municípios do Algarve (AMAL); a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) e a Universidade do Algarve (UAlg); e da política museológica nacional, a Rede Portuguesa de Museus, IMC/RPM.

Estrutura do Trabalho

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro reflecte-se, ainda que brevemente, sobre o conceito de ‘rede’ e analisa-se a sua importância ao longo do tempo. Em seguida procura-se estudar as redes culturais, em particular as redes museológicas em território nacional, nomeadamente a Rede Portuguesa de Museus. E por último são focadas as redes de museus de carácter geográfico, em especial as redes museológicas regionais.

A necessidade de definir, com maior rigor, os factores que levaram à criação desta ‘rede’, de problematizar o seu tipo de organização e conhecer os contributos para o tecido museológico algarvio, obrigam a um estudo particularizado da realidade dos museus do Algarve. Por isso, no segundo capítulo procede-se, numa primeira parte, à apresentação da génese e da evolução dos primeiros museus no Algarve e, numa segunda, dá-se a conhecer a realidade actual dos museus desta região, salientando-se os fundamentos para a criação da Rede de Museus no Algarve e a sua génese propriamente dita.

No terceiro capítulo é apresentada e caracterizada a RMA, partindo da forma como esta se encontra estruturada e organizada, a missão, princípios definidos, normas

de adesão, sistema de coordenação, reuniões de trabalho e linhas de actuação. Para isso, baseia-se na documentação existente, ou seja, artigos publicados, actas de reuniões, documentos de trabalho, comunicações e ainda na observação directa das reuniões gerais e de coordenação da RMA.

O quarto e último capítulo baseia-se na análise dos dados resultantes dos instrumentos metodológicos aplicados: objectivos e universo de estudo, formas de recolha de dados, tratamento dos dados recolhidos através dos questionários e das entrevistas. Os dados apurados são sistematizados e analisados, procurando dar a conhecer os pontos fortes, os pontos fracos e as perspectivas futuras da Rede de Museus do Algarve.

Finalmente, procura-se que este estudo contribua para melhorar o desempenho desta rede regional de museus e que também concorra para o crescimento das redes museológicas regionais em construção.

CAPÍTULO I – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REDES MUSEOLÓGICAS EM PORTUGAL

O presente capítulo desenvolve-se em três momentos: o primeiro reflecte, ainda que brevemente, sobre o conceito de “rede”, o segundo estuda as redes culturais, em particular as redes museológicas em território nacional, nomeadamente a Rede Portuguesa de Museus, o terceiro foca as redes de museus de carácter geográfico, em especial as redes museológicas regionais.

1. Conceito de rede: uma breve síntese

Inicia-se o trabalho de investigação introduzindo e analisando a noção de ‘rede’, a partir de alguns dos seus fundamentos histórico-epistemológicos. Procura-se também estabelecer ligações e associações com o conceito de ‘rede de museus’. Não se trata de fazer uma teorização sobre o conceito de ‘rede’ em formato enciclopédico, mas sim compreendê-lo e analisá-lo, pela sua importância nos vários tempos históricos e sociais.

O conceito de rede³ tem ‘viajado’ por diversos campos científicos, possibilitando uma infinidade de interpretações. Originariamente, o termo correspondia a um objecto físico, significando um entrelaçamento de fios articulados, com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Podia igualmente designar uma rede de pesca ou de caça.

Este termo foi-se distanciando ao longo do tempo do seu significado inicial e foi adquirindo novos sentidos. Partindo do seu sentido original, sabe-se que o termo tem tido outras utilizações: no século XVIII, por exemplo, no campo da medicina designava o sistema circulatório e depois o sistema nervoso, em que a rede era o suporte da circulação. Mais tarde, o campo de significação de ‘rede’ é expandido, englobando uma nova significação topográfica do uso do termo para designar redes de caminhos, estradas, vias ferroviárias que percorrem uma região ou um país.

³No seu contexto epistemológico a palavra “rede” é antiga. Deriva do latim *rete*, *retis*, significando “entrelaçamento de fios, de espessura e materiais diversos, que formam uma malha com espaçamentos regulares e mais ou menos apertada, consoante a aplicação a que se destina” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001, *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, vol. II, G-Z).

Actualmente, o conceito de rede é usado em várias áreas científicas. A ampla utilização do termo na engenharia, matemática, geografia, biologia, indústria, informática, história, sociologia, antropologia, museologia, entre outras áreas disciplinares, revela a sua transversalidade e importância na sociedade contemporânea, como sublinhado por Manuel Castells:

“Ao explorar os domínios da actividade e da experiência humana nas estruturas sociais emergentes, chegámos a uma conclusão que nos propõe uma nova leitura do mundo: as funções e os processos dominantes, na Era da Informação, organizam-se, cada vez mais, em torno de redes e isto representa o auge de uma tendência histórica” (CASTELLS, 2002:604).

As mudanças na vida social, ocorridas nas últimas décadas do século XX, causadas sobretudo pela globalização, revolução tecnológica e informatização, traduziram-se em transformações expressivas no plano económico, político e sociocultural. Este cenário permitiu o aparecimento de uma nova era: a da sociedade ‘informacional’⁴ que se estrutura e organiza em redes.

Para explicar a proliferação do termo rede, é necessário entender o contexto em que surgiu esta nova forma de organização da sociedade contemporânea, particularmente as transformações que ocorrem nos diferentes domínios da sociedade (económico, político e sociocultural).

Assim, começa-se por referir o processo da globalização, sobretudo a forma como este está a reestruturar o nosso modo de vida e as formas de interacção e de conectividade.

Quanto à definição de globalização, Frank Webster afirma o seguinte:

“A globalização refere-se aos processos crescentes e acelerantes de interpretação e interdependência de relações à escala mundial, relações em que o tempo e o espaço são ‘comprimidos’. As relações – industriais, financeiras, intelectuais – são conduzidas e encenadas globalmente e cada um de nós é influenciado por elas, quer se trate do que comemos em nossa casa, do modo como trabalhamos ou dos *media* que vemos e ouvimos” (WEBSTER, 2004: 55).

⁴Manuel Castells distingue a noção de ‘sociedade da informação’ da noção de ‘sociedade informacional’. A primeira corresponde ao papel da informação na sociedade, enquanto o termo ‘informacional’ designa uma forma específica de organização social, na qual a produção, processamento e transmissão da informação se tornam nas fontes de produtividade e de poder em virtude das novas condições tecnológicas (CASTELLS, 2002: 25).

Segundo esta perspectiva, as dimensões básicas de tempo e de espaço sofrem alterações e rompem-se barreiras geográficas, sendo possível desempenhar actividades por todo o mundo de forma mais ou menos imediata.

Na actual sociedade globalizada e configurada em rede, Manuel Castells refere a importância da “revolução da tecnologia da informação” e a “sua capacidade de penetrabilidade em todas as esferas da actividade humana” (CASTELLS, 2002: 5). Este autor apresenta no seu estudo *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, (2002), a importância do desenvolvimento tecnológico na sociedade e as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas. Na sua perspectiva as distâncias já não são vistas como factor de isolamento e impedimento de fluxos de informação, defendendo que “[...] devido à natureza da nova sociedade baseada no conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada por fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo domínio estrutural do espaço de fluxos” (CASTELLS, 2002: 520).

As inovações tecnológicas oferecidas pela micro-electrónica, pela informática e pelas novas tecnologias da comunicação⁵ encurtam distâncias e permitem estabelecer relações e trocas de conhecimento cada vez mais facilmente, formando uma ‘cultura global’⁶ ou, dito de outra forma, uma rede de diversas culturas.

Ainda a propósito do conceito de rede, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henri Campagnolo (2002) propõem a seguinte definição:

“[...] a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) em construção, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais, ou eventuais rectificações [...] evolui não somente através da adjunção e a codificação de novas componentes (admitindo novos nós de novas conexões), mas também através da reavaliação de componentes mais antigas (modificando certos nós e certas conexões) [...]” (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO ET AL, 2002: 27).

Assim, uma rede surge como um conjunto de elementos em articulação e construção, que pode sofrer, ao longo do tempo, alterações ou rectificações como resultado de uma contínua reavaliação dos elementos que a constituem.

⁵A evolução das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) veio possibilitar a gestão de redes à distância, particularmente a *World Wide Web*. A Internet alargou a possibilidade de interacção dos grupos, sendo considerada por Manuel Castells como “o meio de comunicação e de relação fundamental no qual assenta uma nova forma de sociedade já existente e que denominamos de Sociedade em Rede”(CASTELLS, 2002: 222).

⁶Terminologia usada por Mike Featherstone (1994).

Tome-se também como referência o que propõe Manuel Castells (2002) sobre ‘Sociedade em Rede’. Para este autor, a “rede é um conjunto de nós interligados”, flexível, o que possibilita a sua adaptabilidade à complexidade da sociedade actual. Desta forma, as “redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação, por exemplo: valores ou objectivos de desempenho. Uma estrutura social, com base em redes, é um sistema aberto altamente dinâmico susceptível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio” (CASTELLS, 2002: 606).

Segundo o quadro conceptual destes autores, destaca-se uma sociedade interconectada, onde as redes reconfiguraram a sociedade, a economia, a educação e a cultura. Entende-se neste contexto que o trabalho em rede se tornou mais importante do que o trabalho individual, sob um novo paradigma organizacional, económico, cultural e informacional.

2. Redes culturais

A escolha deste modelo organizacional por parte das instituições culturais, como bibliotecas, arquivos, museus e teatros, tem vindo a aumentar nos últimos anos por ser um modelo de organização que se adapta à sociedade contemporânea.

Na opinião de António Gouveia (2009), é fácil exemplificar que a “[...] moda-net facilita e proporciona uma atitude favorável de trabalho, de troca de saberes e potencialidades económicas e técnicas [...]”, sendo possível perceber a importância das redes de Arquivos, Bibliotecas, Museus e Equipamentos Performativos através de “resultados já visíveis” (GOUVEIA, 2009:14).

A propósito da importância das redes culturais em Portugal, Augusto Santos Silva faz um balanço da experiência portuguesa no período entre 1987 e 2003. Segundo este autor, a constituição de redes de equipamentos e serviços culturais que abrangessem todo o território nacional era considerada naquele período como “uma estratégia principal da política cultural” (SILVA, 2004:241).

Em Portugal foram criadas as seguintes redes culturais de abrangência nacional: a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) em 1987; o Programa de Apoio aos Arquivos Municipais (PARAM) em 1998; projectos de constituição de uma Rede

Nacional de Teatros e Cine-Teatros e de uma Rede Municipal de Espaços Culturais, lançados em 1999, embora ainda não concluídos; e, por fim, a Rede Portuguesa de Museus em 2000 (SILVA, 2004).

Neste contexto, constata-se que o aparecimento e desenvolvimento de ‘sistemas em rede’ no domínio da cultura têm aumentado em Portugal desde os finais da década de oitenta.

Partindo da análise do texto já citado, do sociólogo Augusto Santos Silva, reconhece-se que as redes são consideradas “sistemas abertos” e “policentradas”. Neste sentido, as estruturas desenvolvem-se através de múltiplos centros que se formam ao longo da rede, os nós. Com efeito, as redes assentam no estabelecimento de relações horizontais com base numa política de descentralização que visa a democratização da cultura. Na perspectiva do autor, as redes culturais em Portugal desempenham sete funções essenciais: são instrumentos de ordenamento, de qualificação, de coesão, de concertação e parceria; são ambientes de cooperação; são plataformas de difusão e são contextos matriciais de formação de públicos (SILVA, 2004:249- 250).

Na sequência desta breve abordagem às redes culturais em Portugal, depreende-se que estas têm, por um lado, contribuído para potenciar a cooperação e a articulação entre as entidades culturais, nomeadamente através da constituição de parcerias e da partilha de informação. Por outro lado, têm como objectivo construir ou adaptar espaços culturais, qualificar serviços e recursos humanos, apoiar tecnicamente e financeiramente projectos, bem como munir as instituições de equipamentos.

Reconhecida a necessidade e a importância de se formarem redes culturais, serão agora focadas as redes de museus.

3. Redes de museus em Portugal

O conceito de ‘redes de museus’ teve uma evolução, por vezes de forma não linear, que esteve sempre dependente de vários factores históricos. De facto, desde há décadas que se tem vindo a assistir, em Portugal, a várias tentativas de estabelecimento de redes museológicas, sendo justamente no Estado Novo que estas ideias aparecem pela primeira vez. Neste período, os museus regionais assumiram um papel privilegiado, concebidos em torno de uma esfera etnográfica.

Em 1941, João Couto apresentou no II Congresso do Pessoal Superior dos Museus de Arte o panorama museológico do país e propôs uma possível ‘Rede de Museus do Estado’, considerando o seguinte:

“Alargada a rede de Museus sob o patrocínio do Estado e estudada a forma de auxiliar com eficácia o desenvolvimento e a organização dos museus que dependem das autarquias locais e das instituições particulares, urge criar um entendimento entre estas instituições. E nada melhor se pode conseguir para se chegar a tal fim do que estreitar as relações entre os directores e os conservadores dos Museus do país, de forma a obter-se uma útil coordenação das suas actividades” (COUTO, 1941: 14-15).

Também Luís Chaves e Sebastião Pessanha definiram parâmetros para os museus no Estado Novo e propuseram a criação de uma Rede Nacional de Museus de Etnografia. Luís Chaves defendeu a criação de uma estrutura hierarquizada que culminasse num Museu Nacional ou Central e que fornecesse “o panorama de todas as regiões em que se dividisse o território nacional, com a vantagem de por ele serem possíveis observações de conjunto e sínteses de expressão científica” [CHAVES, *opud* (GOUVEIA, 1985: 176)]. Por seu lado, Sebastião Pessanha mencionou a “conveniência e a urgência de criar uma rede de museus de Etnografia, onde incorporar os últimos vestígios de muitos dos nossos mais típicos usos tradicionais” [PESSANHA, *opud*, (GOUVEIA, 1985: 178)].

Porém, os modelos de uma Rede Nacional de Museus de Etnografia não chegaram a atingir a dimensão organizacional pretendida. Apesar de tudo, pode-se evidenciar alguns dos resultados desta linha de trabalho, como a organização do Museu de Arte Popular, inaugurado em 1944, ou a existência de museus rurais e etnográficos, ligados ao Grémio da Lavoura e às Casas do Povo, no decorrer dos anos 50 e 60 (MOREIRA, 1989).

Verifica-se igualmente que um dos fundamentos, de ordem histórica, para a criação de redes de museus se inscreve no regime democrático de 1974. As transformações políticas ocorridas nesta altura permitiram desenvolver um renovado interesse pelas questões patrimoniais. Em Abril de 1976 foi promulgada a Constituição da República e no final do mesmo ano foram realizadas eleições para as autarquias. Com a Constituição, passou a existir a obrigação de preservação, defesa e valorização do património cultural pelo Estado. Neste sentido, também foi concedida às autarquias autonomia administrativa, sendo iniciado em 1977 o lento processo de reestruturação

funcional das câmaras municipais nos campos cultural e patrimonial (CAMACHO, 1999).

No final da década de setenta, a Missão UNESCO⁷ (1976 - 1979) foi coordenada pelo museólogo sueco Per-Uno Agren. Nos relatórios subsequentes foram identificados os principais problemas dos museus portugueses, recomendando a criação de “uma rede coerente de museus dando uma informação equilibrada sobre a história cultural”. Este museólogo propôs também a constituição de museus regionais, considerando que os museus poderiam ser impulsionadores territoriais dessas redes (AGREN, 1979: 10).

Embora as propostas efectuadas por Per-Uno Agren não se tenham concretizado, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), criado em 1980⁸, seguiu algumas das suas linhas orientadoras, nomeadamente a tentativa de estabelecer uma rede museológica nacional.

O Departamento de Museus, Palácios e Fundações do IPPC reconheceu a necessidade de formar uma rede museológica que coordenasse as actividades dos museus, seguindo uma política descentralizadora. Assim, propôs que esta rede fosse “[...] coerente com as reais necessidades do País, através da qual museus de uma determinada especialidade possam ser coordenados por um museu central dessa especialidade”⁹.

No entanto, não foram reunidos os meios e recursos necessários para a concretização efectiva deste Plano Museológico Nacional (CAMACHO ET AL., 2001).

No decurso dos anos oitenta nasceram museus por todo o país, no contexto da renovação da Museologia, inspirando-se no movimento da ‘Nova Museologia’ e num alargamento da noção de património, ligada aos conceitos de cultura material, comunidade, território e identidade. É neste contexto que deve ser assinalada a criação do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM), com forte expressão no nosso País.

No entender de Hugues de Varine (2003), a característica mais nítida da jovem museologia portuguesa actual é a noção ideológica da ‘função social do museu’,

⁷Em 1976, o estado português pediu aconselhamento à UNESCO na área da museologia com vista à realização de três objectivos: melhorar a coordenação entre os museus existentes; descentralizar a acção destes museus e criar museus com larga participação popular [AGREN, *apud* CAMACHO, FREIRE-PIGNATELLI E MONTEIRO, (2001: 13)].

⁸Cf. D.R. nº34 /80, de 2 de Agosto – Decreto regulamentador do IPPC.

⁹Cf. “Planeamento Museológico aprovado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, em 3 de Dezembro de 1981 ” Definição das áreas atribuídas aos museus dependentes do IPPC, GUEDES, Natália Correia, Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural, Janeiro/Dezembro de 1981, s.l, s.d., pp.77-82.

considerando ser o único país europeu onde esta expressão, que muitos considerariam instrumentalizante, até mesmo revolucionária, se impôs. As reflexões sobre o tema continuam a ser debatidas anualmente nas reuniões do Movimento Internacional para uma Nova Museologia.

Para Clara Camacho (2002), o movimento de criação de museus nestes anos deve-se também à actuação dos poderes autárquicos e das associações de defesa do património, sublinhando ainda o papel renovador que alguns desses museus, criados nos anos oitenta e noventa, tiveram na Museologia portuguesa.

O projecto de investigação realizado pela Associação *Caminus* entre 1994 e 1998, apelidado de “Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus Locais”, também merece referência, no sentido em que contribuiu para o estudo e reflexão sobre a realidade dos museus portugueses. Estes estudos possibilitaram que António Perestrelo de Matos formulasse uma proposta para a criação de redes regionais de museus e de uma rede mais ampla que as englobasse, designadamente uma Rede Nacional de Museus (CAMACHO ET AL., 2001:17).

Destaca-se também, em meados dos anos 90, a elaboração do Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), que propõe a elaboração de uma nova lei de bases do sistema museológico português (CAMACHO ET AL., 2001).

A preocupação com a renovação da política museológica aumentou progressivamente ao longo dos anos noventa, sendo exemplo disso a realização de estudos, colóquios e encontros na área da Museologia. Entre estes destacam-se alguns Encontros de Museologia e Autarquias - 7º Encontro, Seixal, 1996¹⁰; 8º Encontro, Portimão, 1997¹¹; 12º Encontro, Santarém, 2000¹² - onde o tema das ‘redes de museus’ foi largamente discutido.

¹⁰No encontro Museologia e Autarquias do Seixal, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo apresentou três tipos de redes museológicas: interligadas por uma ‘instância coordenadora’, com partilha de funções pelos vários núcleos, providas de ‘variantes’, onde a comunicação se faz entre unidades de desigual estruturação funcional e logística e, por fim, as redes ramificadas ou intersticiais (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, 1998:104).

¹¹As comunicações que foram desenvolvidas abordaram temáticas que remeteram para a necessidade de criação de uma Associação dos Museus Municipais; Programas Inter-Museus; Rede Portuguesa de Museus (Conclusões do 8º Encontro Nacional “Museologia e Autarquias”, Portimão, 1997).

¹²O projecto de estruturação de uma rede de museus para o País foi apresentado publicamente pela primeira vez, neste encontro em Santarém (Boletim RPM, nº 1, 2001: 3).

Termina-se este ponto, citando um excerto do *Documento programático da Rede Portuguesa de Museus* (2000) que resume, de certo modo, o que foi dito nas linhas anteriores:

[...] “os últimos vinte e cinco anos distinguem-se, no plano institucional, por tentativas isoladas e descontínuas de ordenamento do tecido museológico nacional, por acções casuísticas de articulação e de cooperação entre as diferentes tutelas, pelas ausências de instrumentos de certificação do sector museológico e pela falta de medidas continuadas de apoio técnico e de formação. Nestas circunstâncias, a formação de uma política congregadora e concertada de esforços e de recursos para os museus parece constituir-se como uma evidência para o panorama museológico actual, tendo em conta as suas principais características, bem como os problemas e necessidades daí decorrentes” (RPM, Documento Programático, 2000: 16).

Assim, entende-se que existiu nas últimas décadas uma necessidade de organizar os museus do País, o que só se concretizou efectivamente em 2000, com a Rede Portuguesa de Museus.

3.1. Rede Portuguesa de Museus e trabalho em rede

A Rede Portuguesa de Museus nasce num clima de crescente vontade social para a criação de museus. Neste sentido, tornou-se necessária a criação de uma política museológica nacional, capaz de regular a proliferação de museus e o seu desempenho.

No início de 1998, o Instituto Português de Museus (IPM) e o Observatório das Actividades Culturais (OAC) realizaram um Inquérito aos Museus de Portugal para elaborar um diagnóstico da situação museológica nacional. Os resultados deste inquérito permitiram conhecer os museus do país: museus jovens, colecções heterogéneas, diversidade de tutelas, fraca representatividade dos museus de região, desigual distribuição dos museus pelas diferentes áreas regionais. Ainda neste sentido foram identificadas as principais carências nas seguintes áreas: formação profissional, conservação e equipamentos, instalações, recursos financeiros e humanos¹³. A visão alargada do estado dos museus à escala nacional possibilitou ancorar o projecto da Rede Portuguesa de Museus, mencionada na legislação orgânica do IPM desde 1997.

¹³Cf. *Inquérito aos Museus de Portugal*, 2000.

Assim, é criada legalmente a Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus (EPRPM), mediante o Despacho Conjunto n.º 616/ 2000, de 17 de Maio¹⁴, com a duração de 3 anos e na dependência orgânica do IPM.

No final de 2000, depois de elaborado e apresentado o Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus¹⁵ foram definidas as linhas programáticas desta rede de abrangência nacional.

A Rede Portuguesa de Museus foi definida como um “Sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa” (CAMACHO ET AL., 2001: 32).

Para além da noção de Rede Portuguesa de Museus, as linhas programáticas estabeleceram três eixos de actuação da EPRPM: informação, formação e qualificação. Estes eixos desenvolveram programas específicos a partir de 2001. O eixo da informação tem como principal finalidade promover a divulgação das acções da RPM e dos seus museus. Para isso, usa como instrumentos de difusão de informação a página da internet do IMC e o boletim trimestral. Relativamente ao eixo da formação são promovidas, de forma descentralizada, acções que difundem e aconselham as boas práticas museológicas. Quanto ao eixo de qualificação, foi criado o Programa de Apoio Técnico a Museus integrados ou não na RPM e o Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM)¹⁶ da rede, reformulado em 2007 e substituído por um outro programa de apoio financeiro, o *ProMuseus*. Este último programa é composto pelas seguintes áreas: estudo e investigação; informatização do inventário; conservação e segurança; reservas; divulgação; projectos educativos e parcerias, sendo esta última área fundamental para reforçar a articulação entre museus, apoiando e promovendo trabalhos de partilha e cooperação¹⁷.

Para além destes três eixos, foi acrescentado um quarto em 2004, o da Articulação e da Cooperação, relacionado com a área das parcerias da RPM. Estas

¹⁴Para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por esta Estrutura de Projecto, foi criada, por resolução do Conselho de Ministros de 30 de Junho de 2005, a Estrutura de Missão “Rede Portuguesa de Museus”, à qual foram atribuídas as mesmas competências da estrutura anterior.

¹⁵De acordo com Per-Uno Agren, este *Documento Programático* surgiu como “[...] uma solução museológica invulgarmente adequada para reunir instituições muito diversas, através do enfoque em elementos essenciais como a memória, a colecção e a transferência do património cultural, em vez da opção por um sistema que as ordene em função do tamanho, da geografia ou da temática. A rede daí resultante, a RPM, pretende englobar toda a espécie de entidades que tenham essas características museológicas básicas” (AGREN, 2002: 21).

¹⁶Despacho Normativo n.º 28/2001, de 23 de Maio – Regulamento do Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM).

¹⁷Cf. Despacho normativo n.º3/2006 do D/Rep, 2ª série – N.º 134 de 13 de Julho de 2006.

linhas de acção têm-se desenvolvido de forma regular e contínua até hoje, à excepção do programa de apoio financeiro, cujas candidaturas apenas têm aberto nos anos em que há disponibilidade orçamental.

Deste modo, constata-se que a rede pretende, através destes programas, alcançar os seguintes objectivos: a difusão da informação, a promoção da articulação e comunicação, a formação dos recursos humanos e a qualificação dos museus.

Em relação à constituição da RPM, os museus aderem voluntariamente, independentemente do campo temático, dimensão, colecções, localização geográfica ou da tutela, através da apresentação de candidaturas. Nas primeiras fases de candidaturas, desde da criação da rede até 2003, foi-lhes exigido que reunissem as características museológicas básicas, tomando como referência o conceito de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM)¹⁸. Os museus que se candidataram à rede tiveram que reunir os requisitos essenciais (cumprimento da função social do museu, cuidados de preservação e de valorização das colecções e dos acervos, condições de sustentabilidade), tomados como parâmetros de apreciação das respectivas candidaturas (Regulamento da Adesão à RPM, 2001).

A partir de 2004 foram reforçados os requisitos já admitidos no regulamento de Adesão à RPM, através da Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto. Esta lei introduziu novas exigências com o objectivo de avaliar e reconhecer oficialmente as qualidades técnicas dos museus, o que levou as entidades museológicas a adaptarem-se a um novo sistema de credenciação.¹⁹ A adesão à rede continuou a ser um processo voluntário que sucede da verificação das funções museológicas estabelecidas na Lei-Quadro. A reabertura das candidaturas, segundo este sistema de credenciação, ocorreu em Maio de 2007 e obrigou os museus a elaborarem documentos normativos (regulamento interno, plano de conservação preventiva, política de incorporações e plano de segurança). O preenchimento do formulário de candidatura e os referidos documentos fazem parte dos requisitos obrigatórios para as instituições interessadas iniciarem o processo de adesão junto do actual IMC.

Ainda no contexto deste novo enquadramento legal, salienta-se a importância da formalização do modelo da rede pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses e a definição

¹⁸Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição” Definição de Museu disponível em ICOM Portugal www.icom-portugal.org/ [acedido a 10 de Janeiro de 2001].

¹⁹A Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto regula o sector museológico, introduzindo o conceito de museu, definindo as funções museológicas na qual foram legislados os procedimentos de adesão, que passaram a designar-se como credenciação dos museus (Despacho normativo nº3/2006, de 25 de Janeiro).

de um conceito para ‘museu’²⁰, que vem substituir o conceito de museu do ICOM, inicialmente adoptado pela RPM.

Na Lei-Quadro, o museu é compreendido como uma instituição de carácter permanente, independentemente de ter ou não personalidade jurídica. Na verdade, o facto de ser uma instituição reconhecida legalmente remete de imediato para sua permanência, não dependendo da personalidade jurídica. Por outro lado, tem que estar dotado de uma estrutura organizacional que garanta um destino unitário dos ‘bens culturais’. Também foram substituídos os “testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente” (definição do ICOM) por “conjunto de bens culturais”, alargando, desta forma, o âmbito do património e ao mesmo tempo obrigando à sua valorização através do cumprimento de todas as funções museológicas, a saber: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição e educação.

Em 2007, devido ao Programa de Reforma da Administração Central do Estado (PRACE), foram extintos o Instituto Português de Conservação e Restauro, o Instituto Português de Museus e a Estrutura de Missão da Rede Portuguesa de Museus, que deram lugar ao Instituto de Museus e da Conservação²¹. Em consequência, as competências da extinta estrutura de missão passaram para o Departamento de Museus, do actual Instituto de Museus e da Conservação²².

No período subsequente a 2007 ocorreram as referidas transformações institucionais e orgânicas, facto que contribuiu para uma estagnação no crescimento da RPM. O procedimento de credenciação obrigava ao parecer da Secção de Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura²³, órgão que só foi

²⁰Segundo a Lei-Quadro, o ‘museu’ é entendido como: “Uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (Artigo 3º da Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto).

²¹Cf. Decreto-Lei nº 97/2007, de 29 de Março.

²²Cf. Portaria nº 377/2007, de 30 de Março.

²³O Conselho Nacional da Cultura é um órgão que funciona em plenário e em secções especializadas, entre as quais foi criada conforme estipulado no Artigo 21º Decreto Regulamentar nº 35/2007, a Secção Especializada permanente dos Museus e da Conservação e Restauro (SEMCR), que actua nas questões relativas à definição e ao desenvolvimento das políticas nacionais no âmbito dos Museus da Conservação e do Restauro. Informação disponível em www.ipmuseus.pt [acedido a 25 Julho de 2001].

constituído em 2010²⁴, ano em que foi novamente alargada a Rede Portuguesa de Museus pela entrada de novos museus.

Após um longo progresso a ritmos diferentes, esta rede nacional conta, em 2011, com 137 museus²⁵.

Conclui-se a análise da RPM, remetendo para um estudo recente de Clara Camacho (2010), “Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila”, onde considera que os efeitos da RPM nos museus portugueses se relacionam com três vectores centrais: reconhecimento no meio museológico; contributo para a qualificação dos museus e instrumento de coesão entre os museus de Portugal²⁶ (CAMACHO, 2010: 27).

Já no que se refere a perspectivas futuras para a RPM, esta museóloga afirma que os resultados obtidos até agora são francamente relevantes, defendendo também que existem aspectos que deveriam ser mais desenvolvidos, nomeadamente o papel que a RPM pode desempenhar enquanto potencial ambiente de cooperação, relembrando a necessidade de criação de núcleos de apoio a museus e de se continuar a apoiar a articulação entre os museus, sobretudo na constituição de redes geográficas ou temáticas de museus. A autora em questão refere ainda a necessidade de se ampliar a plataforma de difusão da RPM e considera que o cumprimento da função da RPM enquanto potenciadora de públicos é umas das linhas de trabalho que tem que ser reforçada (CAMACHO, 2010).

Deste modo, verifica-se que o papel da RPM foi até ao momento bastante relevante para a qualificação dos museus no País. Contudo, existiram áreas que foram mais desenvolvidas e profícuas do que outras, desta forma havendo ainda um longo caminho a percorrer, particularmente no campo das parcerias e articulação entre museus.

Prossegue-se com a apresentação do trabalho da RPM quanto à articulação entre museus e à promoção de parcerias, dada a relevância destes temas para o estudo em questão.

²⁴A 26 de Março de 2010 foi homologada a designação das individualidades de reconhecido mérito que integram a Secção dos Museus e da Conservação e Restauro, no âmbito do Conselho Nacional de Cultura. Diário da República, 2ª série, nº 108, 4 de Junho, 2010, Despacho (extracto) nº9481/2010 (Boletim, RPM, nº36, 2010: 4).

²⁵A Rede Portuguesa de Museus inclui um total de 137 museus, representativos de todos os tipos de acervos, localizados em todas as regiões do País, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores da Madeira, e na dependência de diferentes tutelas públicas e privadas. Informação disponível em www.ipmuseus.pt [acedido a 25 Julho de 2001].

²⁶Clara Camacho analisa os efeitos da RPM nos museus partindo do texto de Augusto Santos Silva, designadamente das funções que este autor considera essenciais para uma rede cultural.

A articulação entre museus constitui um dos objectivos da RPM. Por conseguinte, esta rede tem concretizado acções de promoção de criação de parcerias e articulação entre museus, sobretudo através do eixo da articulação e cooperação e do programa *ProMuseus*.

Também com o intuito de fomentar a articulação entre museus realizou-se em 2006 um *workshop* intitulado “Que Redes para o Algarve?”, uma iniciativa do Museu Municipal de Faro e da RPM. Igualmente com o objectivo de estimular a articulação entre museus no plano geográfico, temático e disciplinar, foi realizado em 2009 pela RPM o *Ciclo de Conversas Museus em Rede*.

Destas conversas, destaca-se, no âmbito deste trabalho, a primeira sessão no Museu de Portimão, subordinada ao tema “Redes de museus de carácter geográfico – Que redes para o nosso território?”. Foi debatido o funcionamento das diversas redes formais e informais, nomeadamente da Rede de Museus do Algarve, da rede informal do Museu Nacional Soares dos Reis, e também os projectos em parceria do Museu Alberto Sampaio e a Rede Cultural e Patrimonial da Beira Baixa.

A segunda sessão foi realizada em Junho, no Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa, sobre as “Redes temáticas em museus – Afinidades e práticas”. Neste encontro foram debatidas as redes temáticas, especialmente a importância do intercâmbio de recursos e saberes ou de informação/comunicação ou ambos; o papel das tutelas, vantagens e inconvenientes da formalização. Neste âmbito foram apresentadas várias experiências e propostas de redes temáticas, como a rede temática do azulejo, a criação de uma rede de museus marítimos, a colaboração do Museu da Ciência com outras entidades académicas e museológicas, e ainda as metodologias e a avaliação dos projectos em que o Museu de Lanifícios esteve envolvido (ARQUEOTEX e a ROTA DA LÃ-TRANSLANA I e II).

Este ciclo terminou, no mês de Outubro de 2009 em Braga, com a temática “Colecções de Arqueologia em Rede – Património arqueológico nos museus: parcerias e responsabilidades” (Boletim RPM, nº 32, 2009: 1).

Dos encontros anuais dos museus da RPM, realizados desde 2002, que contribuem de sobremaneira para dar a conhecer e debater os trabalhos concretizados no âmbito da rede, destaca-se o “Encontro RPM 10 anos”, realizado a 18 de Junho de 2010, no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra. Neste encontro foram criados vários grupos que desenvolveram trabalhos sobre os seguintes temas: Núcleo de Apoio a Museus, Redes Regionais de Museus e Programar em Rede (Boletim RPM,

nº37, 2010: 3-6). As conclusões apontaram, sobretudo, para a necessidade de alargar as redes inter-museus, de serem criados núcleos de apoio a museus, de se programar em rede e também de serem criadas e potenciadas as redes regionais (VICTOR, 2010).

No âmbito académico, a dissertação de mestrado realizada por Jorge dos Santos (2009)²⁷ sobre as formas de articulação e cooperação estabelecidas entre os museus da RPM e destes com outras entidades, afirma que existe uma crescente tendência para os museus se organizarem em rede, nomeadamente na criação de redes geográficas de âmbito regional ou municipal, temáticas ou sectoriais ou de tutela. Quanto aos resultados deste estudo, constatou que a maioria dos museus estabelece parcerias, sendo o maior número estabelecidas entre os museus da RPM. Destaca também a tendência de museus da mesma tutela e tipologia se relacionarem entre si. Quanto às parcerias com outros museus em Portugal, refere serem os museus da Administração Local os escolhidos para parceiros. No final, Jorge Santos afirma o seguinte: “a RPM constitui um ambiente favorável à constituição de parcerias para o desenvolvimento dos mais diversos âmbitos. Mas não esgota a exigência de outras parcerias, uma vez que tanto os museus nela integrados estabelecem parcerias com outros museus de fora da Rede, bem como os museus exteriores o fazem com os seus pares” (SANTOS, 2009: 95).

Deste modo, de acordo com este estudo constata-se que são constituídas parcerias no interior da RPM entre museus que apresentam características como a proximidade geográfica, a mesma tipologia e a mesma tutela e verifica-se que a RPM constitui um importante meio de articulação e comunicação entre os museus.

Também a propósito da articulação e cooperação entre museus, Clara Camacho considera que se tem vindo a apoiar as iniciativas de trabalho em rede apresentadas pelos museus da RPM, apontando como exemplo, os museus da região do Algarve, que constituíram uma rede regional de museus. Desta forma, encara a constituição de redes de museus de base geográfica ou temática como um desafio futuro para a RPM, nomeadamente no que concerne ao estímulo e apoio por parte desta estrutura em “atender, potenciar, analisar e dar resposta aos projectos que sejam apresentados” pelos museus (CAMACHO, 2008: 135). De igual modo, Isabel Victor refere que o incremento das redes regionais será uma das principais metas da RPM para os próximos anos (VICTOR, 2010).

²⁷SANTOS, Jorge Alexandre Alvos dos, Dissertação de Mestrado *Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus*, Departamento de Sociologia, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Novembro de 2009.

Acrescente-se ainda que, para José Gameiro, a RPM não deve nem pode esgotar outras formas de redes das instituições museológicas, mas deve sim potenciá-las, apoiá-las e reforçá-las (GAMEIRO, 2010).

Em suma, e de acordo com o que foi dito, embora exista uma necessidade crescente de estabelecer e potenciar as formas de articulação e cooperação entre museus, é visível o trabalho realizado neste âmbito pela RPM. Salienta-se igualmente a intenção desta rede em continuar a apoiar e a estimular as iniciativas de trabalho em rede, principalmente no incremento de redes de museus regionais.

3. 2. Redes regionais de museus

Actualmente, debate-se no nosso país a necessidade de criação de redes regionais de museus. Segundo um estudo realizado por Dália Paulo, foram identificadas em Portugal vinte redes museológicas de carácter geográfico, onde se podem distinguir três tipos de redes territoriais: onze redes municipais, em que todas as entidades são de tutela municipal; cinco redes concelhias, em que a área geográfica do concelho é o denominador que reúne os membros da rede, independentemente da tutela; quatro redes regionais que englobam diferentes tutelas e áreas geográficas alargadas, de âmbito inter-municipal (PAULO, 2009: 8-16).

Num âmbito mais específico, Jorge Santos analisou os museus da RPM que integraram outras redes de carácter geográfico, constatando que treze museus da RPM fazem parte de redes deste âmbito. Relativamente à tipologia, distingue quatro formas de redes: duas transnacionais (MUSEUMAC e MERCATOR), duas regionais (Rede de Museus dos Açores e Rede de Museus do Algarve), uma concelhia (MUMA, redes de Museus de Matosinhos) e quatro municipais (SANTOS, 2009: 89).

Verifica-se, portanto, que, de acordo com Jorge Santos (2009), existe um total de nove redes de carácter geográfico em Portugal. Este número é inferior ao apresentado no estudo de Dália Paulo (2009), embora se mantenham as tipologias, à excepção da transnacional que foi tida em linha de conta por Jorge Santos.

Estes estudos chegaram a números diferentes, o que se deve aos distintos campos de acção das pesquisas. Enquanto o primeiro se centrou na análise das redes geográficas em território português, o segundo, menos generalista, analisou as formas de articulação e cooperação estabelecidas entre os museus da RPM. Assim, conclui-se

que o estudo de Jorge Santos (2009) incidiu numa amostra mais reduzida, sendo evidente que não são só os museus da RPM integram estas redes geográficas.

Quanto às redes geográficas de âmbito regional, consideram-se cinco casos nesta investigação, a partir dos estudos citados (PAULO, 2009) e (SANTOS, 2009): quatro experiências de natureza territorial semelhante (Rede de Museus do Minho; Rede de Museus do Douro; Rede de Museus do Algarve e a Rede de Museus do Alentejo) e uma quinta, a Rede Regional de Museus dos Açores que se distingue pelas suas particularidades insulares. Descrever-se-á em seguida as suas principais características e objectivos, começando pelo norte do país e acabando no arquipélago dos Açores.

Assim, começa-se a apresentação pela Rede de Museus do Minho, que surgiu em 2005 com o objectivo específico de elaborar em conjunto os documentos museológicos obrigatórios, definidos pela Lei-Quadro de Museus: regulamento interno, política de incorporações e plano de conservação preventiva.

Esta rede de museus optou por um modelo informal, sendo constituída por dezoito museus da Rede Portuguesa de Museus: Museu de Alberto Sampaio, Museu dos Biscainhos, Museu Nogueira da Silva, Museu Pio XII, Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Tesouro-Museu da Catedral de Braga, Museu de Olaria, Museu Municipal de Esposende, Casa Museu de Camilo, Museu Bernardino Machado, Museu da Fundação Cupertino de Miranda, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Museu Agrícola de Entre Douro e Minho, Museu de Vila do Conde, Museu Municipal Abade Pedrosa, Museu da Quinta de Santiago, Casa Museu Abel Salazar, Museu Municipal de Penafiel.

A necessidade de articulação entre estes dezoito museus nasceu com o propósito de resolver uma questão técnica, no âmbito da qualificação dos museus. A obrigatoriedade da elaboração dos documentos acima referidos levou à reunião dos profissionais que debateram estes temas e articularam saberes para redigirem os documentos normativos que, mais tarde, viriam a servir de exemplo a outras instituições museológicas²⁸.

Esta rede foi criada para servir um objectivo específico e distancia-se dos exemplos que serão apresentados em seguida, pela sua duração. Os seus elementos reuniram-se em função de necessidades concretas; assim, o projecto assumiu um

²⁸Cf. Conclusões do grupo de trabalho Redes Regionais de Museus, Exemplos de Redes Regionais, Casos de Estudo: Minho, Algarve e Alentejo, *Encontro RPM 10 anos*, 18 de Junho, Coimbra, 2010.

carácter temporário encontrando-se actualmente inactivo. Segundo as informações do actual Director do Museu Alberto Sampaio²⁹, existe a intenção de reactivar esta rede.

Na região do Douro, o Museu do Douro³⁰ propõe criar uma rede de museus, desde 2007, que seria constituída por doze núcleos museológicos, nomeadamente: Museu do Imaginário Duriense, Tabuaço; Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios, Alijó; Núcleo da Amêndoa, Vila Nova de Foz Côa; Núcleo do Somagre, Vila Nova de Foz Coa; Vinho e Viticultura Duriense, São João da Pesqueira; Núcleo da Seda, Freixo de Espada à Cinta; Núcleo da Cereja, Resende; Núcleo Arrais e Barqueiros, Mesão Frio; Núcleo Interpretativo da Linha de Caminho de Ferro Figueira de Castelo Rodrigo; Núcleo de Gastronomia Tradicional Duriense, Lamego e Central de Biel, Vila Real. Para além destes núcleos, o Museu do Douro pretende estabelecer parcerias com o Museu do Ferro, em Moncorvo e com o Museu do Azeite, em Mirandela.

Esta proposta de Rede de Museus foi apresentada pela equipa do Museu do Douro, no I Encontro de Museus do Douro, realizado a 24 e 25 de Setembro de 2007. Este Encontro reuniu todos os museus e estruturas de carácter museológico da região com o objectivo de fazerem um diagnóstico da respectiva realidade museológica. Procurou também formular princípios metodológicos e formas de articulação/cooperação entre os diversos museus e núcleos museológicos, com vista a estruturar uma rede de museus.

Segundo a proposta apresentada, esta rede museológica agruparia núcleos museológicos “com tutelas diferenciadas, que se unem em Rede com vista a congregar sinergias num projecto cultural comum, abrindo novas hipóteses de entendimento e valorização do potencial cultural da região. Desta forma é possível criar um museu para o Douro a partir dos diferentes museus e estruturas museológicas do Douro” (FAUVELLE e MARQUES, 2007: 3-4). Assim, o objectivo desta futura rede passa sobretudo por associar os interesses de valorização do património da região, nomeadamente os testemunhos com valor histórico, etnológico, científico, cultural, artístico, paisagístico e natural.

²⁹Manuel Sampaio Graça informou em Dezembro de 2010, por conversa telefónica, a intenção de reactivar a rede.

³⁰O Museu do Douro pertence a uma fundação que foi criada a 23 de Março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. A Fundação tem como fins a prossecução de actividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro. Informação disponível em: www.museudodouro.pt [acedido a 15 de Outubro de 2010].

O projecto de Rede de Museus do Douro propôs, à semelhança do que foi instituído na rede museológica nacional, constituir “um sistema de mediação e articulação entre as entidades de índole museal”, com o objectivo de qualificar os museus da região do Douro. É de salientar que, neste caso, o Museu do Douro assumirá o papel de promotor dinamizando recursos humanos e técnicos de forma a apoiar as outras instituições no cumprimento das suas funções museológicas. Para além da articulação entre os museus e a promoção de parcerias dos diferentes membros da rede, esta proposta anuncia também a intenção de programar anualmente em rede.

Esta rede de Museus da região Douro seria coordenada por uma só instituição, o Museu do Douro enquanto ‘museu de território’, integrando um conjunto de núcleos dos diferentes Municípios da Região Demarcada, contribuindo, desta forma, para a ‘coesão’ e identidade duriense³¹. Todavia, implementar esta rede tem sido um processo moroso, verifica-se que, apesar dos esforços realizados, esta ainda não se encontra em funcionamento.

O projecto de rede de museus do Alentejo é um projecto recente de articulação de museus. Esta proposta de rede teve como ponto de partida o 1º Encontro de Museus do Alentejo, realizado nos dias 21 e 22 de Outubro de 2010. Note-se que este encontro foi promovido pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN) e pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), com a colaboração do Museu da Luz, da Universidade de Évora e do Museu de Évora.

Neste caso específico, a acção parte ‘de cima para baixo’ e insere-se na política museológica nacional do IMC, especialmente na concretização dos objectivos da Rede Portuguesa de Museus,³² bem como nas competências da DRCALEN, em dar apoio técnico aos museus localizados na sua região em articulação com o IMC. Assim, esta experiência distingue-se de outras iniciativas, onde os museus têm sido os promotores destas reuniões ou encontros.

Para este encontro de Museus foram definidos três grandes objectivos: conhecer a realidade museológica do Alentejo, sendo que cada museu apresentou o seu ‘bilhete de identidade’; apresentar propostas para constituir uma rede facilitadora da comunicação entre museus da região; desenvolver eixos de intervenção para os museus do Alentejo (Boletim RPM, nº37, 2010: 29).

³¹Cf. FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana, MUD – *Uma rede de museus para o Douro*, actas do I Encontro de Museus do Douro, 2007, em: www.museudodouro.pt [acedido a 15 de Outubro de 2010].

³²Segundo o artigo 103º da Lei nº47/2004, de 19 de Agosto, a RPM tem como objectivo a cooperação institucional e o dever de fomentar a articulação entre museus.

Para concretizar os dois últimos objectivos foram constituídos grupos de trabalho com diferentes temáticas (programação e mediação cultural, museus e educação e formação profissional) que foram debatidas pelos profissionais dos museus do Alentejo³³.

Das conclusões dos trabalhos desenvolvidos neste encontro, evidencia-se particularmente as do grupo de trabalho “Programação e mediação cultural”, que debateu a pertinência e potencialidades da criação de uma rede regional de museus no Alentejo. Este grupo concluiu que esta forma de articulação permitiria uma optimização de recursos humanos e financeiros, consultoria, laboratórios técnicos e produtos, colecções, itinerância de produtos/colecções, programação técnica, reservas, estratégias de divulgação comuns e circulação de informação.

Na sequência dos trabalhos deste encontro, foi criada uma plataforma de comunicação através da disponibilização de uma caixa de correio electrónica e elaborado um inquérito de levantamento das potencialidades da criação de uma Rede Regional de Museus no Alentejo.

Quanto ao Inquérito, este inclui, por um lado, informação relativa à caracterização das Unidades Museológicas: particularidades e relevâncias. Por outro lado, avalia a pertinência e potencialidades da existência de uma Rede de Museus no Alentejo. Por fim, leva os museus a reflectirem sobre um projecto em rede para 2011³⁴.

Para além das redes já referidas, a Rede de Museus do Algarve, criada em Outubro de 2007, constitui o nosso estudo de caso e irá ser apresentada detalhadamente no terceiro capítulo. Esta rede conta actualmente com dezasseis membros: Museu Municipal de Faro; Museu Municipal de Tavira; Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; Museu de Portimão; Museu Marítimo Ramalho Ortigão; Museu Municipal de Arqueologia de Loulé; Museu do Traje de São Brás de Alportel; Museu Dr. José Formosinho de Lagos; Museu Municipal de Arqueologia de Silves; Rede Museológica de Alcoutim; Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; Arquivo de Lagoa; Museu Municipal de Olhão; Museu do Mar e da Terra da Carrapateira; Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim; e Câmara Municipal de Vila do Bispo.

³³Cf. Programa do 1º Encontro de Museus do Alentejo, Outubro de 2010, em: <http://www.ipmuseus.pt> [acedido em 15 Janeiro de 2011].

³⁴Memorando do Grupo de Trabalho ‘Programação e Mediação Cultural’, 1º Encontro de Museus do Alentejo, Aldeia da Luz/Évora-21 e 22 de Outubro de 2010 (Coordenadores: Maria João Lança - Museu da Luz e Diana Regal - Colecção B; Redactores: Roberto Leite e Cláudia Freire - RPM-IMC).

Além das quatro redes regionais citadas, distinguimos a Rede Regional de Museus dos Açores, dadas as suas características específicas, nomeadamente a sua natureza, tutela administrativa, competências e objectivos.

A Rede Regional de Museus dos Açores é constituída por oito museus (Museu de Santa Maria, Museu da Graciosa, Museu Francisco de Lacerda, Museu do Pico, Museu das Flores, Museu Carlos Machado, Museu de Angra do Heroísmo e Museu da Horta) que se distribuem por oito das nove ilhas do arquipélago. Estes museus são tutelados pela Presidência do Governo Regional/Direcção Regional da Cultura (DRaC) e representam a diversidade da cultura regional. Por conseguinte, compete à DRaC, coordenar a rede regional de museus, assim como definir uma política museológica integrada.

Neste caso, a lei orgânica dos serviços externos da DRaC define a natureza, competências, tipos, objectivos e quadros de pessoal dos museus da rede regional. Segundo o mesmo regulamento, os museus da rede têm competências ao nível da “recolha, conservação e exposição dos testemunhos materiais e bens imateriais do homem e do seu meio ambiente, para fins de estudo, conservação, educação e recreio” (Decreto Regulamentar Regional nº 13/2001/A, de 7 de Novembro).

Os museus da rede estão agrupados em dois tipos distintos; os Museus Regionais (os que representam o património cultural da Região) e os Museus de Ilha (os que representam as actividades culturais, económicas e sociais da ilha onde se localizam).

Relativamente à missão da rede, esta promove e valoriza a identidade própria de cada museu, independentemente da sua dimensão (quer a nível das exposições permanentes, quer a nível das actividades culturais), a qualificação dos serviços e a cooperação para a conservação e difusão do património cultural da Região.

Esta articulação e partilha têm contribuído para valorizar o tecido museológico regional; potenciar ou favorecer as acções susceptíveis de o dinamizar; promover a realização de inventários, a troca e a divulgação de informação e encorajar iniciativas relacionadas com a apresentação de colecções e de serviços educativos.³⁵

Neste sentido, o papel da DRaC tem sido o de exercer uma política de desenvolvimento dos museus da Região, em colaboração com organizações nacionais, como o IMC/RPM³⁶.

³⁵Informação disponível em: <http://museus.azores.gov.pt> [acedido a 11 de Novembro de 2009].

³⁶Note-se que a DRaC, enquanto organismo coordenador, tem promovido acções de formação profissional, referindo-se a colaboração estabelecida com a RPM no apoio dado aos técnicos dos museus da região através das acções de formação. Também no domínio da produção dos documentos legais,

Passando à análise comparativa das redes, quanto ao tipo de coordenação, formação, objectivos e permanência das redes, verifica-se o seguinte: relativamente à coordenação, nem todas se regem pelo mesmo princípio de organização, dado que umas são mais centralizadas do que outras. Deste modo, a Rede de Museus do Douro é coordenada por um museu, o Museu do Douro, tutelado pela Fundação do Douro. Já a Rede de Museus do Algarve se inscreve num modelo de coordenação diferente, menos centralizado. Com efeito, esta rede constitui anualmente um grupo coordenador formado por cinco museus, eleito por todos os membros da rede. A nomeação assenta no princípio da rotatividade. A Rede de Museus do Alentejo, por outro lado, encontra-se numa fase embrionária, cujo modelo de funcionamento ainda não está definido. No entanto, nos trabalhos preliminares esta rede seguiu algumas linhas de acção da RMA. Estes museus, tal como aconteceu no Algarve, reuniram-se e procuraram, em primeiro lugar, conhecer a realidade dos museus na sua região, assim como as expectativas relativas à criação de uma rede museológica.

Estas redes formaram-se e têm crescido através da adesão voluntária dos seus elementos, apesar de terem tutelas diferenciadas (administração central e local, privados, fundações e associações), com excepção da Rede de Museus dos Açores em que todos os museus da rede são tutelados e dirigidos pela DRaC.

Verifica-se, portanto, que estas formas de organização em rede partilham o propósito da promoção da cumplicidade e da partilha da informação e dos conhecimentos entre os museus das regiões.

Convém, no entanto, notar que estas são redes jovens, nascidas entre 2005 e 2010. Das cinco apresentadas, duas delas, por exemplo, ainda se encontram em fase de projecto. Chama-se também a atenção para a morosidade destes processos e as dificuldades de se implementarem redes regionais de forma efectiva e continuada. Como ilustração, veja-se o exemplo da Rede do Minho, que foi formada para cumprir um objectivo determinado; da rede museológica do Douro, que ainda não passou da fase de projecto ou intenção; e da Rede do Alentejo, que se encontra numa fase embrionária, embora já com um grupo de trabalho e linhas de acção definidas. Por outro lado, a Rede de Museus do Algarve encontra-se em pleno funcionamento, de forma continuada e com programa de actividades anual.

particularmente o regulamento interno, esta rede já publicou o Regulamento Interno dos Museus, pela portaria 69/2004, de 12 de Agosto que aprovou este regulamento e os regulamentos específicos de cada museu (VELÁSQUEZ, 2005: 6-7).

A finalizar este ponto sobre redes regionais, acrescente-se que em 2011 têm vindo a ser promovidos diversos seminários, encontros e workshops de museus em diferentes regiões do país com o propósito de fomentar a criação de redes de âmbito regional, nomeadamente em Coimbra, “Redes Regionais de Museus” a 13 de Abril, em Vila Nova de Famalicão, “Redes de Museus – Território, Identidade, Património” a 20 e 21 de Maio e no Paço dos Duques, em Guimarães “Uma Rede de Museus para o Norte: Interrogações e Caminhos” a 14 de Novembro de 2011. O primeiro foi promovido pela Direcção Regional de Cultura do centro em colaboração com o Instituto de Museus e Conservação e o segundo foi promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e o terceiro foi promovido pelo Paço dos Duques, todos com o objectivo de estreitarem as relações entre os museus e promoverem o debate e a reflexão em torno da criação de possíveis redes de museus de âmbito temático ou geográfico.

No seminário realizado em Coimbra, enquadrado na iniciativa “Fragmentos: Lugar, Memória, Caminhos”³⁷, destacam-se os temas discutidos em torno das redes de museus regionais, nomeadamente a comunicação de Clara Camacho “De que falamos quando falamos de redes de museus? Interrogações, caminhos e propostas” e a apresentação de alguns casos de redes regionais em território nacional: a rede de museus do Algarve e a rede de museus do Alentejo. Neste seminário foram também discutidos e abordados os tipos de organização em rede, as políticas estratégicas, e por fim, algumas perspectivas de parcerias. Para dar continuidade aos trabalhos, foi posteriormente promovido o Encontro de Museus do Centro,³⁸ com o propósito de fomentar o diálogo e a aproximação entre os museus da região centro.

No caso do seminário “Rede de Museus – Território, Identidades, Património”, em Vila Nova de Famalicão, evidencia-se, uma vez mais, a participação do IMC e o incentivo à defesa da criação de redes de museus, sejam elas temáticas, geográficas ou regionais.

Os temas apresentados neste seminário centraram-se nas redes temáticas alargadas ao património, redes regionais de museus e redes museológicas municipais³⁹.

No que diz respeito ao workshop “Uma Rede de Museus para o Norte: Interrogações e Caminhos”, em Guimarães, sobressaem dos trabalhos as seguintes considerações: sob o ponto de vista da articulação, promoção territorial e oferta turística

³⁷Informação disponível em: www.ciclofragmentos.com [acedido a 20 de Maio de 2011].

³⁸Encontro realizado em Coimbra, no Auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a 20 de Maio de 2011.

³⁹Informação disponível em: www.cm-vnfamalicao.pt [acedido a 10 de Maio de 2011].

devem ser tidas em conta quatro regiões identitárias na criação de eventuais redes de museus (Área Metropolitana do Porto, Minho, Alto Douro e Trás-os-Montes) e foi igualmente considerado mais interessante a criação de redes temáticas e/ou de Territórios de identidade⁴⁰.

Depois de abordados os vários caminhos trilhados tendentes à criação de redes regionais de museus, constata-se que já existem museus que se encontram organizados em redes, outros que se encontram em processo de organização, e ainda museus que começam a dar os primeiros passos no sentido de se organizarem a nível regional e de estreitarem as relações entre si. Deste modo, torna-se evidente, por um lado, a necessidade de comunicação e cooperação entre os museus de cada região e a urgência de serem criadas formas de articulação e cooperação, e por outro, as transformações que nos últimos anos se vêm operando no panorama museológico nacional, designadamente os esforços desenvolvidos por parte dos museus, das Direcções Regionais de Cultura e do Instituto de Museus e Conservação na criação de redes geográficas de museus, sobretudo as de âmbito regional.

⁴⁰ Informação disponível em: <http://pduques.imc-ip.pt> [acedido a 01 de Agosto de 2012].

CAPÍTULO II – DOS MUSEUS DO ALGARVE À CRIAÇÃO DA REDE

Neste capítulo apresenta-se a realidade dos museus do Algarve e evidencia-se os fundamentos para a criação da Rede de Museus no Algarve e a sua génese.

1. A realidade museológica algarvia

Neste ponto pretende-se, numa primeira parte, apresentar a génese e a evolução dos primeiros museus no Algarve e, numa segunda, dar a conhecer a realidade actual dos museus desta região.

Os dados em análise reportam-se a Dezembro de 2010 e foram disponibilizados pela Base de Dados Museus, gerida pelo OAC em colaboração com o IMC. São igualmente tidos em conta os dados mais recentes obtidos junto das instituições museológicas algarvias. Estes últimos dados permitiram actualizar e completar a referida base de dados⁴¹.

Para além das fontes referidas, a investigação baseia-se também em estudos realizados sobre o assunto: trabalhos académicos e publicações de museologia, o número um da revista *Museal* (2006) sobre o tema “A Realidade Museológica do Algarve - desafios para o século XXI”.

Antes de se iniciar o estudo dos museus do Algarve, é necessário esclarecer a sua categorização. É notória a diversidade terminológica utilizada por estas instituições (museus, núcleos ou pólos museológicos, casas-museu, parques museológicos e centros). A maioria das instituições estabelece as denominações sem recorrer a critérios ou normas legislativas. Para estabelecer um quadro conceptual de partida, decidiu-se utilizar os critérios de categorização adoptados pelo antigo IPM e OAC: ‘Museus’ são “todas as entidades auto denominadas ‘museus’ e ‘Núcleos/ Pólos Museológicos’ são “extensões ou pólos territorialmente descentralizados de um museu, ou seja, de uma unidade dependente de um museu que comportam os principais serviços técnicos que permitem a sua adequada manutenção bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar)”. No entanto, julga-se ser de todo o interesse adicionar uma tipologia diferente de ‘núcleo/pólo museológico’

⁴¹Os registos sobre os museus do Algarve estão referenciados a 31 de Dezembro de 2010 e foram confirmados e completados para este estudo em Setembro de 2011 junto das entidades museológicas do Algarve identificadas pelo OAC.

no estudo dos museus do Algarve. Com efeito, além dos núcleos que dependem de uma estrutura central, no caso particular do Algarve existem igualmente ‘núcleos/pólos museológicos’ que não dependem de nenhuma estrutura central, ou seja constituem-se enquanto unidades autónomas⁴². Para além destas categorias, considera-se ainda as ‘coleções particulares’ abertas ao público. Estas pertencem a proprietários individuais e não a instituições ou entidades, como obriga o conceito de museu definido pelo ICOM e pela Lei-Quadro de Museus Portugueses, assegurando desta forma a continuidade no tempo e a sua sustentabilidade (CAMACHO, 2006:14).

Note-se que nesta apresentação e análise das unidades museológicas algarvias não foram incluídos jardins zoológicos, botânicos, aquários e galerias de arte, assim como também não foram incluídos sítios arqueológicos e planetários.

De acordo com os dados obtidos, existiam em Setembro de 2011 no Algarve noventa e cinco unidades de carácter museológico⁴³. Do total destas unidades museológicas, setenta e oito encontram-se abertas ao público e dezassete encontram-se encerradas⁴⁴.

Começa-se por caracterizar os oito primeiros museus criados no Algarve, introduzindo uma breve caracterização dos museus algarvios no século XIX.

Neste período, no âmbito dos museus e da salvaguarda do património do Algarve, destaca-se em primeiro lugar, o taviense Estácio da Veiga. Este arqueólogo evidenciou-se pelo seu trabalho, particularmente a elaboração da Carta Arqueológica do Algarve⁴⁵. Do seu trabalho, destacam-se as explorações, os estudos regionais e as escavações, que resultaram na recolha de materiais que necessitaram de ser conservados em sítio adequado para preservação e exposição. Este foi o motivo pelo qual Estácio da Veiga propôs, pela primeira vez, a criação de um museu no Algarve. Assim, foram feitas várias diligências, junto do governo e das entidades oficiais da região, para fundar em Faro o museu arqueológico provincial. Apesar dos esforços, Estácio da Veiga percebeu desde logo o desinteresse e a falta de intenção por parte das instituições em valorizar e preservar as suas coleções. Desta forma, este arqueólogo viu-se obrigado a

⁴²Nesta região existe um grande número de unidades museológicas que se auto denominam de ‘núcleos’ ou ‘pólos’ e são independentes de museus, deste modo distinguindo-se do conceito adoptado pelo OAC (CAMACHO, 2006: 12-13).

⁴³Estes quantitativos vão aumentar no segundo semestre de 2011 com a anunciada abertura de mais duas unidades museológicas no Algarve. De acordo com os dados disponibilizados pelos museus de Loulé e Tavira, prevê-se a abertura do Núcleo Islâmico de Tavira e do Pólo Museológico da Água de Loulé.

⁴⁴Vide Museus do Algarve, anexo I.

⁴⁵Apesar de este levantamento não ter sido cumprido integralmente, deu origem a uma das obras fundamentais para o conhecimento da Arqueologia no Algarve: *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (BARATA e PARREIRA, 1997: 16).

deslocar todas as suas colecções para a capital do país. Em 1880, as colecções de arqueologia do Algarve foram incorporadas nas instalações da Academia Real de Belas Artes. Mais tarde, estes materiais foram transferidos para o Museu Etnográfico Português, actual Museu Nacional de Arqueologia (MNA), fundado em 1893 por Leite Vasconcelos (SANTOS, 1997). Deste modo, as colecções que representavam e identificavam a região algarvia ficaram centralizadas em Lisboa, longe do seu lugar de proveniência, facto que exemplifica o centralismo cultural que se vivia na época.

Embora a primeira tentativa de inaugurar um museu no Algarve não tenha sido bem sucedida, ainda nos finais do século XIX surgiu o Museu Industrial e Marítimo de Faro, mais precisamente em 1889, sendo, de facto, o primeiro museu algarvio. Foi inicialmente instalado na Escola Industrial Pedro Nunes. Este espaço funcionou como um museu-escola que utilizava as suas colecções como modelos didácticos. Por um lado, estas serviam para ensinar e desenvolver a indústria e, por outro, serviam para reforçar e dar a conhecer as tradições locais (GAMEIRO, 1998).

Com efeito, em 1935 J. Bivar considera o seguinte:

“[...] pois é o mais completo museu público dedicado às coisas do mar que existe em Portugal – o interesse das suas colecções: todos os modelos das embarcações de pesca de costa e rios do nosso país – modelos de arte da pesca – uma colecção riquíssima, sob o ponto de vista científico e artístico, das espécies piscatórias da costa portuguesa – uma colecção de modelos de navios de guerra antigos – aparelhos náuticos, etc” (BIVAR, J., *Museus Algarvios, Algarve Pitoresco*, nº 1, 1935).

Este museu corresponde ao actual Museu Almirante Ramalho Ortigão, instalado na Capitania do Porto de Faro, e é composto pelas seguintes salas: “Baldaque da Silva”, “Lyster Franco” e “Manuel Bivar”. Nestes espaços estão exposições permanentes constituídas por colecções maioritariamente ligadas às actividades marítimas e piscatórias.

Em 1894, decorridos cinco anos do nascimento do Museu Industrial e Marítimo de Faro, foi criado o Museu Arqueológico de Faro, inaugurado pelo Cónego Joaquim Pereira Boto. Nesta data foram realizadas as comemorações do quinto aniversário do nascimento do Infante D. Henrique, acontecimento que acabou por lhe dar o nome: Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (CARRILHO, 2002).

Este Museu percorreu vários espaços. A primeira instalação foi nos Paços do Concelho (1894-1910), seguindo-se a Igreja do antigo Convento de Santo António dos Capuchos (1915-1972) e finalmente foi transferido pelo director Pinheiro Rosa para o Convento da Nossa Senhora da Assunção (em 1973), local onde permanece até hoje (PAULO, 2006).

Esta instituição centenária é designada actualmente por Museu Municipal de Faro e conta com uma heterogeneidade de colecções⁴⁶, devido à ausência, na sua longa existência, de uma política de incorporação. Este facto levou a que fossem recolhidos objectos de diversas áreas e épocas por diferentes directores, verificando-se, desta forma, várias fases de organização⁴⁷. Na década de 90 do século XX, o museu sofreu uma reestruturação e reorganização nas seguintes áreas: inventário, reservas, conservação e restauro, investigação, exposição e edição e mais tarde na área da educação e museografia/*design* (PAULO, 2004).

Actualmente, este museu cumpre os requisitos previstos na Lei-Quadro de Museus, sendo um museu certificado pela RPM. Para além disso, integra também a Rede de Museus do Algarve.

Decorreram mais de trinta anos até serem criados outros museus no Algarve. Na década de 30 do século XX, surgiram mais dois museus, um sediado no barlavento, em Lagos, e o outro no sotavento, em Faro. Em 1930, foi criado o Museu Regional de Lagos, originalmente instalado na Sacristia da Capela de Santo António, a que está anexo. Este museu deve a sua fundação a um estudioso algarvio, o José Formosinho⁴⁸. Tal como Estácio da Veiga, este estudioso evidenciou-se pela recolha e salvaguarda dos testemunhos arqueológicos e estudos históricos, artísticos, religiosos e populares da região. O seu trabalho possibilitou a recolha de várias colecções⁴⁹ que acabaram por constituir o acervo do Museu de Lagos, construído à semelhança dos museus regionais que existiam no Estado Novo.

⁴⁶Entre as variadas colecções destacamos a arqueologia, pintura antiga, brinquedos, militar e cartazes (PAULO, 2006).

⁴⁷Segundo Dália Paulo, a primeira fase corresponde ao mandato do primeiro director e fundador Joaquim Pereira Botto; a segunda fase foi iniciada em 1915, de que fazia parte da vereação Justino Bivar e por fim teve início uma terceira fase em 1966 com Pinheiro Rosa (PAULO, 2006).

⁴⁸Em 1930 foi aprovada pela Câmara Municipal a criação em Lagos de um pequeno museu regional, tendo sido nomeado “conservador do mesmo Museu, sem direito a qualquer remuneração” em sessão camarária de 23 de Agosto de 1930 (FORMOSINHO, 1997: 59).

⁴⁹A partir do Roteiro do Museu Regional de Lagos, elaborado pelo Director do Museu em 1998, José Ramos Formosinho, filho do fundador, pode-se anotar, embora sucintamente, o espólio deste Museu, desde o Átrio da entrada passando pelas várias secções de Arqueologia, Etnografia do Algarve e de África, continuando pelas salas de exposição de Artes Plásticas, de Armaria, da História Local, de Numismática, até à sala de exposições de Arte Sacra na Sacristia da Igreja de Santo António (FORMOSINHO, 1998).

Este museu teve diferentes designações e o espaço que o acolheu também sofreu diversas alterações e adaptações. O facto de ter ocupado a Igreja de Santo António foi o motivo para que inicialmente se designasse Museu Regional de Santo António (1931). Pouco depois, o Museu passou a denominar-se Museu Regional de Lagos (1936) e, por fim, foi-lhe dado o nome de Museu Municipal Dr. José Formosinho (1988), em homenagem ao seu fundador - designação que se mantém até aos dias de hoje (CARRILHO, 2006).

Também neste caso, o seu primeiro conservador encontrou dificuldades⁵⁰ para aumentar e organizar o museu. A falta de espaço e as instalações sem condições levaram José Formosinho a solicitar persistentemente à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais apoio para melhorar o museu. O processo foi lento. Não obstante, este conservador conseguiu aumentar os espaços e melhorar as colecções (CARRILHO, 2006).

Actualmente, este museu mantém praticamente a configuração dos anos seguintes à sua fundação. O espaço continua aproveitado ao máximo, dividido por salas, onde figuram exposições permanentes que estão organizadas, na sua maioria, segundo a tipologia das colecções recolhidas por José Formosinho.

Em 1933, foi fundado por Mário Lyster Franco o Museu Antonino na Capela de Santo António do Alto, em Faro, cujo acervo constava de objectos relacionados com a vida e o culto do padroeiro Santo António (BIVAR, 1935). Este museu fechou as suas portas em 1998 e as suas colecções integraram o acervo do Museu Municipal de Faro, constituindo hoje uma das suas colecções.

Verifica-se, novamente, um intervalo de vinte e cinco anos até ser criado um novo museu na região algarvia. Tal sucedeu em 1958, data em que foi criado o Museu Arqueológico – Histórico de Albufeira, da responsabilidade do Padre José Manuel Semedo Azevedo, cujo acervo estava relacionado com os achados arqueológicos de diferentes períodos do território de Albufeira. Também integravam nas suas colecções algumas peças de arte sacra (AZEVEDO, 1964). Este museu era tutelado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira e foi posteriormente desactivado. Actualmente grande

⁵⁰José Formosinho numa das cartas dirigidas ao museólogo João Couto, por altura do II Congresso Transmontano, refere o seguinte: “Até este pequeno Museu que me tenho esforçado por organizar, sabe Deus com que sacrifícios e contrariedades, mas de que não desisto, até este dizia eu, que é um Museu em princípio e que por isso ainda muito pouco tem de interesse, já tem tido elogios de pessoas cultas que nele alguma coisa encontraram que lhes proporcionasse ensejo de qualquer estudo” (1941).

parte do seu espólio faz parte das colecções do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira⁵¹.

Quatro anos depois, em 1962, foi inaugurado o Museu Etnográfico Regional de Faro pela Junta Distrital. Esta instituição, com características etnográficas exclusivamente representativas do Algarve, conta com uma exposição composta por modelos reduzidos, fotografias e peças de artesanato local. Nos anos 80 do século XX foi alterada a sua designação para Museu Regional do Algarve, embora não tivesse os recursos humanos e as condições físicas para cumprir a sua missão enquanto museu regional (GAMEIRO, 1998). Durante a sua existência não foi feito nenhum investimento para melhorar as condições, a não ser em 2009, quando a instituição passou a ser gerida pela Divisão de Museus, Arqueologia e Restauro da Câmara Municipal de Faro⁵².

Na década de 70 do século XX também foram fundados mais dois museus: o Museu Paroquial de Moncarapacho (1972) e o Museu Manuel Cabanas em Vila Real de Santo António (1974)⁵³.

Com base na análise dos primeiros oito museus algarvios, concluiu-se que a sua criação se realizou de forma espaçada até à década de 70 do século XX⁵⁴. Para além de poucos, estes museus foram instalados em espaços pré-existentes e sem as condições necessárias para cumprirem as suas funções enquanto museus.

Relativamente às tutelas, quatro destes museus eram tutelados pela administração local (Museu Arqueológico Lapidar Infante D. Henrique de Faro, Museu Regional de Lagos, Museu Antonino; Museu Manuel Cabanas). Os três restantes tinham as seguintes tutelas públicas e privadas: religiosa (Museu Paroquial de Moncarapacho e o Museu Arqueológico – Histórico de Albufeira), Administração central (Museu Industrial e Marítimo de Faro) e, por fim, a Assembleia Distrital de Faro (Museu Regional do Algarve).

⁵¹A incorporação ocorreu no âmbito de um protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Albufeira e a Fábrica de Igreja Paroquial de Albufeira em 1997.

⁵²Protocolo de Gestão do Museu Regional do Algarve, assinado entre o Município de Faro e a Assembleia Distrital de Faro, em Janeiro de 2009 com revisão e actualização em Maio de 2010.

⁵³PAULO, D., 2010, *Museus do Algarve*, Artigos de associados da AGEAL publicados no suplemento Cultura. Sul, do Jornal Postal do Algarve, [acedido em 20 Janeiro de 2011] em: <http://www.agecal.pt/>.

⁵⁴O roteiro dos Museus de Portugal realizado pelo Instituto Português do Património Cultural em 1981 cartografava cinco museus no Algarve: o Museu Marítimo Ramalho Ortigão (1889) o Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique (1894), o Museu Antonino (1933), o Museu Etnográfico Regional (1967) e o Museu Municipal de Lagos (1932). No entanto, existiam ainda mais dois museus não referenciados: o Museu Cabanas em Vila Real de Santo António (1974) e o Museu Paroquial de Moncarapacho (1972).

Observa-se em todos os casos que os museus sofreram adaptações ou então transições das primeiras instalações para outros espaços. Importa também referir a mudança constante das designações dos diversos museus ao longo da sua existência. O nome destes museus foi mudando de acordo com as transformações e adaptações que sofreram ao longo do seu percurso.

Destaca-se o facto de, neste período, muitos dos museus surgirem da intenção e da determinação de estudiosos e de investigadores em salvaguardar o património. A criação destes museus foi feita em condições difíceis, com insuficiente apoio por parte do Estado, numa região em que o museu do Ministério da Cultura mais próximo do Algarve se situava em Évora, no Alentejo.

Depois de apresentados os museus mais antigos, será descrita sucintamente a realidade actual dos museus do Algarve.

Como se afirmou em linhas anteriores, existia um número reduzido de museus até à revolução de Abril de 1974⁵⁵. Contudo, a situação alterou-se muito nos anos subsequentes. Verifica-se que foram criadas, no período compreendido entre o novo regime político e o mês de Setembro de 2011, oitenta e sete entidades de carácter museológico no Algarve.

Continua-se, então, a apresentação das unidades museológicas do Algarve nos anos 80. Nesta década foram criados quatro ‘museus’ e três ‘coleções particulares’. Destas sete unidades museológicas, evidenciamos dois museus que integram actualmente a RMA: o Museu Municipal de Portimão (1983) e o Museu do Trajo de São Brás de Alportel (1986).

O Museu de Portimão é tutelado pela Câmara Municipal e em 2001 integrou o primeiro conjunto de Museus da RPM. Este museu nasceu da criação de uma comissão instaladora da Câmara Municipal de Portimão em 1983, e passados vinte e cinco anos foi inaugurado (2008) na antiga Fábrica de Conservas de Peixe Feu Hermanos⁵⁶. Este edifício foi convertido em museu, integrando todo o espólio representativo da cadeia operatória da indústria conserveira. O seu acervo é constituído sobretudo por Património Industrial, Naval, Subaquático, Etnográfico, Arqueológico e Iconográfico e Imaterial (GAMEIRO, 2006).

⁵⁵Isto porque, as transformações políticas ocorridas nesta altura permitiram desenvolver, por todo o País, um renovado interesse pelas questões patrimoniais, culminando numa verdadeira explosão museal, para a qual contribuiu, sobretudo, a iniciativa do poder autárquico.

⁵⁶O Museu de Portimão recebeu os Prémios: Museu Conselho da Europa em 2010 e o DASA Mundo do Trabalho em 2011.

O Museu do Trajo de São Brás de Alportel é tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel e foi instalado num antigo palacete do século XIX. Este museu apresenta uma importante colecção de trajes tradicionais e têxteis e um acervo etnográfico composto pelos núcleos da cortiça, das alfaias agrícolas e dos veículos de tracção animal. O contexto museológico do Museu de São Brás insere-se no carácter comunitário inspirado na museologia social (SANCHO, 2006).

Observam-se nestes dois casos traços comuns: a intenção de salvaguardar a memória e a identidade do território e a proximidade com a comunidade através de uma relação dinâmica de partilha e colaboração entre a população e o museu.

Prossegue-se a apresentação dos ‘museus’, ‘núcleos museológicos’ e ‘colecções particulares’ na década de 90 do século XX. Este período foi caracterizado pelo aumento exponencial dos museus no Algarve. Nesta década surgiram trinta unidades museológicas, dezoito ‘museus’, duas ‘colecções particulares’ e dez ‘núcleos museológicos’.

Das trinta unidades de carácter museológico, distingue-se três museus e a rede polinucleada de Alcoutim que pertencem à RMA: o Museu Municipal de Arqueologia de Silves (1990); o Museu Arqueológico de Loulé (1995); a Rede de Museus Polinucleada de Alcoutim (1995); o Museu Municipal de Albufeira (1999).

O Museu Municipal de Arqueologia de Silves é tutelado pela Câmara Municipal e foi construído em torno de um Poço-Cisterna Almóada dos séculos XII-XIII. O museu conta com espólio arqueológico proveniente de escavações do município de Silves. O seu acervo informa-nos acerca da história e do modo de ocupação do território de Silves, desde a pré-história até ao século XVIII, sendo de destacar a colecção islâmica⁵⁷.

O Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, também de tutela municipal, encontra-se instalado no edifício da antiga Alcaidaria. As duas primeiras salas albergam a exposição permanente e foram inauguradas em 1995. Quatro anos mais tarde (1999), foi remodelada a exposição e aberta uma terceira sala. O Museu tem colecções que integram achados arqueológicos que nos dão a conhecer a história do Município de Loulé desde a Pré-História até à Época Moderna⁵⁸.

Quanto à rede polinucleada de Alcoutim, igualmente de tutela municipal, teve início em 1995 com a inauguração do Museu do Rio em Guerreiros do Rio, no concelho de Alcoutim. Os núcleos encontram-se organizados territorialmente de forma

⁵⁷Cf. Catálogo do Museu Municipal de Silves (1990).

⁵⁸Cf. Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia de Loulé (2004).

descentralizada. Actualmente, a rede museológica é constituída por nove núcleos. Na década de 90 foram criados três núcleos: o Museu do Rio (1995) em Guerreiros do Rio, o Núcleo de Arte Sacra (1998), na Vila de Alcoutim e o Núcleo da Fonte do Zambujo (1998), na freguesia do Pereiro. As colecções estão ligadas à etnografia, excepto a colecção de arte sacra. A instalação destes núcleos foi feita em escolas primárias desactivadas com o objectivo de revitalizar os espaços, dinamizando-os com acções culturais abertas à comunidade (GRADIM, 2009).

Por fim, refira-se o Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, também de tutela municipal, instalado no edifício da antiga Câmara Municipal. O seu acervo é formado por colecções de arqueologia relacionadas com a história do concelho e dos concelhos limítrofes. No piso térreo está patente a exposição de longa duração que nos dá a conhecer a história do Município desde a Pré-História até ao século XVII, através de diferentes núcleos temáticos, organizados cronologicamente: Pré-História; Período Romano; Período Islâmico e, por fim, a Idade Moderna⁵⁹. Este museu foi o último dos quatro museus algarvios a integrar a RPM (2003).

Da análise sumária destes três museus e da rede polinucleada de museus criados nos anos 90 resultam os seguintes dados: todos têm tutela municipal; encontram-se instalados em espaços pré-existentes e adaptados; as colecções são sobretudo de arqueologia, sendo que três deles são formados unicamente por estas colecções, salvo os núcleos museológicos de Alcoutim que estão ligados ao património etnográfico e à arte sacra; todos pertencem à RMA, sendo que o museu de Albufeira integra também a RPM.

Apesar do aumento significativo do número de unidades museológicas nos anos noventa, é chegado o século XXI e estas continuaram a aumentar. Do conjunto dos treze ‘museus’, quatro ‘colecções particulares’ e vinte e seis ‘núcleos’ criados já no decorrer deste século, destacam-se dois importantes museus no contexto museológico algarvio que integram a rede em estudo (RMA): o Museu Municipal de Tavira (2001) e o Museu do Mar e da Terra da Carrapateira (2008).

O Museu Municipal de Tavira é tutelado pela Câmara Municipal de Tavira e instalou-se no Palácio da Galeria. Este museu é polinucleado, dele fazem parte dois núcleos museológicos: o núcleo museológico de arte sacra e o núcleo museológico de Cachopo, estando também previsto para breve a abertura dos núcleos Islâmico e

⁵⁹Cf. http://www.imc-ip.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/admin_local [accedido a 20 de Maio de 2010].

Fenício. As suas colecções estão relacionadas com as áreas temáticas: a terra, o mar e a cidade. Este museu integra também a RPM desde 2001 (LOPES, 2006).

O Museu do Mar e da Terra da Carrapateira foi construído de raiz e é tutelado pela Câmara Municipal de Aljezur. Nasceu com o propósito de desenvolver a localidade onde está inserido. Este museu é de carácter comunitário e assenta na filosofia da nova museologia. Quanto ao acervo, é maioritariamente etnográfico: representa a vida dos homens da aldeia da Carrapateira nas actividades ligadas à terra e ao mar⁶⁰.

Nestes dois museus o território surge como objecto de estudo. Tratam-se, portanto, de projectos que estão ligados à comunidade onde estão inseridos.

Resta referir que das noventa e cinco unidades museológicas detectadas, não se conseguiu conhecer a data de abertura de três ‘colecções particulares’ de tutela privada e de dois ‘núcleos museológicos’ e dois ‘museus’ de tutela religiosa⁶¹.

Depois de apresentados, sumariamente, os museus algarvios criados ao longo das diferentes décadas, continua-se com a análise das setenta e oito unidades museológicas abertas ao público, de acordo com as seguintes categorias: museus, núcleos/pólos museológicos autónomos, núcleos/pólos museológicos dependentes e colecções particulares.

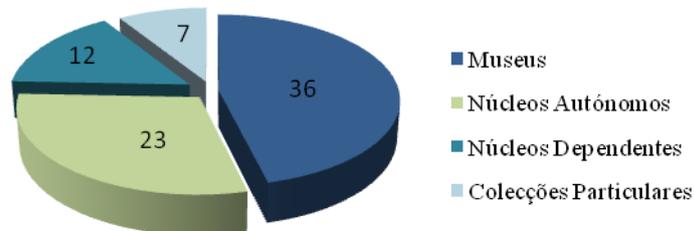


Gráfico n.º 1 – Instituições museológicas do Algarve

⁶⁰Cf. Catálogo do Museu do Mar e da Terra da Carrapateira, 2008.

⁶¹Museu de Arte Oriental de Albufeira, Museu do Barco em Lagos, Museu de Fotografia e Arte Contemporânea em São Brás de Alportel, Museu de Arte Sacra da Paróquia de Cachopo, Museu da Igreja de Santa Maria em Tavira, Núcleo Museológico de Arte Sacra de Vila do Bispo e Núcleo Museológico do Convento do Espírito Santo em Loulé.

Em Setembro de 2011 existiam setenta e oito unidades de carácter museológico abertas ao público: trinta e seis ‘museus’, trinta e cinco ‘núcleos museológicos’ e sete ‘coleções visitáveis’ no Algarve. Desta realidade salienta-se o facto de a maioria dos museus ter uma estrutura centralizada. Do número total de museus distinguem-se apenas quatro ‘polinucleados’, todos eles de tutela municipal⁶².

Na categoria dos ‘núcleos’ ou ‘pólos museológicos’ observa-se, como já foi referido, um grande número de ‘núcleos’ no Algarve que não estão dependentes de nenhum museu. No caso dos trinta e cinco ‘núcleos’, vinte e três são estruturas autónomas e doze dependem de uma estrutura central (museu). O número de ‘núcleos’ autónomos é bastante elevado relativamente às restantes unidades. Verifica-se, também, o facto de muitas vezes estes ‘núcleos’ não reunirem as condições necessárias para cumprirem as funções museológicas básicas. De facto, as suas actividades na maioria dos casos resumem-se a exposições permanentes. Estas iniciativas devem-se sobretudo às autarquias ou juntas de freguesias (CAMACHO, 2006).

Relativamente às ‘coleções particulares’ deve-se explorar as razões porque raramente cumprem as funções museológicas. Trata-se de coleções, na maioria dos casos, expostas em salas sem condições apropriadas e que só abrem esporadicamente ou mediante marcação. Das noventa e cinco unidades museológicas registadas no Algarve, quatro ‘coleções particulares’ já encerraram ao público e das sete ‘coleções particulares’ abertas, uma abre mediante marcação e duas sazonalmente. Quanto às restantes, duas encontram-se abertas em espaços anexos a estabelecimentos comerciais (hotel e casa de chá) e outra numa casa particular. Desta forma, não será exagerado afirmar que estes ‘espaços visitáveis’ não cumprem os requisitos para investigar, preservar e comunicar as suas coleções.

⁶²Os Museus polinucleados são os seguintes: Museu Municipal de Tavira; Museu Municipal de Arqueologia de Loulé; Museu Municipal de Aljezur; Museu Municipal Dr. José Formosinho de Lagos.

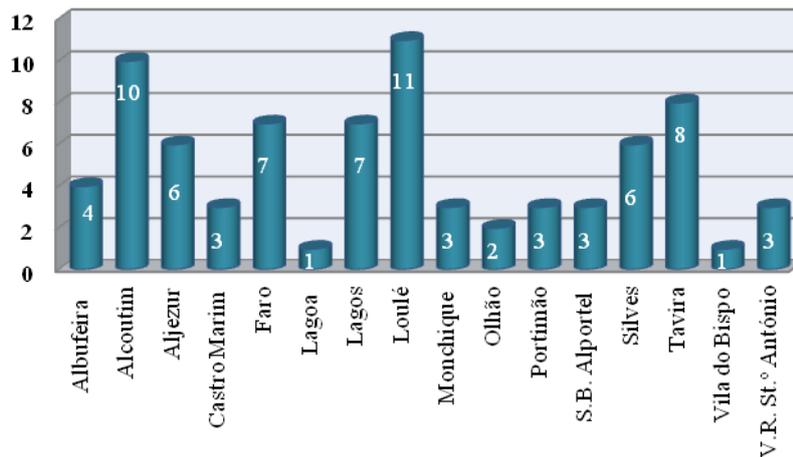


Gráfico n.º 2 – Museus do Algarve - Municípios

Uma outra realidade territorial emerge desta análise, a clara concentração das unidades de carácter museológico nos municípios de Loulé, Alcoutim, Tavira, Lagos e Faro, seguindo-se Silves, Aljezur e Albufeira. Já os municípios de São Brás, Monchique, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Portimão, Olhão, Lagoa e Vila do Bispo têm um menor número de museus. Verifica-se, deste modo, que existe uma distribuição desigual de unidades museológicas nos diferentes municípios. No cômputo geral de museus verifica-se que o sotavento conta com maior número de ‘museus’ (47) do que o barlavento (31).

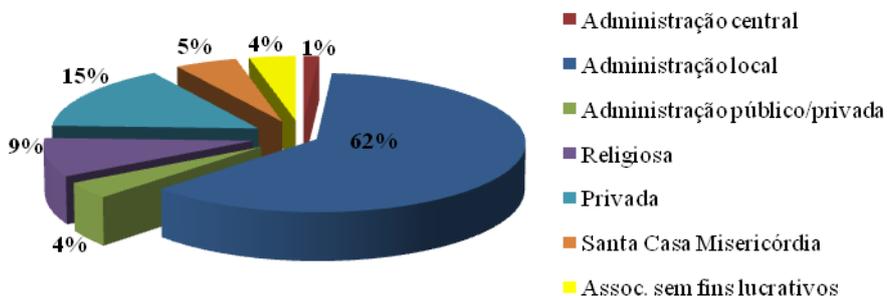


Gráfico n.º 3 – Museus do Algarve - Tutelas

Relativamente à dependência tutelar dos museus do Algarve destaca-se a predominância da administração local. Mais de metade dos museus da região são tutelados pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia (62%), seguindo-se os de tutela privada (15%) e religiosa (9%), a Santa Casa da Misericórdia (5%), as associações sem fins lucrativos (4%), os de gestão partilhada público/privada (4%), e por fim o de administração central (1%).

Neste sentido, é de salientar, por um lado, o papel da administração local na criação de museus ou núcleos museológicos, enquanto agentes culturais de desenvolvimento local, e, por outro, a pouca expressividade tutelar da administração central. Os ‘museus’ ou ‘núcleos museológicos’ foram criados em quase todos os municípios algarvios tutelados, na sua maioria, pela administração local⁶³.

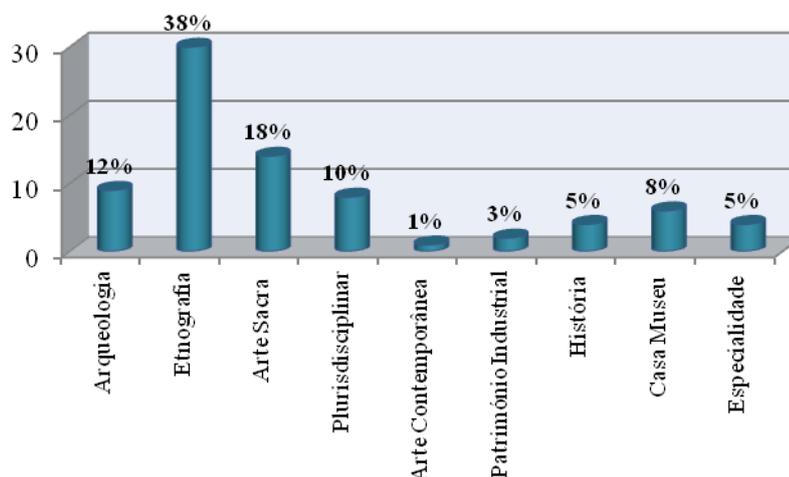


Gráfico n.º 4 – Museus do Algarve – Coleções

Relativamente às coleções incorporadas nas unidades museológicas algarvias, predominam as coleções etnográficas (38%), seguindo-se as de arte sacra (18%) e de arqueologia (12%), a que se seguem as coleções pluridisciplinares (10%). Depois sucedem-se as coleções das Casas-museu (8%), de história (5%), de temáticas especializadas (5%), de património industrial (3%) e, por último, de arte contemporânea (1%). Compreende-se aqui o peso da etnografia na representação das culturas e identidades locais e regionais, bem como a importância das coleções de arte sacra

⁶³Unicamente os concelhos de Vila do Bispo e Lagoa não têm ‘museu’ ou ‘núcleo museológico’ tutelado pela Câmara Municipal ou Junta de Freguesia.

ligadas aos museus das paróquias e das colecções de arqueologia incorporadas em ‘museus’ ou em ‘núcleos museológicos’.

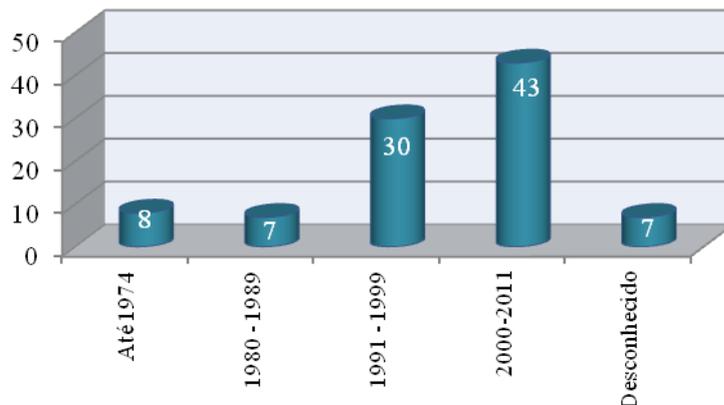


Gráfico n.º 5 – Museus do Algarve – Anos de Abertura

Também se assinala a juventude dos museus do Algarve. A maior parte nasceu na década de noventa do século XX (30) e na primeira década do século XXI (43). O número de unidades museológicas aumenta na década de noventa. Este fenómeno representa a vontade, particularmente do poder local, em afirmar o passado e em desenvolver os municípios, atraindo visitantes. Observa-se, igualmente, que na primeira década do século XXI existiu um crescimento rápido, sobretudo, do número de ‘museus’ e ‘núcleos museológicos’. Os museus, neste período, multiplicaram-se e alargaram os discursos a um público cada vez mais exigente e diversificado.

Após esta análise introdutória da globalidade dos museus do Algarve, serão então apresentados os museus algarvios integrados na RPM.

2. Museus do Algarve da RPM

Do conjunto de museus do Algarve, destacam-se quatro que, por se terem candidatado e reunirem os requisitos exigidos pela legislação em vigor, são credenciados e integram a RPM: o Museu de Portimão, o Museu Municipal de Tavira, o Museu Municipal de Faro e o Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira.

Quadro nº 1 – Museus do Algarve da RPM

Nome	Fundação	Tutela	Instalações	Colecções	Técnicos Superior	Total Funcionários
Museu de Portimão	1983	C.M de Portimão	Antiga Fábrica Feu Hermanos	Etnografia, Arqueologia, Industria, Fotografia e Arte	12	33
Museu Municipal de Tavira	2001	CM de Tavira	Palácio da Galeria	Etnografia, Arqueologia e Arte Contemporânea	9	20
Museu Municipal de Faro	1894	CM de Faro	Antigo Convento de N. Sr.ª da Assunção	Arqueologia, Arte Antiga, Etnografia, Pintura, Arte Sacra, Ourivesaria e Fotografia	11	33
Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira	1999	CM de Albufeira	Antigo Edifício dos Paços do Concelho	Arqueologia	4	10

A maior parte dos museus são jovens, três museus foram criados depois da década de 80 e só um foi criado nos finais do século XIX. Quanto ao acervo, todos eles têm colecções de arqueologia, três contam com colecções de etnografia, dois têm colecções de arte e um distingue-se por incluir também património industrial. Estes museus foram instalados em edifícios pré-existentes com significado histórico-patrimonial para os municípios. Todos eles são tutelados por autarquias. Relativamente aos recursos humanos, nota-se uma disparidade no número de funcionários do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira relativamente aos outros três museus: Portimão conta com um total de trinta e três funcionários; Faro de trinta e três; Tavira de vinte, e por fim, Albufeira tem apenas dez funcionários. Comparativamente ao número dos técnicos superiores, observa-se, de igual forma, uma grande disparidade: Albufeira tem quatro, Tavira tem nove, Faro tem onze, Portimão tem doze⁶⁴.

Para além dos recursos humanos, também existem diferenças a nível dos recursos materiais e técnicos. Nesta perspectiva, destaca-se o Museu de Portimão, instalado numa antiga fábrica de peixe, adaptada e preparada com equipamentos e espaços técnicos e condições de acolhimento ao público que o distinguem dos restantes museus do Algarve.

Estes quatro museus têm vindo a beneficiar da ajuda dos programas de apoio financeiro e técnico da RPM (Programa de Apoio à Qualificação de Museus e ProMuseus) nas áreas mais carenciadas: programa museológico; estudos de colecções; conservação preventiva; serviços educativos; na área da comunicação; na área das

⁶⁴Dados obtidos através do contacto estabelecido com os responsáveis dos quatro museus do Algarve da RPM (Museu de Portimão, Museu Municipal de Faro, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira e Museu Municipal de Tavira) no mês de Setembro de 2011.

edições; na área das parcerias. Para além destes programas, salientam-se as acções de formação que têm contribuído para promover as boas práticas museológicas divulgadas pela RPM com o objectivo de qualificar os recursos humanos. Neste âmbito, destaca-se as seguintes acções realizadas no Algarve: Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária; Introdução às Práticas de Conservação Preventiva; Embalagem e Transporte de Bens Museológicos (CAMACHO, 2006: 22-23).

No âmbito dos museus da RMA, foram feitas duas candidaturas à RPM, que foram aprovadas por esta, na área das parcerias: a “Caixa-Viagem pelas Histórias do Algarve”, apresentada pelos quatro museus algarvios da RPM, agregando mais seis entidades culturais. E outra candidatura na área editorial: “4 Museus do Algarve, 4 Edifícios com História”, igualmente apresentada por estes quatro museus.

Importa também perceber que, até 2011, passaram oito anos desde a última vez que um museu do Algarve aderiu à RPM, havendo actualmente dois museus em processo de candidatura. Reconhece-se que o número de museus algarvios incorporados nesta rede nacional ainda é bastante reduzido, face ao número de museus existentes.

Esta rede nacional de museus tem contribuído para qualificar os quatro museus integrados na RPM e tem colaborado com as outras entidades não integradas, através do apoio técnico e consultadoria prestados nas áreas solicitadas: apreciação de projectos de remodelação ou de instalação de unidades museológicas e programação museológica (CAMACHO, 2006: 23-24). Porém, as unidades museológicas registadas são noventa e cinco, sendo que dezassete já encerraram e muitas apresentam dificuldades. Carentes de recursos humanos e financeiros, muitas não reúnem as condições necessárias para se candidatarem à Rede Portuguesa de Museus. Por conseguinte, a Rede de Museus do Algarve surge como uma possível estrutura de apoio para os museus da região.

A análise desenvolvida mostra, resumidamente, a realidade dos museus no Algarve e dos museus que integram a RPM. Em primeiro lugar, procurou-se descrever os museus e o seu crescimento, assim como dar a conhecer as respectivas tutelas e colecções. Em segundo lugar, foram analisados os dados quantitativos disponíveis e feitas algumas considerações técnicas sobre os museus.

Conclui-se que, de um modo geral, os dados revelaram um aumento expressivo destas unidades museológicas nos últimos vinte anos, o que demonstra a juventude das instituições. Quanto às colecções, constata-se que os museus privilegiam a etnografia, a arte sacra e a arqueologia. As colecções encontram-se, na maioria, ligadas às actividades tradicionais representativas da região, nomeadamente as artes ligadas à

pesca e ao mundo rural, à religião e aos vestígios arqueológicos recolhidos nas diversas explorações e escavações realizadas no Algarve. A falta de programação cultural a nível regional e a repetição de conteúdos e temáticas dos museus levou à duplicação das suas tipologias. No entanto, constata-se que nos últimos anos se têm alargado as áreas temáticas, por exemplo no domínio da arte contemporânea e da arqueologia industrial. Para o primeiro caso, destaca-se o Museu de Tavira e para o segundo, o Museu de Portimão.

Partindo desta análise importa saber que o crescimento dos museus está associado, sobretudo, às iniciativas do poder local, apesar de no padrão descrito também existir um índice elevado de museus de tutela privada e religiosa. Este aumento de museus configurou sem dúvida um quadro de mudança no panorama museológico do Algarve. Apesar do acréscimo de unidades museológicas, verifica-se que nem todas cumprem as suas funções museológicas básicas, como é o caso das ‘coleções visitáveis’. Ainda neste sentido destaca-se o número excessivo de ‘núcleos’ ou ‘pólos’ que estão abertos ao público não dependendo de nenhum museu e sem reunirem as condições mínimas para cumprirem as suas funções. Esta situação preocupou os profissionais dos museus do Algarve e contribuiu para firmar a necessidade de construir uma rede de museus no Algarve.

Terminada esta breve caracterização e análise dos museus do Algarve e, em particular, os que fazem parte da RPM, dar-se-á em seguida a conhecer as razões que levaram à criação de uma rede regional de museus algarvios.

3. Fundamentos para a criação de uma Rede de Museus no Algarve

Importa, neste ponto, saber os motivos que levaram à criação de uma rede regional de museus no Algarve. Começa-se por recordar que o tema das redes regionais tem constituído matéria de discussão entre os profissionais da museologia. No caso concreto do Algarve, há pelo menos dez anos que se reivindicava uma estrutura intermédia no domínio da museologia que estabelecesse a articulação entre os museus do Algarve⁶⁵.

⁶⁵Destacam-se as conclusões do 8º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, realizado em Portimão em 1997, que apontam para a criação de protocolos e parcerias a nível local, regional e

Reclamou-se a criação de uma rede de museus regionais num período de renovação museológica nacional. Por isso, considera-se importante evidenciar alguns factores de ordem nacional que concorreram para melhorar a realidade dos museus no país e por conseguinte nos museus do Algarve: em 1998, os protocolos que foram realizados entre os museus de Faro e Portimão e o IPM, contribuindo para a partilha e desenvolvimento de boas práticas museológicas; em 2000, a criação da RPM e particularmente o apoio dado aos museus algarvios (Faro, Portimão, Albufeira e Tavira) integrados nesta rede nacional; em 2004, o novo enquadramento legal, a Lei-Quadro de Museus n.º 47 /2004 de 19 de Agosto, que contribuiu para colmatar o vazio legislativo no âmbito dos museus e, sobretudo, acentuar a necessidade de reforçar as parcerias e a articulação entre museus; em 2006, a criação do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus, designado por ProMuseus (Despacho Normativo n.º 3/2006 do D/Rep, 2ª série – N.º 134 de 13 de Julho de 2006); em 2006, o papel atribuído às Direcções Regionais da Cultura no apoio técnico aos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na área de actuação geográfica da direcção regional (art.º 18 do Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de Outubro).

Apesar dos factores enumerados, que contribuíram para melhorar as condições de certos museus algarvios, sobretudo os que integram a RPM, e do aumento exponencial de museus nas últimas décadas no Algarve, verifica-se que os níveis de qualidade não acompanharam o crescimento. Na maioria das vezes, constata-se que os diferentes museus do Algarve vivem realidades muito desiguais a nível de recursos humanos e materiais. Grande parte está instalada em espaços exíguos, sem condições. Alguns museus estão abertos apenas com a sua exposição permanente sem que existam outros espaços técnicos ou afectos ao serviço educativo. Na verdade, nota-se que os museus e os núcleos se multiplicam sem garantirem as condições de sustentabilidade, de conservação das colecções e o cumprimento da sua função social. Estas necessidades fundamentaram a criação de uma estrutura intermédia de partilha e cooperação entre as instituições, de modo a aumentar a qualidade dos museus do Algarve.

nacional, assim como a criação de centros regionais de recursos museológicos intermunicipais (conclusões do 8º Encontro Nacional Museologia e Autarquias, 1997) e o trabalho académico realizado, por José Gameiro (1998), no âmbito da sua dissertação de mestrado “Património e Museologia. Da realidade global à perspectiva local”, onde refere a falta de estruturas museológicas intermédias e coordenadoras de planeamento para os museus do Algarve, ou seja, a ausência de uma rede regional de museus algarvios (GAMEIRO, 1998: 100).

De um modo geral, os museus do Algarve caracterizavam-se pela inexistência de projectos de parcerias. Deste modo, cada museu tem vivido virado para si mesmo, tentando com poucos meios sobreviver e colmatar as necessidades culturais do seu concelho ou freguesia, sem pensar no todo, na região algarvia. O verdadeiro desafio residiu em criar formas de contrariar o isolamento e a falta de articulação entre os museus. Com efeito, constata-se que existem temáticas e colecções muito próximas sem que exista uma colaboração ou uma programação a nível regional.

Salienta-se, igualmente, o facto de apenas quatro museus se encontrarem na RPM e beneficiarem de apoio técnico e financeiro, sendo necessário desenvolver projectos de parceria, contribuir para a formação profissional, partilhar experiências e conhecimentos museológicos com os restantes museus do Algarve.

A necessidade de valorizar e qualificar a actividade museológica da região levou, assim, a considerar a criação de um instrumento de desenvolvimento da política museológica regional.

Neste sentido, sublinha-se ainda a importância do turismo nos museus do Algarve, factor que obrigou as tutelas dos museus a considerarem as necessidades culturais e sociais da região. Assim, tornou-se essencial criar condições para acolher um maior número de visitantes, diversificar e planear a oferta cultural e privilegiar a qualidade dos serviços das instituições.

Por último, nota-se uma preferência pelo trabalho em rede, como forma de valorizar e qualificar os museus. Os profissionais dos museus perceberam a necessidade de (des)envolverem acções e projectos em rede. Desta forma, propõem-se a atingir objectivos comuns, conjugando esforços.

Termina-se este ponto sublinhando alguns fundamentos que se consideram importantes para a criação da RMA. Como se viu, a reclamação da criação de uma rede regional de museus no Algarve por parte dos responsáveis e técnicos do sector museológico, não é um tema novo.

Depreende-se, igualmente, que as razões que levaram à formação desta rede decorreram, sobretudo, dos seguintes factores: a multiplicação das unidades museológicas, nas últimas décadas, sem terem condições mínimas de sustentabilidade e sem terem capacidade de cumprirem as funções museológicas básicas; a necessidade de formação profissional e de partilha de experiências e conhecimentos entre os museus; a falta de articulação e comunicação entre as diferentes unidades museológicas algarvias; a urgência de valorizar e qualificar a actividade museológica da região, através de um

trabalho em rede; a ausência de parcerias e de uma programação conjunta a nível regional e, por fim, a premência em criar um instrumento de desenvolvimento da política museológica regional com o objectivo de qualificar os museus do Algarve.

Neste sentido, em 2007 foram dados os primeiros passos para a criação da RMA. Os museus de Faro e de Portimão foram os primeiros a mostrarem uma vontade clara de criarem uma rede regional de museus no Algarve. Para tal, uniram esforços e convocaram os museus da região para discutir o assunto, facto que se analisará no ponto seguinte.

4. Génese da Rede de Museus do Algarve

O processo de consciencialização de mudança de um isolamento dos museus para um trabalho efectivo de partilha tem sido um processo demorado. As iniciativas dos museus foram constantemente levadas a cabo à escala concelhia. Aliás, esta foi sempre uma característica histórica do Algarve. Presentemente, com a iniciativa da constituição de uma rede de museus, transcenderam-se os limites do concelho, ultrapassaram-se, pela primeira vez, essas fronteiras e começou-se a pensar à escala regional.

A primeira iniciativa que espoletou a reflexão sobre uma rede de museus no Algarve partiu do Museu Municipal de Faro em articulação com a RPM. Este museu promoveu a realização do já referido *workshop* com o tema “Que Redes para o Algarve?”, no dia 10 Novembro de 2006. Neste *workshop* estiveram reunidos cerca de meia centena de técnicos e dirigentes dos museus⁶⁶ do Algarve que assistiram a comunicações⁶⁷ e, ao mesmo tempo, debateram e reflectiram conjuntamente sobre a necessidade de articulação entre os museus e de se dinamizarem projectos de parceria que valorizem o património e a identidade da região.

⁶⁶Os museus e entidades participantes: Museu Municipal Arqueológico de Albufeira, Rede Museológica de Alcoutim, Museu Municipal de Aljezur, Arquivo Municipal de Lagoa, Centro de Ciência Viva do Algarve; Delegação Regional da Cultura, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, Museu de Lagos, Museu Municipal de Loulé, Museu Ramalho Ortigão, Museu Municipal de Portimão, Museu de São Brás de Alportel, Museu Municipal de Tavira e a Universidade do Algarve.

⁶⁷Do *workshop*, destacam-se as comunicações relacionadas com os tópicos do nosso projecto: “A Realidade Museológica Algarvia” (Clara Camacho) e “Que redes de museus para o Algarve? Reflexão Crítica” (Isabel Soares).

Deste debate resultaram as seguintes considerações⁶⁸: a necessidade de se criar uma rede de museus algarvios flexível, sem hierarquias, informal mas funcional; a necessidade de elaborar um projecto de parceria a candidatar ao ProMuseus; a necessidade de agendar de reuniões periódicas. Propôs-se ainda a criação de um Blogue de Museus do Algarve, assim como a realização de um encarte bilingue colectivo dos museus algarvios. Sugeriu-se também a criação de um passe ou bilhete de entrada comum para os visitantes dos museus da futura rede e a gestão partilhada de monumentos que se encontram no território de actuação dos museus.

No *workshop* foram sugeridos possíveis elos de ligação e comunicação entre os museus algarvios. O modelo proposto considerou a constituição de uma rede de museus do Algarve, composta pelos museus da região e coordenada pelos quatro museus algarvios da RPM. Estes seriam responsáveis por consolidar e desenvolver um conjunto de valências que iriam apoiar os museus mais carenciados da rede (SOARES, 2006).

Destacam-se igualmente os quatro objectivos gerais propostos: 1) descentralizar a política cultural, reaproveitando os recursos de cada museu da RPM; 2) desenvolver as competências e a qualidade das instituições, através de consultorias nas diversas áreas da museologia, nomeadamente nas áreas de gestão de colecções, exposições, estudos e investigações, conservação, educação e formação profissional, de desenvolvimento profissional, da partilha de experiências e de conhecimentos museológicos, da cooperação através de desenvolvimento de parcerias; 3) desenvolver uma colaboração mútua e recíproca para a protecção do património regional; 4) por fim, criar uma rede de informação a nível regional (SOARES, 2006: 30).

Neste âmbito e também em 2006, é de assinalar a publicação da revista de museologia do Museu Municipal de Faro, a *Museal*. O primeiro número desta publicação, dedicado à temática “Realidade museológica algarvia, perspectivas para o séc. XXI”, reuniu toda a informação discutida e apresentada no referido *workshop* dando um novo ímpeto à criação de uma rede de museus no Algarve.

As primeiras acções no sentido de constituir a rede de museus realizaram-se em 2007 e partiram, como já se referiu, do Museu de Faro e do Museu de Portimão. Estes dois museus contactaram as instituições museológicas dos vários concelhos do Algarve e apresentaram a ideia da criação de uma rede de Museus. Desta forma, constituiu-se o primeiro grupo de trabalho (Museu Municipal de Faro, Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, Museu Municipal de Tavira, Museu Municipal de Portimão, Museu Municipal

⁶⁸Conclusões apresentadas no *workshop* “Que Redes para o Algarve?”

de Loulé e o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão), com vista à concretização de uma Rede de Museus do Algarve. Este grupo agendou reuniões de trabalho periódicas em diferentes cidades do Algarve com o objectivo de discutir possíveis modelos de funcionamento da rede e definir os objectivos da mesma e também elaborou o documento de trabalho que propunha possíveis modelos de funcionamento da rede.⁶⁹

O modelo institucional e organizativo foi definido após a consulta das entidades mais representativas da região, nomeadamente: AMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve; CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; DRC – Direcção Regional de Cultura do Algarve; ERTA – Entidade Regional de Turismo do Algarve; UAlg - Universidade do Algarve e ainda do país, o IMC /RPM – Instituto de Museus e Conservação/Rede Portuguesa de Museus (Boletim RPM, 31, 2009: 8).

Depreende-se do que foi dito anteriormente que o *Workshop* “Que redes para o Algarve?” representou o ponto de partida para a criação da rede regional reclamada pelos museus do Algarve. Neste encontro foi manifesta a intenção de se criar uma rede de museus algarvios flexível e sem hierarquias. Desta forma é também reconhecida a importância dos estudos realizados sobre a realidade dos museus algarvios e os ensaios sobre a criação de uma rede de museu no Algarve publicados no primeiro número da revista *Museal*. Assim, foi criado o embrião da rede de museus da região algarvia. O primeiro grupo de trabalho começou por analisar o modelo de funcionamento mais adequado para a rede regional de museus, auscultando as entidades regionais e nacionais com competências na área.

Termina-se este capítulo, referindo que a rede de museus do Algarve foi formalizada no dia 16 de Outubro de 2007, em Albufeira. No capítulo seguinte abordar-se-á o modo de funcionamento da rede e o trabalho desenvolvido pela rede.

⁶⁹ Vide Documento de Trabalho da RMA, anexo II.

CAPÍTULO III – REDE DE MUSEUS DO ALGARVE

Neste capítulo apresenta-se a RMA, o seu tipo de funcionamento e, de forma sucinta, o trabalho desenvolvido através dos seus eixos de actuação, ao longo dos seus três anos e onze meses de existência (Outubro de 2007- Setembro de 2011). Para isso, baseámo-nos na documentação existente sobre a rede de museus do Algarve, ou seja, artigos publicados, actas de reuniões (da acta nº 1 de 16 de Outubro de 2007 à acta nº 25 de 25 de Julho de 2011), documentos de trabalho e comunicações. Para além disso, também nos baseámos nos dados recolhidos nas reuniões gerais e de coordenação da RMA⁷⁰.

1. Estruturação e funcionamento da RMA

O primeiro grupo de trabalho da RMA definiu o tipo de funcionamento institucional e organizativo, como já se referiu, após a consulta às entidades representativas da região (DRC, CCDR, AMAL, ERTA e UAlg) e também às instituições a nível nacional na área da museologia (RPM/IMC). Estas procuraram em conjunto reflectir sobre o tipo de articulação que melhor se adaptava a uma rede de museus do Algarve, reflectindo conjuntamente sobre diferentes possibilidades. As propostas de estruturação e de organização apresentadas contemplaram várias hipóteses: o estabelecimento de protocolos de colaboração entre museus; a formação de uma Associação de Profissionais de Museus e, por último, a constituição de um Grupo Informal de Acção e Reflexão Museológica (GAMEIRO e PAULO, 2009: 8).

Analisando estas três hipóteses, verifica-se, em termos gerais, que a primeira, o estabelecimento de protocolos entre museus, não foi considerada apropriada por implicar um compromisso formal que envolveria um número significativo de intervenientes (aberto a todas as entidades de carácter museológico da região) por tempo indeterminável. Seria, desta forma, difícil estabelecer cláusulas que determinassem, de forma precisa, os direitos e deveres de cada interveniente e os objectivos de uma rede de museus em constante crescimento. Todavia, o modelo de protocolo entre os museus foi

⁷⁰Enquanto técnica do Museu de Portimão a autora participou nas reuniões gerais (de 16 de Outubro de 2007 a 25 de Julho de 2011) e nas reuniões de coordenação (de 2007 a 2010).

considerado, pelo grupo de trabalho, como fundamental e sugerido aquando da realização de futuras actividades museológicas⁷¹. Quanto à segunda hipótese, a formação de uma Associação de Profissionais de Museus, verificou-se que o objectivo da rede de museus não era fazer representar os seus técnicos publicamente, enquanto associação de profissionais, mas sim enquanto grupo de museus que pretende trabalhar em rede e colaborar de forma a alcançar objectivos comuns. Este tipo de organização rege-se segundo normas pouco flexíveis que não favoreceriam as desejadas relações de confiança e de colaboração entre os museus. Por isso, concluiu-se que os museus do Algarve não teriam vantagem em criar uma estrutura organizativa com personalidade jurídica, composta por órgãos de gestão que limitassem a liberdade de adesão e a aprendizagem mútua através da cooperação.

Desta forma, foi escolhida a terceira hipótese, a constituição de um Grupo Informal de Acção e Reflexão Museológica que trabalhasse em rede. Os museus preferiram uma estrutura que não fosse demasiado pesada e burocrática, optando, desta forma, por uma organização em rede que facilitasse a comunicação e o inter-relacionamento entre os museus. Este tipo de organização é mais flexível e horizontal do que as estruturas associativas e também mais informal do que a proposta de protocolos. Na estrutura escolhida não existe uma direcção ou órgão soberano de gestão, o que permite trabalhar e responsabilizar, de igual forma, os elementos da rede. Este tipo de estrutura ligeira e flexível está, de certo modo, centrada numa auto-responsabilização e num compromisso dos dirigentes e do pessoal técnico dos museus em trocar experiências, partilhar recursos e trabalhar em parceria de forma simples e informal, com o objectivo de aprender as boas práticas museológicas e melhorar os museus do Algarve.

Deste modo, optou-se por formar uma estrutura não hierarquizada e aberta a todas as instituições de carácter museológico. Esta rede foi formada em Outubro de 2007, por dez museus algarvios com os seguintes objectivos: promover as boas práticas museológicas na região, desenvolver massa crítica de apoio a projectos inter-Museus, intervir no aconselhamento, formação e definição das políticas museológicas no Algarve, recorrer a estruturas de comunicação e organização, fomentar novos

⁷¹A elaboração de protocolos tem vindo a acontecer desde a constituição da RMA na realização das diversas actividades, designadamente na elaboração das seguintes iniciativas: “Caixa -Viagem pelas Histórias do Algarve”; “4 Museus do Algarve, 4 Edifícios com História” e “Algarve - do Reino à Região”. Esta é uma forma de colmatar as necessidades que advêm de uma estrutura informal que, por vezes, torna difícil a aquisição de bens e/ou serviços.

enquadramentos do papel social e formativo dos museus em redes horizontais e actividades de parceria de geometria variável (GAMEIRO e PAULO, 2009: 8).

Para além dos objectivos referidos, foram igualmente definidos a missão e os princípios orientadores desta rede de museus. Estes encontram-se descritos num documento designado por “Carta de Princípios”⁷².

2. A “Carta de Princípios” – missão e princípios orientadores da RMA

Em 2007, foi elaborada pelo primeiro grupo de trabalho (José Gameiro do Museu de Portimão, Jorge Queiroz do Museu Municipal de Tavira, Dália Paulo do Museu Municipal de Faro, Luís Guerreiro do Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Emanuel Sancho do Museu do Trajo de São Brás de Alportel e Comandante Marques Ferreira do Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão) a “Carta de Princípios” da RMA. Esta carta define a seguinte missão:

“A Rede de Museus do Algarve (RMA) tem por missão articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos, entre os museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da acção museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da sua oferta cultural” (REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, 2008: 174-175).

Tendo presente esta missão, sublinha-se o sentido de trabalho em rede e a necessidade de se desenvolverem acções museológicas de forma integrada e conjunta com o objectivo de alargar e melhorar as opções culturais da região.

A missão não se circunscreve ao desenvolvimento individual de cada museu, mas sim ao desenvolvimento de todos os museus da rede, que ao combinarem valências e articularem ideias, poderão contribuir para aumentar a qualidade das actividades culturais da região. Nesta análise verificou-se, também, que a missão da RMA não menciona o papel das comunidades na acção dos museus do Algarve. Assim, a missão refere a necessidade desta rede contribuir para o desenvolvimento da acção museológica na região, mas não alude à necessidade de contribuir para a participação e o desenvolvimento das comunidades.

⁷² Vide “Carta de Princípios”, anexo III.

Ainda segundo a referida carta, os princípios orientadores da RMA são os seguintes: liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e da ética profissional, informação e comunicação, formação e inovação e programação museológica (REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, 2008: 174-175).

Veja-se com mais detalhe os princípios anunciados. A liberdade de adesão permite a participação de todas as entidades que tenham fins culturais, museológicos ou outros considerados importantes, desde que aceitem e aprovem esta “carta de princípios”. Este princípio permite a adesão voluntária de todos aqueles que considerem esta rede uma mais-valia para o tecido museológico da Região. Relativamente ao princípio da cooperação, sublinha-se a necessidade dos museus trabalharem em rede e criarem relações de inter-ajuda, no sentido de otimizar recursos e desenvolver actividades conjuntas de valorização e dinamização do património cultural da região. Entende-se, no âmbito do princípio de serviço público e da ética profissional, que os museus têm a obrigação de exercer uma actividade permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Por conseguinte, os profissionais devem servir a comunidade e actuar de acordo com os princípios e práticas desejáveis, segundo a legislação nacional⁷³ e as normas de ética profissional⁷⁴ para os museus. Quanto ao princípio de informação e comunicação, quer numa perspectiva interna, entre os elementos da RMA, quer numa perspectiva externa, com o público em geral, sublinha-se o interesse desta rede em assumir-se como uma plataforma de difusão de informação e de troca de ideias, através de relações de comunicação que garantam um crescente grau de interactividade entre as instituições e pessoas. A formação e inovação constituem outro princípio da RMA que se destina à promoção da troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos dos museus no domínio da museologia, através da produção de acções de formação e de iniciativas conjuntas (programas e projectos formativos) que concorram para a valorização e qualificação dos recursos humanos. Por último, refere-se o princípio de programação museológica, um dos mais ambiciosos desta estrutura em rede. Este pretende estimular o envolvimento de todas as instituições museológicas e culturais do território algarvio na elaboração de uma programação museológica conjunta à escala regional. O seu objectivo final é o desenvolvimento sustentado da comunidade.

⁷³Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

⁷⁴Código Deontológico para os Museus. O Código do ICOM foi adoptado por unanimidade pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, reunida em Buenos Aires, Argentina, a 4 de Novembro de 1986 e alterado pela 20ª Assembleia Geral reunida em Barcelona, Espanha, a 6 de Julho de 2001.

Acrescente-se ainda que estes princípios são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho em rede, estes orientam os museus, no sentido de comunicarem e colaborarem entre si; de rentabilizarem recursos humanos e materiais; de programarem, juntos, as actividades museológicas; de prestarem um bom serviço público e de promoverem formações e actividades que fomentem as boas práticas museológicas da região.

Depreende-se das normas de adesão que os museus que queiram integrar a RMA são obrigados a assumir o compromisso de cumprirem a missão e os princípios apresentados.

3. A RMA, uma rede em construção

O grupo fundador da RMA foi constituído, de forma progressiva, por nove museus e um arquivo histórico localizados em diferentes municípios do Algarve⁷⁵.

A adesão é voluntária e está aberta a todo o tipo de museus, projectos ou unidades de carácter museológico, independentemente da tutela, do campo temático, ou do tipo de colecções. Quanto à localização geográfica, as instituições museológicas e culturais que aderem à rede são exclusivamente da região do Algarve. Para se candidatarem à rede não são obrigados a cumprirem as funções museológicas básicas, assim como também não são tomados em conta parâmetros de apreciação⁷⁶. Com efeito, a RMA apenas obriga as instituições a aceitarem a sua ‘carta de princípios’ e a sua missão. Este processo faz-se mediante um ‘termo de aceitação’, no qual expressam a vontade de integrarem a RMA e no qual é designado pela tutela o técnico responsável com competência para representar a instituição.

Actualmente, a RMA é constituída por um grupo de dezasseis museus que correspondem a quinze municípios do Algarve, distribuídos praticamente por toda a região, do barlavento ao sotavento, do litoral ao interior⁷⁷.

⁷⁵Cf. quadro nº2.

⁷⁶Esta tipologia de rede distingue-se do exemplo da Rede Portuguesa de Museus, referida no capítulo I, obrigando os museus candidatos a obedecerem a um conjunto de requisitos estabelecidos no sistema de credenciação e qualificação de museus.

⁷⁷O Museu do Cerro da Vila em Vilamoura e a Associação de Defesa do Património de Aljezur (ADPA) participaram na reunião geral a 30 de Maio de 2011 na condição de observadores com o objectivo de futuramente integrarem a RMA (Acta nº 24 de 30 de Maio de 2011).

Figura nº1 - Rede de Museus do Algarve



As adesões têm decorrido ao longo dos anos de 2007 a 2010, sendo que Monchique é o único município do Algarve que ainda não está representado na RMA.

Quadro nº 2 - Adesão dos Museus à RMA

Ano	Adesão à RMA
2007	Museu Municipal de Faro, Museu de Portimão, Museu Municipal de Tavira, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Museu Almirante Ramalho Ortigão, Museu Municipal José Formosinho de Lagos, Arquivo Municipal de Lagoa, Museu Municipal de Silves. (*)
2008	Rede Museológica de Alcoutim, Núcleo Museológico de Castro Marim, Núcleo Museológico de Vila Real de Santo António.
2009	Museu Municipal de Olhão, Museu do Mar e da Terra da Carrapateira
2010	Câmara Municipal de Vila do Bispo

(*) Grupo fundador

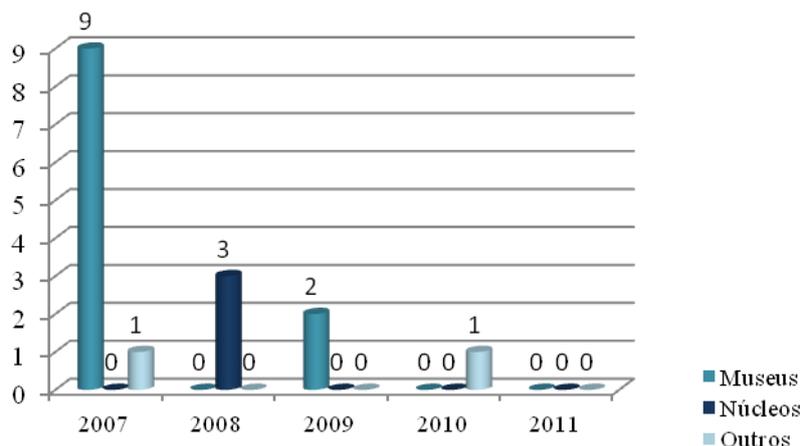


Gráfico n.º 6 – Museu do Algarve – Adesão à RMA

O maior número de adesões à RMA corresponde ao ano da sua fundação (2007). No ano seguinte (2008) entraram mais três instituições e depois em 2009, mais duas e por fim em 2010, mais uma. Segundo estes dados, o maior número de adesões ocorreu no primeiro ano e tem vindo a diminuir nos anos subsequentes, sendo que no ano de 2011 ainda não se registou nenhuma entrada. Sublinha-se também o facto de existirem setenta e oito instituições de carácter museológico (Museus, Núcleos ou Pólos e ‘coleções privadas’) abertas no Algarve e apenas 20,5% (16 instituições) integrarem a RMA.

3.1. Museus da RMA

Na caracterização das dezasseis unidades de carácter museológico e cultural da RMA verifica-se que existem onze ‘museus’, dois ‘núcleos museológicos’, uma rede de núcleos museológicos e duas instituições de carácter cultural.

Relativamente à dependência tutelar dos museus e instituições da RMA, destaca-se a predominância da administração local. A grande maioria dos museus da RMA é tutelada pelas Câmaras Municipais (87,5%). Apenas dois têm tutelas diferentes: o Ministério da Defesa e a Santa Casa da Misericórdia.

Tal como para o conjunto dos museus algarvios, salienta-se, também neste caso, o papel da administração local na criação de museus ou núcleos museológicos, enquanto agentes culturais de desenvolvimento local.

Relativamente às colecções incorporadas nas unidades museológicas da RMA predominam as colecções pluridisciplinares (56 %), seguindo-se as de arqueologia (19%), de etnografia (12,5%) e ainda duas instituições que não têm colecções (12,5%).

Também se assinala a juventude dos museus da RMA⁷⁸. O maior número de unidades museológicas foi criada na década de oitenta (2) e noventa do século XX (4) e na primeira década do século XXI (5). Dos restantes três, dois foram fundados nos finais do século XIX (1889 e 1894) e o outro na primeira metade do século XX (1932).

Da análise sumária destas instituições, constata-se que a maioria é jovem com colecções pluridisciplinares e tutelada pela administração local⁷⁹.

Uma vez apresentados os princípios, a missão, as normas de adesão e os museus da RMA, prossegue-se com a descrição da estrutura organizativa e de coordenação da RMA⁸⁰.

3.2. Coordenação

O trabalho desenvolvido pela RMA é coordenado por um grupo criado para dinamizar e orientar as actividades da rede. Este grupo é constituído pelos técnicos dos museus nomeados pelas respectivas tutelas, preferencialmente técnicos com as funções de chefes de divisão, coordenadores ou directores de museus.

Os elementos que constituem a coordenação são três ou cinco, eleitos anualmente entre todos os Museus da RMA. As eleições são realizadas numa reunião geral no final de cada ano, constituindo os comités de coordenação⁸¹.

Cada grupo coordenador cumpre as suas funções por um período de um ano, sendo a intenção da RMA praticar a rotatividade dos elementos que constituem o grupo. Embora conservando esta prática, este tipo de funcionamento e coordenação mostra

⁷⁸ Estes dados referem-se às catorze instituições de carácter museológico integrantes da RMA e não contemplam as duas instituições de carácter cultural: Centro Interpretativo da Câmara Municipal de Vila do Bispo e Arquivo Histórico de Lagoa.

⁷⁹ Vide Museus da RMA, anexo IV.

⁸⁰ Os dados apresentados para além da bibliografia referida também são baseados na observação directa através da participação nas reuniões gerais e de coordenação.

⁸¹ Cf. “Modelo de funcionamento e coordenação da RMA” Carta de Princípios, Maio de 2007.

interesse em manter a continuidade de pelo menos um elemento do grupo de trabalho do ano anterior, assim como em assegurar a presença de um elemento pertencente a um Museu integrado na RPM⁸².

Quadro nº3 - Grupos de coordenação da RMA

Grupos	I Grupo Coordenador 2007/2008	II Grupo Coordenador 2008/2009	III Grupo Coordenador 2009/2010	IV Grupo Coordenador 2010/2011	V Grupo Coordenador 2011/2012
Museus	Museu Mun. Arq. Albufeira	Museu Municipal de Faro	Museu Municipal de Faro	Museu Municipal de Silves	Museu Municipal de Silves
	Museu Municipal de Tavira	Museu Municipal de Tavira	Museu Municipal de Tavira	Museu Municipal de Tavira	Museu Municipal de Tavira
	Museu Municipal de Loulé	Museu Municipal de Loulé	Museu Municipal de Loulé	Museu Municipal de Loulé	Museu Municipal de Loulé
	Museu de Portimão	Museu de Portimão	Museu de Portimão	Museu V. R Santo António	Museu de Portimão
	Museu Trajo de S. B. Alportel	Museu Trajo de S. B. Alportel	Rede de Museológica de Alcoutim	Museu Trajo de S. B. Alportel	Museu Municipal de Faro

Observando o quadro dos grupos coordenadores durante os três anos e onze meses de existência da RMA, constata-se que o Museu Municipal de Tavira e o de Loulé integraram continuamente o grupo coordenador, o Museu de Portimão integrou quatro anos, o Museu do Trajo de S. Brás de Alportel e o Museu Municipal de Faro integraram três anos, o Museu Municipal de Silves dois anos, por fim temos a Rede Museológica de Alcoutim e o Núcleo de Vila Real de Santo António, que integraram o grupo coordenador apenas durante um ano. Deste modo, nota-se que, dos dezasseis elementos que constituem a rede, só oito fizeram parte do grupo coordenador. Estes dados levam-nos a concluir que o sistema de rotatividade implantado, durante estes três anos e onze meses, se revelou pouco eficaz, sendo mesmo incombinável um sistema rotativo com um sistema de eleição. A eleição tem reincidido, na maioria das vezes, nos mesmos museus, impedindo desta forma a rotatividade pretendida pela RMA.

Ao analisar a carta de princípios da RMA, verifica-se, afinal, que esta não tem definidas as funções do grupo coordenador, mas sim a forma como este deve ser formado⁸³.

⁸²*Ibidem.*

⁸³ccSerá adoptado um modelo orgânico informal, para a reflexão e acção museológica e constituído um Grupo de Trabalho, preferencialmente de entre os técnicos com funções de direcção e coordenação dos Museus participantes da RMA, propostos pelas tutelas.

Um comité de coordenação, entre 3 a 5 elementos, será designado pelo Grupo de Trabalho (GT), em sistema de rotatividade, por um período de um ano, para as funções acima referidas, sendo garantida a continuidade de dois elementos do GT do ano anterior.

Os museus da RMA reúnem-se periodicamente para debater ideias, partilhar experiências, propor projectos de parceria ou para trabalhar conjuntamente nas actividades em curso. Cabe, portanto, ao grupo de coordenação preparar e organizar a ordem de trabalhos das reuniões da RMA. As reuniões são agendadas no início de cada ano e realizam-se em vários locais do Algarve, contribuindo, desta forma, para um maior conhecimento da realidade museológica regional e fortalecendo o intercâmbio entre os técnicos das instituições. Desta maneira, promove-se a troca de informações e acompanha-se os projectos em curso de cada museu.

Neste campo de acção julga-se necessário diferenciar dois tipos de reuniões da RMA: as reuniões de coordenação e as reuniões gerais. O grupo de coordenação reúne-se mensalmente em diferentes museus ou instituições culturais da região do Algarve para planear e gerir 'processos' nas diferentes áreas de actuação. Este grupo estabelece antecipadamente os contactos inter-museus e entidades culturais, necessários para a participação de convidados em debates temáticos realizados bimensalmente⁸⁴ e define a ordem de trabalhos das reuniões gerais.

Quanto às reuniões gerais, estas juntam bimensalmente⁸⁵ todos os elementos da RMA e são igualmente descentralizadas. Os assuntos são discutidos nestas reuniões de acordo com a ordem de trabalhos⁸⁶, previamente entregue a todos os elementos da RMA. Quanto à organização destas reuniões, cabe a um museu presidir à reunião, regando a ordem de trabalhos e cabe a outro museu secretariar e elaborar a acta de reunião. Também é nestas reuniões que têm lugar as referidas eleições para a constituição do grupo coordenador, sendo que só um elemento de cada museu vota nos cinco museus que integrarão o grupo coordenador.

Os assuntos são discutidos de forma aberta e participativa pelos elementos da rede. É de salientar a participação de um técnico da DRC do Algarve, que acompanha

Na constituição do comité de coordenação, deverá ser assegurada no GT a presença de um elemento, pertencente a um Museu integrado na RPM" (Carta de Princípios da RMA).

⁸⁴Foram convidados (de Outubro de 2007 a Setembro de 2011) para discutirem assuntos relacionados com a importância dos museus no Algarve, as seguintes personalidades: Macário Correia, da AMAL; Nuno Aires, da Entidade Regional de Turismo, Rui Parreira, da DRC Algarve; Rosa Mendes, da Universidade do Algarve; Isabel Cardigas, do Centro de Estudo Ataíde Oliveira, da Universidade do Algarve; Pedro Ferre, da Universidade do Algarve e João Faria, da CCDR.

⁸⁵As reuniões são realizadas nos seguintes meses, de cada ano: Janeiro/Março/Maio /Julho/Setembro e Novembro.

⁸⁶A ordem de trabalhos é elaborada de acordo com o plano de acção que está em curso. Os pontos abordados são os seguintes: aprovação da acta da reunião anterior; estudo e discussão dos trabalhos a realizar e em curso na área das parcerias; formação RMA; *Newsletter*; informações diversas; confirmação da próxima reunião e local, e finalmente debate sobre a temática e convidado escolhido.

os projectos desenvolvidos pelos museus da RMA⁸⁷ e recentemente, em Maio de 2011, a participação da Delegada do Algarve da Associação Portuguesa de Museologia (APOM)⁸⁸, ambos na condição de ‘observadores’.

3.3. Linhas estratégicas de actuação

Os projectos e acções desenvolvidas pela RMA convergem em três eixos de actuação: Informação, Formação e Parcerias.

Estes eixos foram definidos com vista a atenuarem as necessidades consideradas mais prementes dos museus algarvios (desenvolvimento profissional, comunicação e informação, partilha de experiências e de conhecimentos, cooperação através do desenvolvimento de parcerias) e também com a finalidade de fazer cumprir a missão e os princípios orientadores desta rede.

3.3.1. Eixo da informação

A RMA assume-se como uma estrutura aberta a trocas de informação entre os museus que a integram e também com os outros museus a nível regional, nacional e internacional⁸⁹.

Inicialmente, a RMA desenvolveu o boletim ‘notícias RMA’ como instrumento de comunicação⁹⁰. Para o efeito, adoptou um conceito de comunicação *on-line* através da criação e manutenção de um boletim informativo divulgado em espaços da internet e através do correio electrónico.

⁸⁷A participação da DRC do Algarve nesta rede vem na sequência da missão e atribuições que legalmente são atribuídas à Direcção Regional de Cultura do Algarve, designadamente nos termos do Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março [Art.º 2.º, n.º1 e n.º2, g)] e da Portaria n.º373/2007, de 30 de Março [Art.º 2.º, n.º2, alíneas a) e b)].

⁸⁸Maria Luísa Francisco, delegada da APOM no Algarve, mostrou-se disponível para participar nas reuniões gerais e colaborar com a RMA.

⁸⁹Segundo o princípio de informação e comunicação, deve existir uma regular informação e comunicação entre os membros da Rede de Museus do Algarve - RMA e respectivas tuteladas.

⁹⁰Vide Newsletter RMA n.º 1, anexo V.

O boletim electrónico da RMA ‘notícias da RMA’ contou com 4 números⁹¹. Esta publicação teve inicialmente a intenção de ser bimensal, contudo, devido à falta de participação regular dos museus da rede no boletim, tornou-se difícil manter a periodicidade deste canal de informação, passando, por isso, a ser trimestral. Neste sentido, julgou-se necessária uma avaliação da estrutura do boletim, que levou à sua substituição por uma página da RMA na *Internet*.

No período inicial, foi também criado o logótipo da Rede de Museus do Algarve, a partir das propostas e ideias de todos os envolvidos⁹².

A rede tem igualmente comunicado e partilhado as suas experiências através de comunicações em encontros a nível nacional e internacional⁹³. Para além destes meios de informação, está em processo de conclusão uma página da RMA na *Internet*, cuja estrutura combina texto, imagens e hiperligações para outras páginas da *Web* associadas à temática⁹⁴. A página tem o propósito de transmitir de forma simples e aberta as informações relativas à RMA e aos museus que a constituem⁹⁵.

Verifica-se que o eixo de informação tem contribuído para manter a comunicação entre os museus, usando diferentes ferramentas e canais, assim como tem garantido a divulgação e apresentação da RMA quer a nível regional, quer a nível nacional.

Todavia, nota-se que o boletim informativo não foi utilizado por todos os elementos da RMA, sendo notória a escassez de notícias sobre alguns museus. Chama-se ainda a atenção para o reduzido número de boletins criados no período de três anos e onze meses de existência da RMA. Também se observa a ausência de um espaço

⁹¹O primeiro número (Junho/Agosto de 2008) apresentou a RMA, os seus princípios e a sua missão. O segundo número (Janeiro/Março de 2009) refere-se ao balanço do primeiro ano de trabalho da RMA e deu a conhecer as linhas de trabalho para o ano de 2009. O terceiro número (Abril/Junho de 2009) deu notícias sobre a iniciativa “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” e sobre a exposição conjunta “Algarve - do Reino à Região”. Por fim, o quarto número (Outubro/Janeiro de 2010) deu-nos conta das exposições que integraram a exposição “Do Reino à Região” e dos resultados das actividades no âmbito da iniciativa “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” (Boletins da RMA nºs 1, 2, 3 e 4).

⁹² Vide Logótipo, anexo VI.

⁹³Foram realizadas diversas comunicações em jornadas e encontros que apresentaram publicamente a RMA a nível nacional e internacional, das quais destacamos: “A rede de Museus do Algarve, Uma Experiência Inovadora”, nas X Jornadas do Património do Algarve, em Outubro de 2008, em Albufeira; “A Rede de Museus do Algarve”, no 1º Encontro de Museus Espanha-Portugal, em Janeiro de 2009⁹³, em Mérida; “A Rede de Museus do Algarve”, no encontro anual dos museus que integram a RPM, em Março de 2009, em Lisboa; “A Rede de Museus do Algarve” no âmbito das “Conversas em Rede”, no Ciclo de Conversas – Museus em Rede, em Maio de 2009, em Portimão; “Redes Regionais de Museus”, seminário realizado em Coimbra a 13 de Abril de 2011; “Redes de Museus”, seminário realizado em Vila Nova de Famalicão, a 20-21 de Maio de 2011.

⁹⁴A RMA constituiu um grupo de trabalho formado por técnicos dos Museus: de Portimão, de Tavira, de Lagos, de Vila Real de Santo António e de São Brás de Alportel para a construção da página da internet.

⁹⁵ <http://museusdoalgarve.wordpress.com>

interactivo aberto aos leitores, onde possam manifestar opiniões ou colocar questões. Destaca-se igualmente a necessidade das notícias sobre a RMA e as suas actividades serem divulgadas num âmbito mais alargado, não só para um público específico, os técnicos de museus, mas também para o público em geral.

Desta forma, conclui-se que, apesar dos meios de divulgação terem sido reformulados, como foi o caso da construção da página da *Web*, a partilha de informação entre os museus da região tem sido efectivada através do correio electrónico. Importa também sublinhar a relevância do recente Fórum de Discussão sobre o Património Imaterial. Trata-se de um espaço aberto a todos os interessados, dedicado à temática do Património Cultural Imaterial (PCI)⁹⁶.

Todos estes meios têm permitido desenvolver uma rede de informações que tem aproximado os museus do Algarve. Deve-se ainda considerar a importância da divulgação e apresentação da experiência da RMA, enquanto forma de corroborar a criação de outras redes regionais de museus no país.⁹⁷

3.3.2. Eixo da formação

A formação foi um dos eixos centrais de actuação da RMA e teve como objectivo qualificar os profissionais das instituições nas diversas vertentes da actividade museológica. Para isso, a RMA tem desenvolvido acções de formação no sentido de transmitir e desenvolver as boas práticas museológicas⁹⁸.

Depois de auscultadas as carências dos profissionais a nível formativo, verificou-se que as áreas prioritárias eram: conservação preventiva, vigilância e segurança nos museus, acolhimento, inventário, serviço educativo e exposições⁹⁹.

Assim, o eixo da formação foi dividido em duas linhas de actuação. Numa primeira fase, a RMA recorreu a serviços externos, através da contratação de técnicos

⁹⁶ <http://www.voy.com/224680/> [acedido a 10 de Julho de 2011].

⁹⁷ Neste sentido, enfatizamos o facto de a iniciativa de rede regional de museus ter sido referida como um exemplo a ser seguido pelos outros museus do país.

⁹⁸ A formação e inovação é um princípio da RMA que tem como finalidade “promover uma formação e actualização profissional contínua, estimulando o contacto técnico e científico com novas realidades na área da museologia, proporcionando a qualificação dos seus recursos humanos e a complementaridade de programas e projectos” (Carta de Princípios, RMA, 2007).

⁹⁹ Cf. Acta nº 4 de 21 de Janeiro de 2008.

especializados nas diferentes áreas carenciadas. Numa segunda fase, foram organizadas formações inter-museus designadas por “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” e asseguradas internamente pelos técnicos das próprias estruturas. Estas acções de diferentes áreas foram dirigidas aos profissionais de museus da RMA e tiveram como objectivo melhorar a qualidade dos seus serviços, quer através do diálogo e partilha, quer recorrendo a formadores externos com experiência na área de formação museológica, conforme se constata nos quadros seguintes:

Quadro nº 4 – Acções de formação da RMA (Recursos Externos)

Anos	Formação	Local	Formador	Data	Nº de Particip.
2008	Elaboração de réplicas de objectos arqueológicos	Museu Municipal de Arq. de Loulé	M. Catarino, Antonieta Canteiro, Regina Palminha e Zélia Ponte	2008	6
	Prevenção, condução e manutenção em Museus, Monumentos e Sítios	Museu Municipal de Arq. de Albufeira	Pedro Redol	2008	50
	Encadernação de documentos antigos	Museu Municipal de Arq. de Loulé	Helena Gaspar, Alda Gonçalves e Elisete Montes	2008	6
2009	Ilustração arqueológica e museográfica / desenho de peças	Museu Municipal de Arq. de Albufeira	Guida Cacella	5 e 6 Junho de 2009	12
	Elaboração de réplicas de objectos arqueológicos	Museu Municipal de Arq. de Loulé	M. Catarino, Antonieta Canteiro, Regina Palminha e Zélia Ponte	2 a 30 Novembro de 2009	4
	Preservação de Fotografia – do digital ao analógico	Museu Municipal de Arq. de Albufeira	Luís Pavão	29 Junho de 2009	65
2010	Património cultural imaterial (PCI) em Museus	Museu Municipal de Arq. de Loulé	Paulo Ferreira da Costa	8 Março 2010	35
2011	Familiarização com ambiente “wordpress” (formação em parceria com a DRC Algarve)	Museu Municipal de Arq. de Loulé	Jorge Rocha	28 de Fevereiro a 1 de Março de 2011	22
	Design de comunicação de espaços expositivos em museus (formação em parceria com a DRC Algarve)	Museu Municipal de Arq. de Loulé	Filipe Trigo	12 e 13 de Maio de 2011	24
	Registo, Recolha, Tratamento e Incorporação em Museu de Espólios Arqueológicos (formação em parceria com a DRC Algarve)	Museu de Portimão	Maria José, Ana Isabel Santos Matias Tissot, Rui Parreira Isabel Soares, Vera Freitas Nuno Beja	30 e 31 de Maio de 2011	27
	Seminário sobre Código de Ética do ICOM. (formação promovida pela RPM em colaboração com a RMA)	Biblioteca Municipal de Albufeira	Filipe Mascarenhas Serra	27 de Junho	12

Quadro nº 5 – Acções de formação a realizar até ao final de 2011

Anos	Formação	Local	Formador	Data	Nº de Particip.
2011	Técnicas de registo audiovisual em PCI. Realização, montagem e pós-produção	A definir	Jorge Murteira	A realizar em 2011	-
	Tratamento de dados e organização de fundos documentais	Museu Municipal de Olhão	A definir	A realizar em 2011	-
	II Encontro – Organização e gestão de arquivos de PCI	Museu Municipal de Arq. de Silves	A definir	A realizar em 2011	-
	III Encontro – Conservação e difusão de registos PCI (textuais, gráficos, sonoros, filmográficos)	Museu Municipal de Tavira	Manuel Luís Real	A realizar em 2011	-
	Inventário do Património Imaterial em contexto museológico: princípios, metodologias e boas práticas.	Fundação Manuel Viegas Guerreiro	Paulo Costa	A realizar em 2011	-
	Função Social dos Museus: princípios e práticas (formação RPM)	Museu Municipal de Tavira	A definir	A realizar em 2011	-

**Quadro nº 6 – Acções de formação da RMA
“Os Técnicos dos Museus Encontram-se” (Recursos Internos)**

Anos	Formação	Local	Data	Nº de Particip.
2009	Inventário	Museu de Portimão	23 Junho de 2009	18
	Encontro de Serviço Educativo	Museu Municipal de Faro	9 Novembro de 2009	25
	Atendimento e Acolhimento em Museus	Museu Municipal de Loulé	16 Novembro de 2009	40
2011	Balanço “Algarve do Reino à Região”	Museu Trajo de S. B. Alportel	21 Fevereiro de 2010	20

Observando os dados relativos ao eixo de formação, pode-se verificar que as acções de formações com recurso a serviços externos foram descentralizadas (seis em Loulé, quatro em Albufeira, e uma em Portimão) e incidiram sobre diferentes áreas da museologia, nomeadamente nas áreas de segurança, de conservação, de comunicação e do PCI. Também se destaca o interesse das acções de formação reclamadas pelos técnicos dos museus no âmbito da arqueologia, nomeadamente duas na área da produção de réplicas arqueológicas e uma na área da ilustração arqueológica.

Sublinha-se, igualmente, a importância da iniciativa “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” porque permitiu reforçar o trabalho em rede e trabalhar áreas museológicas importantes, designadamente: inventário, serviço educativo e acolhimento de públicos e Balanço de exposição “Algarve – Do Reino à Região”. Nestas quatro acções de formação realizadas em Portimão, Faro, Loulé e São Brás de Alportel

participaram cento e três técnicos, tendo sido a mais frequentada, com a participação de quarenta técnicos, a formação atendimento e acolhimento em museus. Porém, salienta-se o facto dos encontros de inventário, serviço educativo e acolhimento de públicos não terem tido continuidade como sugerido pelos técnicos da rede, a fim de serem aprofundados e discutidos os trabalhos nas referidas áreas.

Das formações agendadas para 2011, destaca-se o ciclo de cinco acções na área do PCI. A rede propõe reduzir as necessidades formativas que existem nas áreas da recolha, registo e inventário, tratamento e organização de dados, conservação e difusão de registos do PCI, nos museus do Algarve.

A RMA promoveu, também no ano de 2011, em colaboração com a DRC do Algarve três acções de formação: Familiarização com ambiente *wordpress*; *Design* de comunicação de espaços expositivos em museus e por último Registo, Recolha, Tratamento e Incorporação em Museu de Espólios Arqueológicos. A RPM, em colaboração com a RMA, promoveu no Algarve, o Seminário sobre Código de Ética do ICOM e ainda até o final do mesmo ano (2011) irá desenvolver a formação Função Social dos Museus: Princípios e Práticas, dando prioridade aos museus integrados nesta rede.

Quanto ao número total de formandos, pode referir-se que até Junho de 2011 contaram-se 366 formandos, sendo que as formações que tiveram maior adesão foram as seguintes: preservação de fotografia – do digital ao analógico (65 formandos), prevenção, conduta e manutenção em museus, monumentos e sítios (50 formandos), atendimento e acolhimento em museus (40 formandos) e, por último, destaca-se património cultural imaterial (35 formandos).

Relativamente às acções de formação, convém salientar que estão previstas até ao final do ano de 2011: quatro sobre o PCI, uma sobre o tratamento de dados e organização de fundos documentais e, por fim, uma sobre a Função Social dos Museus - princípios e práticas.

Em suma, das quinze acções já realizadas e das seis previstas até ao final do ano de 2011, sobressai o trabalho realizado pela RMA na área do PCI, assumido como uma área prioritária. As formações em 2010 e a realizar em 2011 contabilizam 33,3% do total das formações realizadas pela RMA.

3.3.3. Eixo das parcerias

Além das áreas referidas, a RMA estabeleceu uma outra linha de actuação, as parcerias inter-museus, cumprindo, assim, um dos seus princípios de base¹⁰⁰.

Neste eixo de acção, a RMA encetou a sua actividade através de um projecto de âmbito local/regional que foi considerado pioneiro e envolveu a participação de dez museus do Algarve¹⁰¹. O grupo de museus construiu um instrumento lúdico-pedagógico chamado “Caixa-Viagem pelas Histórias do Algarve”. Trata-se de uma ferramenta pedagógica comum a todos os museus, a partir da qual cada um poderá isoladamente explorar as actividades educativas centradas em várias perspectivas do Algarve (históricas, sociais, culturais e naturais). Este projecto realizou-se em 2008 no âmbito da candidatura ao Programa de Apoio à Qualificação dos Museus - ProMuseus do IMC (área 7 - Parcerias/Educação)¹⁰², apresentada pelos quatro museus algarvios¹⁰³ pertencentes à Rede Portuguesa de Museus. O programa agregou mais seis entidades que assumiram conjuntamente com os museus da RPM a participação técnica na concepção pedagógica e científica dos conteúdos, o que representou uma mais-valia para a qualidade do projecto.

Também no sentido de partilhar e divulgar o património cultural da região, a RMA realizou uma outra parceria entre os quatro museus algarvios da RPM (Portimão, Faro, Tavira e Albufeira) na área editorial, um guia bi-lingue (português/ inglês). Este projecto também foi apresentado, no mesmo ano, ao referido ProMuseus com a designação “4 Museus do Algarve, 4 Edifícios com História”¹⁰⁴. O objectivo desta parceria consistiu na elaboração de uma edição que espelhasse os quatro museus da RPM algarvios, chamando a atenção para os seus ‘Contentores’, edifícios e história, bem como para os seus ‘Conteúdos’, as colecções.

¹⁰⁰A cooperação em rede é um dos princípios da RMA: “Promover a emergência de projectos e actividades museológicas e culturais, partilhados em rede, inspiradas nos princípios da cooperação e responsabilidade, através da possibilidade de celebração de protocolos entre tutelas, museus, associações, grupos culturais afins, administrações locais, regionais e centrais, visando a promoção do desenvolvimento das populações do Algarve” (Carta de Princípios, RMA, 2007).

¹⁰¹Museu de Portimão, Museu Municipal de Faro, Museu Municipal de Tavira, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, Museu do Trajo S. Brás de Alportel, Museu Municipal de Loulé, Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão – Faro, Museu Municipal de Lagoa, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu Municipal de Lagos.

¹⁰²Despacho Normativo nº3/2006 do D/Rep, 2ª série – Nº 134 de 13 de Julho de 2006, nº 2, art.º 2, alínea g, Parcerias.

¹⁰³Museu de Portimão, Museu Municipal de Tavira, Museu Arqueológico de Albufeira, Museu Municipal de Faro.

¹⁰⁴Programa ProMuseus, 2007, Área 5, Divulgação – Edições.

Em 2010, a RMA realizou outra parceria na área da exposição e divulgação entre os museus da região. A iniciativa contou com a participação de treze dos dezasseis museus da RMA¹⁰⁵.

Esta parceria consistiu na elaboração de uma exposição conjunta intitulada “Algarve – do Reino à Região”. A exposição desdobrou-se em treze temas que tiveram o propósito de articular e completar mil anos da história do Algarve. Estas treze exposições decorrem em simultâneo nos diferentes espaços da região algarvia¹⁰⁶.

A iniciativa teve como objectivo tratar temas diferentes que retratassem a história algarvia. Cada museu da RMA abordou um assunto, propondo aos visitantes um périplo pela região. As treze exposições ‘descentralizadas’ pela região algarvia ilustraram a herança cultural do Algarve do *Garb al-andalus* até aos nossos dias¹⁰⁷.

Considerada uma experiência piloto, a DRC do Algarve promoveu uma visita técnica e exploratória, em Dezembro de 2010, às diferentes exposições que integraram a temática “Algarve - do Reino à Região”. Representantes do IMC, da DRC Algarve e outros profissionais na área das acessibilidades, da comunicação e *design* e do turismo cultural¹⁰⁸ visitaram as diferentes exposições e discutiram-nas abertamente com os museólogos e técnicos envolvidos de modo a determinar os pontos fortes e fracos de cada exposição. Assim, no final da visita foi realizado em Lagos um debate que resultou na partilha de ideias e na análise das necessidades mais prementes de formação¹⁰⁹ para melhorar a qualidade das próximas iniciativas da RMA. Com efeito, a RPM/IMC e a DRC Algarve revelaram-se disponíveis para promover acções de formação nas áreas mais carenciadas, nomeadamente *design* e comunicação, acessibilidades, estratégias de trabalho com as comunidades. Esta iniciativa foi considerada pelo IMC e DRC do Algarve como um bom exemplo de trabalho em rede (VICTOR, 2011).

Por fim, foi realizada uma reunião de trabalho a 21 de Fevereiro de 2011, no âmbito da acção “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” com o propósito de fazer um

¹⁰⁵Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu Municipal José Formosinho de Lagos, Museu de Portimão, Rede Museológica de Alcoutim, Museu Municipal de Faro, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Museu Municipal de Olhão, Núcleo Museológica de Vila Real de Santo António, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, Museu Municipal de Tavira, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, Núcleo Museológico de Castro Marim e também pelo Museu Marítimo Ramalho Ortigão).

¹⁰⁶Vide Desdobrável da Exposição “Algarve – Do Reino à Região”, anexo VII.

¹⁰⁷A exposição abrange o período que vai desde o século VIII ao século XXI.

¹⁰⁸Na visita o IMC foi representado pela Isabel Victor, Directora do Departamento de Museus, e pela Clara Mineiro, especialista na área da acessibilidade em museus. A DRC Algarve foi representada pela Dália Paulo, Directora Regional de Cultura do Algarve, e pelo técnico Rui Parreira. Na visita, participaram também o Filipe Trigo, *Designer*, e a Margarida Alçada, com experiência na área do inventário de património e do turismo cultural.

¹⁰⁹Na reflexão final constatou-se que as necessidades mais prementes de formação eram as seguintes: *design* e comunicação, acessibilidades, estratégias de trabalho com as comunidades (VICTOR, 2011: 9).

balanço sobre a exposição conjunta “Algarve – do Reino à Região”. Este balanço foi realizado pelos técnicos que integraram a iniciativa conjunta a partir das suas impressões sobre a exposição, resultando numa apreciação dos pontos fortes e fracos e contribuindo desta forma para melhorar as acções futuras. Dos pontos positivos sublinham-se os seguintes aspectos: o sucesso da iniciativa e o impacto a nível regional e nacional; o aumento quantitativo dos visitantes nos museus; a publicação de um conjunto de catálogos; o contributo para o conhecimento da região e o aumento da oferta cultural no Algarve. Dos pontos negativos aponta-se o seguinte: a falta de apoio na divulgação do evento por parte da Região de Turismo do Algarve; a grande discrepância a nível dos recursos humanos e meios técnicos e financeiros utilizados pelas diferentes exposições; a falta de articulação e partilha entre os museus; a dificuldade por parte de cada museu em apresentar e dar a conhecer cada exposição como parte de um todo. Conclui-se, assim, que o balanço global foi positivo. Contudo, verifica-se a necessidade de melhorar alguns aspectos, nomeadamente: reforçar a articulação e a partilha de recursos entre museus, melhorar os meios de divulgação e aperfeiçoar alguns aspectos técnicos a nível da divulgação das exposições¹¹⁰.

Em Outubro de 2010 foi formado um grupo de trabalho na área do PCI¹¹¹. Este grupo elaborou em primeiro lugar uma ficha de diagnóstico para avaliar a situação do PCI nos museus da RMA, aferindo assim as necessidades de formação e estratégias de actuação¹¹². Foram definidas as seguintes áreas prioritárias: inventário, normas e registo; realização, montagem e pós-produção de documentários etnográficos; tratamento de dados e organização de fontes documentais e experiências de informação e divulgação¹¹³. Os dados da ficha de diagnóstico PCI resultam num documento apresentado a todo o grupo da RMA, que conta, neste momento com os elementos para construir uma futura base de dados do PCI no Algarve¹¹⁴.

Quanto às iniciativas conjuntas na área das parcerias previstas para 2011, 2012 e 2013 refere-se, em primeiro lugar, a acção no âmbito das comemorações de 2011 “100

¹¹⁰Conclusões do Encontro realizado a 21 de Fevereiro de 2010 em São Brás de Alportel pela RMA, no âmbito da acção “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” (Acta nº 23 de 21 de Março de 2011).

¹¹¹O grupo de trabalho foi constituído pelos seguintes museus: Portimão, Loulé, São Brás de Alportel, Faro, Tavira e Vila Real de Santo António (acta nº 24 de 30 de Maio de 2011).

¹¹²Também no âmbito do PCI foi criado um ciclo de acções de formação nesta área, já referido no eixo da formação e um fórum de discussão.

¹¹³Acta RMA nº 22 de 24 de Janeiro de 2011.

¹¹⁴“De entre as temáticas na área do Património Imaterial mais trabalhadas pelos museus da rede, destacam-se: estudos de comunidades, ilhas e bairros; práticas tradicionais agrícolas e piscatórias; festividades urbanas; literatura oral; tradições rurais generalistas; histórias de vida; património hidráulico; arquitectura e tecnologia tradicional; tradições têxteis; sistemas de moagem; sonoridades; património lúdico; medicina popular e alimentação” (Acta da RMA nº24 de 30 de Maio de 2011).

anos de turismo oficial” e, em segundo lugar, o projecto designado “Os Pioneiros do Conhecimento Científico”¹¹⁵.

Para estruturar o programa destas iniciativas foram elaboradas fichas preliminares onde cada museu apresentou o tema escolhido. No caso dos “Pioneiros do Conhecimento Científico” as propostas vão no sentido de estudar investigadores locais ou campos disciplinares a eles associados. Relativamente às comemorações dos “100 anos do Turismo Institucional (1911-2011)” foram inicialmente apresentadas diversas propostas, nomeadamente um ciclo de cinema, exposições itinerantes de cartazes, encontro/congressos sobre turismo, cultura e museus.¹¹⁶

No sentido de se constituírem novos grupos de trabalho foi proposta a criação de mais dois grupos: um de arqueologia e outro de conservação e restauro. A criação destes grupos de trabalho deve-se ao facto de muitos museus necessitarem de apoio na área da conservação e restauro e também na área das reservas de espólios arqueológicos do Algarve. Relativamente à última área foi apresentado o resultado da formação promovida pela RMA em parceria com a DRC, “Registo, Recolha, Tratamento e Incorporação em Museu de Espólios Arqueológicos”, num documento de trabalho apresentado à RMA. Neste documento propõe-se a constituição de uma Rede de Reservas de Espólios Arqueológicos do Algarve¹¹⁷.

Sublinha-se ainda a importância dos espaços culturais e a proposta da criação de uma rede de Espaços Culturais ligados a museus no Algarve¹¹⁸.

Verifica-se, em suma, que durante o primeiro triénio da RMA, os museus da rede reuniram-se com regularidade e produziram projectos de parceria em diversas áreas, em particular no serviço educativo, edições e exposições. Esta última área foi da maior importância para o desenvolvimento cultural da região do Algarve, tendo sido realizada a exposição conjunta “Algarve - do Reino à Região”. Ao mesmo tempo, comprovou-se a continuidade dos trabalhos em 2011 através das propostas de projectos na área das parcerias, nomeadamente a constituição de um grupo de trabalho na área do PCI, as iniciativas que assinalam as comemorações de 2011 – “100 anos de turismo oficial” e, para terminar, o projecto “Os Pioneiros do Conhecimento Científico”.

¹¹⁵Vide Temas da iniciativa “Os Pioneiros do Conhecimento Científico, anexo VIII.

¹¹⁶As propostas inicialmente apresentadas para as comemorações dos “100 anos do Turismo Institucional (1911-2011) acabaram por reduzir-se à participação de vários elementos da RMA nas acções realizadas pelo Museu Municipal de Faro, nomeadamente num seminário sobre o turismo (Acta RMA, nº 22 de 24 de Janeiro de 2011 e Acta RMA, nº 25 de 25 de Julho de 2011).

¹¹⁷Acta RMA, nº 25 de 25 de Julho de 2011.

¹¹⁸Espaços de cultura são entendidos neste contexto como monumentos musealizados ou conjuntos de monumentos musealizados (Acta RMA, nº25, de 25 de Julho de 2011).

Constata-se que, nesta linha de trabalho, a RMA, ao longo da sua curta existência, tem vindo a consolidar o eixo das parcerias, através da promoção de projectos de cooperação e articulação que envolveram a maioria dos museus da Rede.

Em resumo, a RMA surge enquanto um grupo informal de acção e reflexão museológica. A sua forma de organização pretende privilegiar a cooperação e a partilha entre os seus pares. Trata-se, portanto, de uma rede horizontal, com características flexíveis que tem como missão dinamizar o património cultural e a actividade museológica da região.

Relativamente à missão, sublinha-se o sentido de trabalho em rede e a necessidade de se desenvolverem acções museológicas de forma integrada e conjunta com o objectivo de alargar e melhorar as opções culturais da região.

Quanto aos princípios que orientam a RMA, estes foram criados com os seguintes objectivos: facilitar a adesão de todas as entidades de carácter museológico e cultural, promover a comunicação e a colaboração entre os museus, a prestação de um bom serviço público, a promoção de formações e actividades que fomentem as boas práticas museológicas e a programação conjunta das actividades museológicas da região.

O trabalho desenvolvido desde 2007 tem vindo a ser gerido por grupos de coordenação que orientam e dinamizam as actividades planeadas anualmente. No entanto, segundo os dados já apresentados, verifica-se que não se tem conseguido a rotatividade do grupo coordenador da rede.

As actividades da rede estão estruturadas nos três eixos (informação, formação e parcerias) e têm contribuído para a promoção das boas práticas museológicas, a partilha de informação, a troca de experiências e, por fim, para a realização de parcerias entre os museus de âmbito regional. Quanto aos projectos de parceria, deu-se prioridade à área dos serviços educativos, das edições, das exposições e criação de grupos de trabalho. Destaca-se destas quatro iniciativas a exposição “Algarve - do Reino à Região”, que foi considerada uma experiência impar e um exemplo a nível nacional. No domínio da informação foi criado um boletim informativo *on-line*, contudo o pouco dinamismo na sua divulgação levou os técnicos dos museus da rede a repensarem este meio de divulgação e a substituí-lo por uma página *Web* da RMA. Os trabalhos desta rede prosseguiram também na área da formação destacando-se as formações inter-museus e as formações com recursos a formadores exteriores que têm vindo a melhorar as necessidades formativas em diferentes áreas museológicas dos museus da rede.

Em 2011, os trabalhos continuam a decorrer nos três eixos de actuação: na área da formação centralizou-se as acções no PCI do Algarve, na área da informação construiu-se uma página da RMA na Internet e na área das parcerias estão em curso os projectos de parceria no âmbito do turismo e do conhecimento científico no Algarve.

Em conclusão, convém notar que os trabalhos realizados pela RMA provam o dinamismo e a continuidade do trabalho da rede, reconhecido não só regionalmente, mas também a nível nacional.

CAPÍTULO IV- RMA: FUNCIONAMENTO E POTENCIALIDADES

Este capítulo desenvolve-se em três momentos: no primeiro, explica-se a metodologia utilizada, nomeadamente o objectivo, o universo, a recolha de informação e o tratamento dos dados recolhidos. No segundo momento apresenta-se os resultados dos questionários aplicados aos técnicos dos museus que integram a RMA e a análise de conteúdo das entrevistas feitas a representantes de entidades culturais e de gestão territorial do Algarve (Direcção Regional de Cultura do Algarve - DRC, Entidade Região de Turismo do Algarve - ERTA, Associação de Municípios do Algarve - AMAL e Universidade do Algarve – UAlg, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve - CCDR) e instituição governamental com competências no sector dos museus a nível nacional (IMC/RPM). Por fim, partindo dos dados dos questionários e das entrevistas, procurar-se-á apresentar os pontos fortes, pontos fracos e perspectivas desta rede regional de museus. Procurar-se-á ainda, com base nos dados recolhidos, apresentar sugestões no sentido de melhorar o desempenho desta rede.

1. Aspectos metodológicos

Pelo facto de se pretender estudar uma estrutura em rede e conhecer profundamente o ‘porquê’ e o ‘como’ do seu funcionamento, considera-se fundamental conhecer a opinião dos elementos que representam e trabalham nos museus que constituem a Rede de Museus do Algarve. Sendo que esta ‘construção’ não se pode isolar do seu contexto, optou-se por descrever e problematizar o objecto de estudo. Assim, procura-se incluir todos os factores potencialmente importantes para a análise da RMA. Convém notar que será feita uma abordagem metodológica mista, quantitativa e qualitativa, ou seja, analisar-se-á as tendências que se destacam e ao mesmo tempo descrever-se-á, procurando compreender e esmiuçar, as perspectivas e opiniões dos intervenientes.

1.1. Objectivo e universo do estudo

O objectivo desta investigação é compreender as características, o funcionamento e os resultados dos trabalhos realizados pela rede. Depois do estudo e análise da RMA será possível determinar os seus pontos fortes, pontos fracos e perspectivas. Este trabalho procura, igualmente, com base nos dados recolhidos, apresentar sugestões no sentido de melhorar o desempenho desta rede.

O universo da pesquisa engloba os dezasseis museus e instituições de carácter cultural que fazem parte da Rede de Museus do Algarve: Museu Municipal de Faro; Museu Municipal de Tavira; Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; Museu de Portimão; Museu Marítimo Ramalho Ortigão; Museu Municipal de Arqueologia de Loulé; Museu do Traje de São Brás de Alportel; Museu Dr. José Formosinho de Lagos; Museu Municipal de Arqueologia de Silves; Rede Museológica de Alcoutim; Vila Real de Santo António; Arquivo de Lagoa; Museu Municipal de Olhão; Museu do Mar e da Terra da Carrapateira; Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim e Câmara Municipal de Vila do Bispo. O universo inquirido abrange trinta e seis pessoas que participam regularmente nas reuniões da Rede de Museus do Algarve. Neste caso, consideram-se os técnicos que representam as tuteladas: directores, chefes de divisão ou responsáveis pelos museus e todos os técnicos das diferentes áreas que participam nas actividades e reuniões da RMA.

A rede de museus do Algarve existe, como já se referiu, desde 2007 e a sua fundação foi precedida de consultas a diversas instituições representativas da região, que afirmaram o seu interesse no desenvolvimento desta rede museológica regional. Esta foi a razão pela qual se escolheu entrevistar os representantes das mesmas instituições que foram auscultadas aquando da formação da rede, de forma a conseguir-se compreender de que formas acompanharam os trabalhos da rede, se consideram a experiência positiva ou negativa e quais as vantagens e desvantagens para o desenvolvimento cultural e museológico da região.

Por isso, para além dos trinta e seis técnicos inquiridos, foram também entrevistados os representantes das cinco instituições da região algarvia, nomeadamente da DRC, da ERTA, da AMAL, da UAlg e da CCDR. Também foi entrevistado o representante da RPM¹¹⁹.

¹¹⁹ Os representantes das instituições inquiridas foram: DRC – Rui Parreira; CCDR – João Faria; AMAL – Macário Correia; ERTA- Nuno Aires; UAlg – Rosa Mendes e RPM/IMC - Isabel Victor.

1.2. Instrumentos de recolha dos dados

A recolha de informação foi feita através do questionário “análise do modelo de funcionamento da RMA e avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio”¹²⁰, enviado por correio electrónico aos trinta e seis elementos que participam regularmente nas reuniões e actividades da RMA. Para além do questionário, como já se referiu, foi elaborada uma entrevista semi-dirigida a sujeitos empenhados e envolvidos nas dinâmicas da política cultural e museológica.

Quanto ao questionário, este é composto por duas partes. A primeira diz respeito aos dados de identificação do museu ou instituição que o inquirido representa e a segunda comporta três grupos de questões distintos: 1) caracterização do modelo da rede de museus do Algarve; 2) análise do modelo da rede de museus do Algarve e 3) avaliação dos trabalhos da rede de museus do Algarve. As questões distribuem-se pelos três grupos, sendo que os dois primeiros agrupam, cada um, dez questões e o terceiro doze. As questões são maioritariamente mistas¹²¹ (14) e de resposta fechada (13). Contudo, também existem questões abertas (5), de forma a permitir ao inquirido opinar livremente sobre os contributos e perspectivas da RMA.

Para testar a construção do questionário foi aplicado, em Fevereiro de 2010, um pré-teste a cinco técnicos de museus que integram a RMA e verificou-se que era de compreensão e preenchimento fácil. Enviaram-se os questionários por correio electrónico, por se tratar de uma forma expedita de recolher a informação, o que foi bem aceite.

Relativamente às entrevistas, foi elaborado um guião¹²² constituído por oito questões que procuraram recolher informação sobre as mudanças introduzidas pela RMA na região a nível cultural e particularmente a nível museológico, nomeadamente: os aspectos positivos e os negativos; o balanço da rede relativamente aos trabalhos já desenvolvidos; os contributos para a qualificação da oferta museológica da região e as perspectivas futuras da RMA. As entrevistas foram realizadas nos meses de Maio e Junho de 2011 e foi verificada uma enorme colaboração por parte dos entrevistados.

¹²⁰Vide Questionário, anexo IX “Análise do «modelo» de funcionamento da RMA e a avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio”.

¹²¹O questionário comporta questões abertas e fechadas. Nas primeiras os participantes escreviam livremente e nas segundas escolhiam entre respostas alternativas fornecidas pelo investigador. As questões de resposta mista são aquelas que são de resposta fechada, mas que obrigam a justificação.

¹²²Vide Entrevista realizada a representantes e entidades regionais do Algarve e RPM, anexo X.

Os questionários foram enviados em Março de 2010 para o endereço electrónico dos técnicos e responsáveis das instituições, tendo sido pedido que fossem devolvidos também através de correio electrónico. Embora não tivesse sido apontada uma data de entrega, fez-se um apelo a que os questionários fossem preenchidos com a maior brevidade possível. Passados cinco meses, verificou-se uma demora na entrega dos questionários: dos trinta e seis questionários enviados, apenas vinte tinham sido devolvidos. Assim, foi necessário insistir, reenviando os questionários e apelando aos dezasseis técnicos que ainda não os tinham entregado que os preenchessem, dando como prazo máximo Outubro de 2010. Contudo, este prazo foi prolongado até Dezembro de 2010.

Após a recepção dos questionários, verificou-se que o número de técnicos que responderam ao questionário totalizou 30. Em termos de representatividade das respostas face ao número de questionários enviados, regista-se uma taxa de respostas de 86 %.

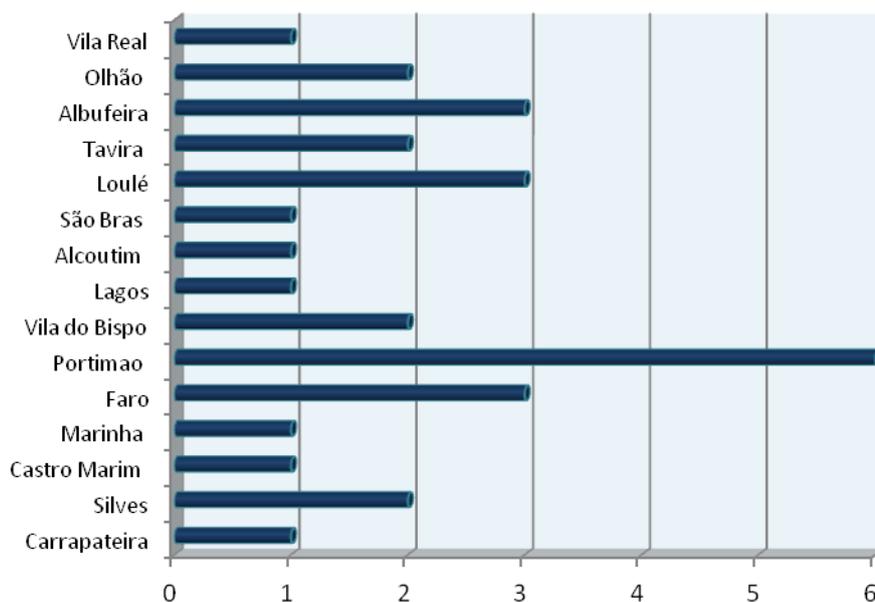


Gráfico nº 7 – Número de questionários respondidos por instituição

Atendendo ao número de questionários enviados por museu, é de notar que o Museu de Portimão respondeu ao maior número de questionários (6), seguido do Museu Municipal de Faro, do Museu Municipal de Arqueologia de Loulé e do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira (3). O Museu Municipal de Arqueologia de Silves, a Câmara de Vila do Bispo, o Museu Municipal de Tavira, o Museu Municipal

de Olhão contribuíram com dois questionários cada e por fim a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, o Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, o Museu de Marinha Ramalho Ortigão de Faro, o Museu do Mar e da Terra de Aljezur, o Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim, o Museu Dr. José Formosinho de Lagos e a Rede Museológica de Alcoutim (1). A diferença entre o número de questionários respondidos por museu relaciona-se directamente com o número de pessoas que participam nas reuniões, sendo que alguns museus apenas são representados por uma pessoa e outros por duas ou três pessoas, com a excepção do Museu de Portimão, em que participam com regularidade um maior número de pessoas. É de referir que nenhum elemento do Arquivo de Lagoa participa nas reuniões desde 2009 e que não foi possível obter a resposta a nenhum questionário por parte deste Arquivo, apesar dos contactos estabelecidos por correio electrónico e da insistência por telefone junto do secretariado da vereação da cultura. Assim, o Arquivo de Lagoa foi o único membro da RMA a não responder ao questionário.

1.3. Tratamento dos dados

O tratamento dos dados dos questionários foi realizado com recurso ao *software* específico para o efeito – folha de cálculo da Microsoft, *EXCEL* e ao Programa de Estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 18.0 para *Windows*. Relativamente às questões mistas e abertas, foi feita a análise de conteúdo das respostas através da criação de unidades de sentido codificadas em frases (indicadores). Depois de sistematizada a informação, esta é apresentada com a ajuda de quadros e gráficos.

Relativamente às entrevistas, estas foram gravadas em suporte áudio, com o consentimento dos entrevistados, e foram posteriormente transcritas integralmente, sendo que o conteúdo dos textos resultantes foi analisado. Foi utilizada a análise categorial que consiste no desdobramento do texto em unidades de sentido (indicadores). A unidade de codificação foi a frase. Neste sentido, procedeu-se a uma filtragem dos indicadores a partir da análise de conteúdo das entrevistas obtidas, tendo sido tomados como relevantes os indicadores dentro de cada categoria e subcategoria do guião.

Com base na sistematização dos indicadores (100) obtidos a partir das categorias (3) e respectivas subcategorias (11) do guião da entrevista, procedeu-se à avaliação do que deviam constituir pontos a ser analisados, pelo facto de terem sido mais referidos pelos entrevistados e, por conseguinte, considerar-se que estes viriam a acrescentar informações mais específicas acerca dos objectivos definidos neste estudo.

De seguida apresentar-se-á os resultados obtidos e discutir-se-á os principais argumentos que se deseja que possam contribuir para melhorar e fortalecer o funcionamento e a gestão da Rede de Museus do Algarve. Pretende-se também que a fiabilidade dos dados permita esclarecer e reforçar a política museológica regional e contribuir para a formação e o crescimento de outras redes museológicas regionais no resto do país.

2. Resultados

Neste ponto, numa primeira parte, apresentam-se os resultados do questionário realizado aos técnicos dos museus que integram a RMA. Numa segunda parte, procede-se à análise dos conteúdos das entrevistas realizadas às instituições regionais e à RPM.

2.1. Resultados do questionário “Análise do modelo de funcionamento da RMA e a avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio”

Num primeiro momento procede-se à “Caracterização do Modelo da Rede de Museus do Algarve”; num segundo momento explica-se “A Análise do ‘Modelo’ da Rede de Museus do Algarve” e, por fim, apresenta-se a “Avaliação dos trabalhos da RMA”.

2.1.1. Caracterização do ‘modelo’ da Rede de Museus do Algarve

O primeiro grupo de questões pretende caracterizar a RMA relativamente à sua constituição, razões de adesão, tipo de organização e estrutura, grupo coordenador, eixos de actuação e dinâmica das reuniões de trabalho.



Gráfico n.º 8 – Razões que justificam a constituição da RMA

Dos trinta inquiridos, quatro não responderam à questão sobre as razões que levaram à constituição da RMA. Dos restantes vinte e seis, verifica-se que as razões apontadas para a formação da rede foram: em primeiro lugar, a necessidade de cooperação e a articulação (56,7%); em segundo lugar, a necessidade de partilha, comunicação de informação e a partilha de recursos humanos e técnicos (30%). Seguidamente, indicam a importância da qualificação dos museus e da formação profissional (23,3%) e a importância da elaborar projectos de parceria e de trabalhar em rede (20%). Outras razões apontadas, embora em menor número, foram a urgência da criação de uma estrutura de coordenação intermédia (10%) e ainda o facto de já existir um número considerável de museus no Algarve.

Tendo em conta as respostas obtidas, pode-se concluir que esta rede surge para colmatar as necessidades de articulação, partilha e comunicação entre as diferentes instituições museológicas do Algarve.

Quadro nº 7- Razões que levaram o museu a aderir à RMA

	Freq.	%
Rentabilizar recursos	22	73,3
Cooperar e apoiar os museus mais carenciados	12	40,0
Obter apoios financeiros	9	30,0
Qualificar os recursos humanos	23	76,7
Desenvolver competências nas áreas mais carenciadas	21	70,0
Programar as actividades museológicas em articulação com os outros museus da região	26	86,7
Aumentar o número de visitantes	8	26,7
Qualificar o Museu	16	53,3
Promover as boas práticas museológicas	28	93,3
Uniformizar práticas museológicas	19	63,3
Partilhar experiência com os profissionais dos museus	27	90,0
Motivar e valorizar parcerias entre os museus e agentes culturais	24	80,0

Por ordem de importância, as três principais razões que levaram os dezasseis museus analisados a aderir à Rede de Museus do Algarve (RMA) foram: promover as boas práticas museológicas (93,3%), partilhar experiências com os profissionais dos museus (90%) e programar as actividades museológicas em articulação com os outros museus da região (86,7%). As razões menos escolhidas foram: cooperar e apoiar os museus mais carenciados (40%), obter apoios financeiros (30%), e aumentar o número de visitantes (26,6%).

Daqui se pode concluir que os museus procuraram sobretudo promover as boas práticas museológicas da região, a programação em rede, a partilha e articulação de saberes e de recursos através da realização de parcerias, de forma a contribuir para a qualificação dos museus. Desta forma, nota-se que são privilegiadas as razões que se relacionam com a melhoria de qualidade dos museus e a necessidade destes partilharem experiências e articularem saberes, em detrimento de motivos de ordem financeira ou ao aumento do número de visitantes.

Quadro nº 8 - Caracterização do tipo de organização da RMA

	Freq.	%
Rede formal	3	10,0
Rede centralizada	3	10,0
Rede geográfica	18	60,0
Rede horizontal	7	23,3
Rede regional	24	80,0
Rede vertical	6	20,0
Rede informal	22	73,3
Rede distribuída	1	3,3
Rede tecnológica	---	---
Rede temática	6	20,0
Rede inter-municipal	6	20,0
Rede social	2	6,7

Quando se solicita aos técnicos para caracterizarem a RMA, o que se realça é o seu perfil de rede regional, informal e geográfica.

A maior parte dos inquiridos nomeia a rede como: informal (73,3%), regional (80%), geográfica (60%), rede inter-municipal (20%) e horizontal (23,3%), o que está de acordo com o tipo de estrutura proposto pelo grupo fundador e a carta de princípios da RMA. Embora em menor número, existem elementos que têm opinião contrária e consideram-na vertical (20%), centralizada (10%) e formal (10%). Verifica-se igualmente que existem inquiridos que a consideram uma rede social (20%) e outros, uma rede temática (6,6%). Estes dados indicam que não existe uma concordância generalizada quanto à caracterização do tipo de organização da RMA.

Quadro nº 9 - Funções do grupo coordenador

	Média	Desvio padrão
Preparar e organizar as reuniões e debates	5,36	2,85
Liderar projectos	5,00	1,91
Promover actividades	4,64	2,76
Motivar os museus da rede	4,56	1,90
Organizar o plano anual de actividades	4,23	1,75
Tomar decisões	4,23	2,38
Elaborar propostas	4,04	2,37
Avaliar a participação dos museus da rede	3,41	2,06

Na análise do grau de importância das funções do grupo coordenador¹²³, os inquiridos consideraram que o grupo coordenador atribui maior importância às funções de preparar e organizar as reuniões e debates (5,36), liderar projectos (5,00), promover actividades (4,64), motivar os museus da rede (4,56), organizar o plano anual de actividades (4,23) e tomar decisões (4,23). Foi considerada de menor importância a função de elaborar propostas (4,04) e de avaliar a participação dos museus da rede (3,41).

Analisando mais profundamente estes resultados verifica-se que este grupo desempenha um papel importante enquanto organizador e líder, sendo considerada em menor percentagem a importância de avaliar a participação dos museus da rede, o que lhe garante um papel de coordenador e líder e não de avaliador da RMA. Pode, desde já, colocar-se uma questão: será que as funções do grupo coordenador conferem à RMA pouca flexibilidade e abertura aos restantes membros? Retomar-se-á posteriormente este assunto.

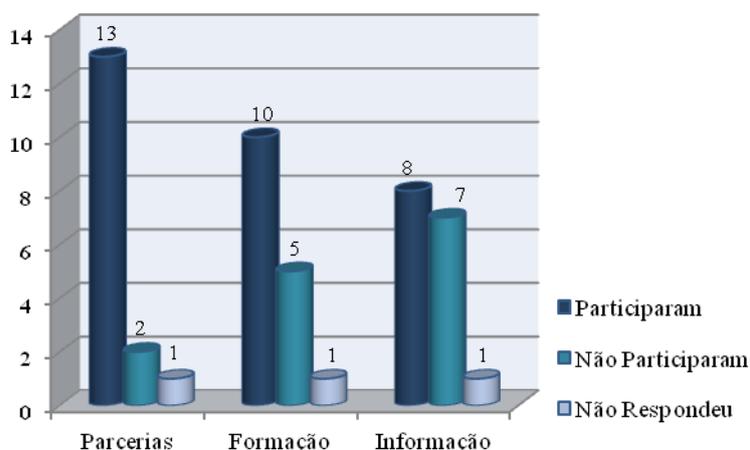


Gráfico nº9 - Eixos em que o museu tem participado

Através deste gráfico consegue-se perceber que o eixo de actuação da RMA em que tem havido maior participação é o das parcerias (81,2%). Segue-se depois o eixo da formação (62,5%) e o da informação (50%). É importante destacar que das dezasseis instituições de carácter museológico, duas (Vila do Bispo e Carrapateira) nunca participaram em nenhum dos eixos e outras duas (Vila Real de Santo António e Olhão)

¹²³ Os inquiridos numeraram as opções por ordem crescente de importância (escala numérica).

apenas participaram no eixo das parcerias. Acresce uma instituição que, como já foi referido anteriormente, não respondeu ao questionário (Lagoa).

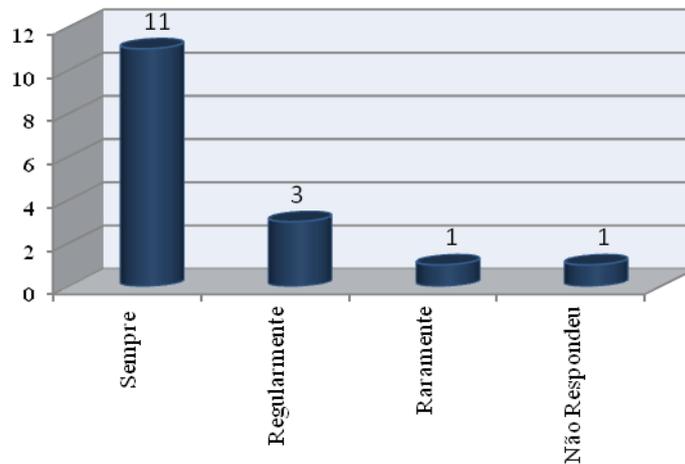


Gráfico n.º 10 – Participação dos Museus nas reuniões bimensais da RMA

Quanto à participação nas reuniões, apurou-se que uma parte das instituições frequenta sempre as reuniões (68,7%), outra parte regularmente (18,8%) e apenas uma pequena fracção raramente (12,5%).

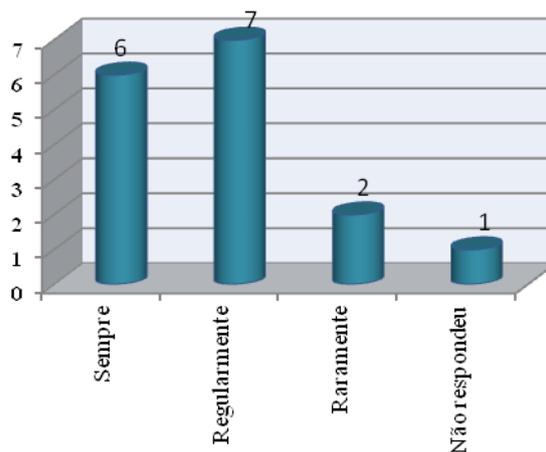


Gráfico n.º 11 – Participação dos Museus nos assuntos discutidos nas reuniões da RMA

Relativamente à dinamização das reuniões, os dados mostram que as instituições participam sempre (43,7%) e regularmente (37,5%) nas reuniões, sendo que

apenas uma pequena percentagem (12,5%) raramente participa em assuntos discutidos nas reuniões. Em proporção, a frequência permanente nas reuniões é ligeiramente mais elevada do que o grau de participação incessante nos assuntos discutidos.

Da análise desta primeira parte do questionário, observa-se que a rede surge no sentido de colmatar as necessidades de articulação, partilha e comunicação entre as diferentes instituições de carácter museológico no Algarve. As principais razões que levaram os museus a aderirem à rede estão ligadas principalmente com a necessidade de promoverem as boas práticas museológicas, partilharem e articularem saberes e recursos, contribuindo para a qualificação dos museus.

Relativamente ao tipo de organização, a maior parte considera ser uma rede informal (73,3%), de âmbito regional (80%) e também do tipo horizontal (23%). No entanto, não se pode deixar de salientar que existem elementos, embora em menor percentagem, que têm opinião contrária e a consideram uma rede formal e centralizada (10%) e vertical (20%).

Em relação ao grau de importância das funções do grupo coordenador, os inquiridos consideraram que as funções mais importantes têm sido preparar e organizar as reuniões e debates, liderar projectos, promover actividades e motivar os museus da rede. Perante os dados apresentados, refira-se que o grupo de coordenação desempenha, por um lado, um papel de organizador e promotor de actividades da RMA, e por outro, é considerado aquele que ‘lidera projectos’.

Termina-se este ponto referindo que o eixo da RMA em que tem havido maior participação dos museus é o das parcerias (81,2%) e que a maior parte dos museus frequenta sempre as reuniões de trabalho (68,7%) e participa sempre nos assuntos discutidos (43,7%).

2.1.2. Análise do ‘modelo’ da Rede de Museus do Algarve

Focar-se-á agora a análise no grau de concordância dos inquiridos relativamente aos seguintes aspectos da RMA: princípios, missão, tipo de organização/estruturação, sistema de rotatividade do grupo coordenador, frequência e forma de dinamização das reuniões e, por fim, os eixos de actuação (parcerias, formação e informação).

Quadro nº 10 - Importância dos seis princípios

	Média	Desvio padrão
Princípio de Cooperação em Rede	4,45	1,18
Princípio de Liberdade de Adesão	3,90	1,47
Princípio de Programação Museológica	3,83	1,39
Princípio de Serviço Público e Ética Profissional	3,76	1,30
Princípio de Formação e Inovação	2,72	2,10
Princípio de Informação e Comunicação	2,34	1,78

Segundo os inquiridos, os princípios mais valorizados na RMA são: Princípio de Cooperação em Rede (4,45), Princípio de Liberdade de Adesão (3,90), Princípio da Programação Museológica (3,83) Princípio do Serviço Público e Ética Profissional (3,76). Os menos valorizados são o Princípio da Formação e Inovação (2,72) e o Princípio de Informação e Comunicação (2,34).

Estes dados ganham relevância quando confrontados com as razões que levaram à criação da RMA, uma vez que uma das razões mais apontadas foi igualmente a cooperação e a articulação entre os museus.

O Princípio de Informação e Comunicação figura entre os menos valorizados. Contudo, a partilha de comunicação e informação foi apontada como uma das principais razões que levaram à criação da RMA. Refere-se, também, que o eixo da informação tem sido aquele no qual se tem menos participado. Estes resultados permitem constatar que a partilha da informação e comunicação começou por ser uma das razões para a constituição da RMA. Porém, no decurso do trabalho da RMA tem sido conferida menor importância ao eixo da informação comparativamente aos eixos de formação e de parcerias.

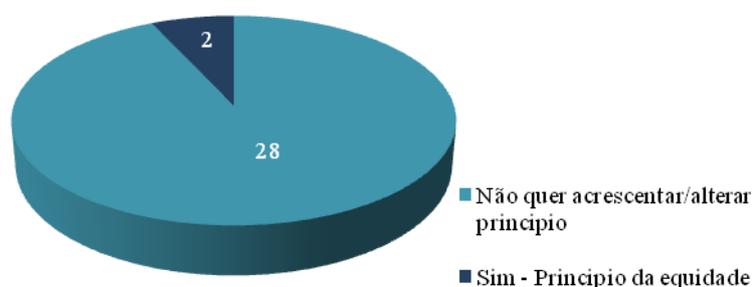


Gráfico nº 12 – Sugestões para melhorar os princípios da RMA

Ainda a propósito dos princípios, importa observar o gráfico acima apresentado: dos trinta inquiridos, vinte e oito consideram não existir necessidade de acrescentar ou alterar os princípios da RMA. Apenas dois dos inquiridos sugerem acrescentar o princípio da equidade.

Quadro nº 11 - Concorda com a missão da RMA?

	Concordo	Concordo Parcialmente	Sem Opinião	Discordo Parcialmente	Discordo	Total
Freq.	28	2	0	0	0	30
%	93,3%	6,7%	,0%	,0%	,0%	100,0%

O grau de concordância com a missão da RMA atinge níveis muito elevados: 93,3% (28) concordam e apenas 6,7% (2) concordam parcialmente. Os dois inquiridos que concordam parcialmente justificam a sua resposta referindo o seguinte: “a missão devia promover uma programação conjunta a nível regional” e “a missão também devia pautar-se pela sensibilização social para questões patrimoniais da região, junto das comunidades algarvias”. Estes considerandos salientam a importância da sensibilização social para o património da região e igualmente a importância da programação cultural conjunta no Algarve.

Quadro nº 12- Concorda com o tipo de organização e estruturação da RMA?

	Concordo	Concordo Parcialmente	Sem Opinião	Discordo Parcialmente	Discordo	Total
Freq.	23	7	0	0	0	30
%	76,7%	23,3%	,0%	,0%	,0%	100,0%

Igualmente, no que se refere à concordância com o tipo de organização e estruturação da RMA, a percentagem de inquiridos que responderam “concordo” é bastante elevada (76,7%), embora a percentagem de concordâncias parciais seja ligeiramente mais alta relativamente à questão anterior (23,3%).

Na análise das respostas dos que concordam parcialmente com o tipo de modelo organizacional apurou-se, segundo a opinião de um dos inquiridos, o seguinte: “Existe a necessidade de se diferenciar de forma definitiva dois tipos de estruturas que integram

a RMA. Por um lado, os museus efectivamente estruturados enquanto tal e, por outro lado, estruturas às quais não correspondem entidades museológicas, situação que cria alguma ambiguidade na afirmação e aplicação dos princípios da RMA. Estas entidades com um horizonte museológico ainda em formação ou em intenção de instalação, deveriam ter uma posição mais de observadores do que de membros de pleno direito”. Acrescenta-se ainda que “Tal situação deveria passar por uma revisão e/ou alteração do conceito de ‘museu’, exigindo-se um maior rigor e respeito pelos princípios da RMA”. Para além desta diferenciação “dever-se-ia aplicar a mesma exigência de clarificação da qualidade da representação aos membros que deixem de participar nos trabalhos ou reuniões de forma temporária ou definitiva sem justificação”.

Três outras respostas vão no sentido de reforçar a horizontalidade da rede, considerando-se que “o trabalho em rede não funciona na sua plenitude devido à falta de horizontalidade”. Considera-se ainda que algumas decisões ficam “exclusivamente a cargo do grupo coordenador”, deste modo “parecendo uma rede vertical na sua essência”. Assim, é sugerida uma estrutura mais aberta e com uma articulação mais dinâmica entre os seus membros.

Mais outras duas respostas reforçam a ideia da falta de horizontalidade, referindo que este tipo de organização de trabalho em rede tem de fazer cumprir o princípio da equidade.

Por fim, numa outra observação menciona-se que é necessário que este tipo de organização ultrapasse a questão de não ter personalidade jurídica, o que dificulta as candidaturas a projectos, financiamentos e pagamentos.

Quadro nº 13 - Concorda com o sistema implantado de rotatividade do grupo coordenador?

	Concordo	Concordo Parcialmente	Sem Opinião	Discordo Parcialmente	Discordo	Total
Freq.	20	8	0	0	2	30
%	66,7%	26,7,0%	,0%	,0%	6,6%	100,0%

Embora a concordância com o sistema implantado de rotatividade do grupo coordenador seja maioritária (66,7%), nota-se que é uma questão em que as opiniões se dividem mais do que nas questões anteriores (26,7% de concordâncias parciais e 6,6% de discordância).

Das duas respostas discordantes, uma considera que o ideal seria que o grupo coordenador fosse renovado na sua totalidade, promovendo a efectiva rotatividade e a participação de todos, e a outra porque considera não existir realmente uma rotatividade, encontrando-se repetidamente os mesmos museus no grupo coordenador.

Dos oito auscultados que concordam parcialmente, um refere que o sistema de rotatividade é incompatível com uma eleição livre e democrática, sendo que esse princípio não devia ser obrigatório mas tido em consideração a título indicativo no momento do voto.

Os outros sete consideram que não existe uma rotatividade efectiva, uma vez que “O sistema de escolha dos elementos do grupo através de eleições não permite uma rotatividade”. Este facto leva “a situações de auto-limitação democrática dos deveres e dos direitos de participação nessa rotatividade”, situação que deve ser revista. Outro factor apontado é o de o grupo coordenador dominar a discussão dos assuntos perdendo-se a opinião do grupo. Um aspecto também referido é o facto de muitos museus não quererem ser eleitos como membros do grupo coordenador.

Relativamente ao grau de concordância com o sistema de rotatividade, observa-se que, apesar dos dados percentuais obtidos serem superiores a 50%, não se pode deixar de questionar este tipo de sistema, onde não existe um processo de rotatividade efectiva, mas sim um sistema de eleição, o que tem levado a uma permanência de alguns elementos nos grupos de coordenação da RMA¹²⁴.

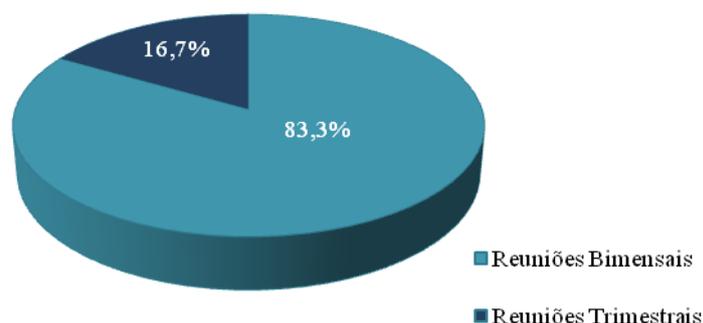


Gráfico n.º 13 – Opinião sobre a periodicidade das reuniões da RMA

¹²⁴Confrontar com o quadro n.º 3 “Os grupo de coordenação da RMA” apresentado no capítulo III.

Quanto à frequência das reuniões da RMA, 83,3% dos inquiridos concorda com o facto de as reuniões serem bimensais e 16,7% considera que deviam ser trimestrais ou então que o intervalo de tempo devia ser resultante da dinâmica dos membros da Rede. Uma vez que, por vezes, existe alguma repetição dos assuntos tratados nas reuniões, sendo preferível reunir o grupo quando as necessidades de trabalho o justificarem.

Quadro nº 14 - Concorda com a forma como são dinamizadas as reuniões?

	Concordo	Concordo Parcialmente	Sem Opinião	Discordo Parcialmente	Discordo	Total
Freq.	20	6	0	0	4	30
%	66,7%	20,0%	,0%	,0%	13,3%	100,0%

A forma como estas reuniões são dinamizadas, e como são abordados e discutidos os assuntos, também não gera grandes discordâncias (66,7% concorda). Contudo, 13,3% discorda e refere as seguintes razões: “Não existe uma discussão, propriamente dita dos temas e sim uma apresentação dos mesmos”, “Por vezes não são tidas em conta as opiniões e/ou ideias de todos os membros da rede”. Os outros 20% que concordam parcialmente e dizem o seguinte: “O tipo de organização do grupo coordenador deve ser adaptado e criar-se uma coordenação contínua, flexível, informal e horizontal, adaptada às necessidades imediatas, mais matricial, articulável, mais envolvente e aberta à diversidade de iniciativas entre os seus membros”; “Nestas reuniões é bem-vinda uma maior intervenção de todos, em todas as decisões, no sentido de se evitarem auto-exclusões e ausências de participação”; “As actividades devem-se adaptar às necessidades e ritmos dos museus e não o inverso”; “As reuniões devem ser mais produtivas, sugerindo-se que alguns dos assuntos devam ser trabalhados e tratados antecipadamente (aprovação de actas, plano de actividades) e sobretudo devem ser bem geridos por quem coordena”; “A repetição dos assuntos em diversas reuniões” e por fim “a falta de consciência da rede como um todo”.

Verifica-se que os inquiridos concordam, na maioria, com a periodicidade e a forma como são dinamizadas as reuniões da RMA. Contudo, 20% consideram que estas são pouco produtivas e que por vezes os assuntos discutidos se centralizam num grupo de pessoas. Desta forma, os inquiridos sugerem que as reuniões e os assuntos discutidos sejam preparados com antecedência, de forma a torná-las mais produtivas e a repetirem

menos os temas. Convém notar também que se referiu que todos os elementos deviam participar e intervir nas decisões, trabalhando-se efectivamente em rede, como um todo.

Quadro nº 15 - Concorda com os eixos de actuação da RMA?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Sim	29	96,7	96,7
Não	1	3,3	3,3
Total	30	100,0	100,0

Quanto aos eixos de actuação da RMA, apenas um inquirido não concorda com eles, mas não justifica a sua resposta. A maioria afirma que gostaria de ver, igualmente, outros eixos de actuação impulsionados pela RMA (53,3%).

Quadro nº 16 - Gostaria de ver outros eixos de actuação impulsionados pela RMA?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Sim	16	53,3	53,3
Não	14	46,7	46,7
Total	30	100,0	100,0

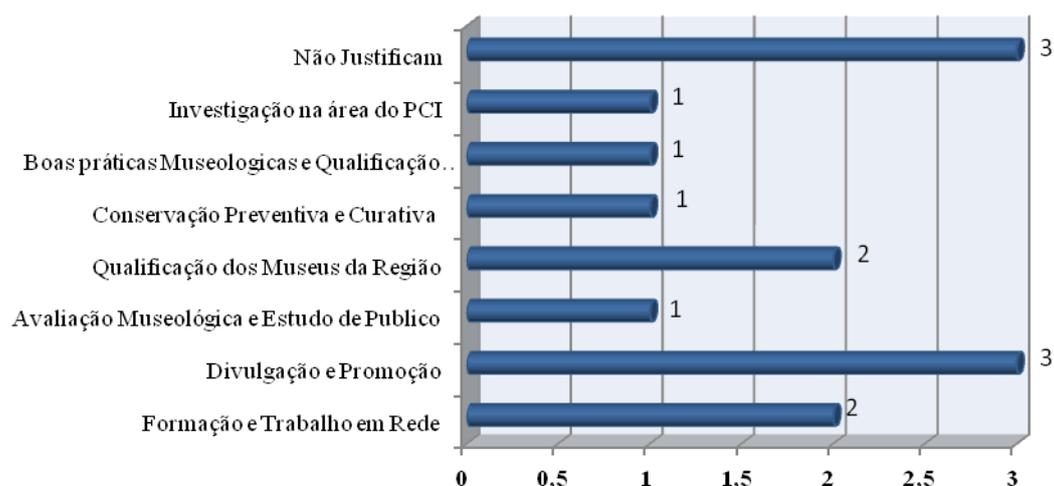


Gráfico nº 14 – Propostas de novos eixos de actuação da RMA

Dos novos eixos de actuação da RMA propostos, destacam-se três: Divulgação e Promoção (3), Formação e Trabalho em Rede (2) e Qualificação dos Museus da Região (2). Tomando como ponto de partida o grau de participação dos museus nos eixos de actuação da RMA, verifica-se que os menos participados (Formação e Informação) são aqui propostos como novos eixos reforçados: o da Divulgação e da Promoção e o da Formação e do Trabalho em Rede. Destaca-se, ainda, o eixo da Qualificação dos Museus da Região, razão inicialmente indicada pela maioria dos museus para aderir à RMA (53,3%).

Nesta parte do questionário “Análise do “modelo” da Rede de Museus do Algarve”, conclui-se que os princípios mais valorizados na RMA são os seguintes: Princípio de Cooperação em Rede, Princípio de Liberdade de Adesão, Princípio da Programação Museológica, Princípio do Serviço Público e Ética Profissional. A maioria considera não existir necessidade de acrescentar ou alterar os princípios da RMA, sendo que apenas se sugere um novo Princípio, o da Equidade. Relativamente ao grau de concordância com a missão da RMA, este atinge níveis elevados.

Já no que se refere à concordância com o tipo de organização e estruturação da RMA, existe uma percentagem de concordâncias parciais significativa (23,3%). Os inquiridos referem sobretudo a necessidade de reforçar a horizontalidade da rede e a necessidade de distinguir dois tipos diferentes de instituições que integram a rede, as que são efectivamente ‘museus’ e as que não são estruturas museológicas.

Quanto às reuniões, uma percentagem elevada concorda com a frequência das reuniões da RMA (83,3%) e a forma como estas são dinamizadas, embora também seja sugerido que estas fossem trimestrais ou então que o intervalo de tempo devia ser resultante da dinâmica dos membros da Rede. A forma como são abordados e discutidos os assuntos também não é gerador de grandes discordâncias, apesar de ser aconselhado que os assuntos sejam preparados com antecedência, de forma a tornar as reuniões mais produtivas e a repetirem menos os temas.

Relativamente aos eixos de actuação, a esmagadora maioria concorda. No entanto, a maioria (53,3%) afirma que, para além destes, gostaria de ver outros eixos de actuação impulsionados. Dos novos eixos de actuação da RMA destaca-se os três mais indicados: Divulgação e Promoção; Formação e Trabalho em Rede e Qualificação dos Museus da Região.

2.1.3. Avaliação dos trabalhos da Rede de Museus do Algarve

Nesta terceira e última parte do questionário, pretende-se conhecer a opinião dos inquiridos relativamente ao trabalho desenvolvido pela RMA, nomeadamente: se existe efectivamente um trabalho em rede; se a RMA tem cumprido a missão e atingido os seus objectivos; qual a avaliação dos eixos de acção e o balanço dos trabalhos realizados pela RMA; se a RMA deve articular-se com outras redes regionais e a RPM; se a RMA tem contribuído para o desenvolvimento patrimonial, sobretudo museológico da região, e por fim, conhecer as perspectivas desta rede e quais as sugestões de melhoria apresentadas.

Quadro nº 17- Considera que existe entre os parceiros um entendimento da noção de trabalho em rede?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Sim	20	66,7	66,7
Não	10	33,3	33,3
Total	30	100,0	100,0

Verifica-se, na tabela anteriormente apresentada, que cerca de dois terços dos inquiridos consideram que existe entre os parceiros um entendimento comum da noção de trabalho em rede como estratégia de valorização e qualificação dos museus.

Dos 66,7% que consideram que existe entre os parceiros um entendimento da noção de trabalho em rede, 26,7% não justifica a sua resposta, 16,7% considera que “Existe um trabalho em rede, mas que este ainda está a dar os primeiros passos, sendo passível de ser melhorado e reforçado” e os restantes 23,3% consideram que “Existe um verdadeiro trabalho em rede onde foram realizados vários projectos com sucesso, nomeadamente a exposição “Do Reino à Região”.

Por outro lado, 33,3% considera que “Não existe um trabalho em rede”, sendo que 6,6% não justifica a resposta e 26,7% refere que “Os museus ainda trabalham virados para si próprios”, não existindo a ideia de partilha e de valorização de todos os museus da rede. Desta forma, entende-se que a maioria considera que existe um entendimento da noção de trabalho em rede, mas igualmente se considera que este trabalho em rede ainda está no começo, embora já tenham sido concretizados trabalhos

de parceria de reconhecido valor, sobretudo a exposição já referida. Assim, constata-se que será necessário melhorar e consolidar o trabalho em rede, para que todos reconheçam uma efectiva proximidade e colaboração entre as instituições.

Quadro nº 18 - Considera de uma forma geral, que este modelo de organização tem cumprido a sua missão e alcançados os seus objectivos?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Sim	24	80	80
Não	6	20	20
Total	30	100,0	100,0

No que toca ao tipo de organização, constata-se que uma larga maioria considera que este tem cumprido a sua missão e alcançados os seus objectivos (80%).

A maioria dos inquiridos (80%) responde que “A RMA cumpriu, de uma forma geral, a sua missão e os seus objectivos”. Contudo, uma pequena percentagem (13,3%) considera que esta rede é bastante jovem e ainda não cumpriu de forma integral os objectivos, nomeadamente nas áreas de formação e divulgação. Também 6,7% dos inquiridos consideram que a RMA tem vindo revelar um conceito de trabalho em rede ainda limitado, apesar de estar estruturada de forma a poder cumprir a sua missão e objectivos. Porém, 16,7% consideram que esta tem cumprido a sua missão e alcançado os seus objectivos, sendo exemplo disso os projectos já realizados, nomeadamente a exposição “Do Reino à Região” e a sua acção relativamente ao “Património Imaterial”. Restam ainda 43,3%, que não justificam a sua resposta.

As opiniões dos 20% que respondem que a rede não tem cumprido a sua missão e os seus objectivos são consensuais, apontando para a juventude da rede (pelo que ainda não é visível a sua acção) e para uma falta de responsabilização, compromisso e ‘sentimento de rede’ por parte das estruturas museológicas: “Não existe o mesmo cometimento e responsabilidades, por parte das estruturas museológicas, umas instituições estão menos empenhadas que outras”; que, por vezes, “O protagonismo pessoal dos seus representantes se tem sobreposto ao trabalho da rede” e igualmente notam “A falta de sentimento de rede”.

Quadro nº 19 – Como avalia o trabalho desenvolvido pela RMA?

		Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito	Média	Total
Desenvolver a qualidade das instituições	Freq	1	16	0	13	0	2,83	30
	%	3,3%	53,3%	,0%	43,3%	,0%		100,0%
Descentralizar a política cultural	Freq	2	23	0	4	1	2,30	30
	%	6,7%	76,7%	,0%	13,3%	3,3%		100,0%
Criar uma rede de informação a nível regional	Freq	10	13	0	5	2	2,20	30
	%	33,3%	43,3%	,0%	16,7%	6,7%		100,0%
Proporcionar uma igualdade de oportunidade entre os museus	Freq	2	15	0	12	1	2,83	30
	%	6,7%	50,0%	,0%	40,0%	3,3%		100,0%
Partilhar responsabilidade e recursos	Freq	5	15	0	10	0	2,50	30
	%	16,7%	50,0%	,0%	33,3%	,0%		100,0%
Fomentar oportunidade de partilha e cooperação	Freq	9	18	0	2	1	1,93	30
	%	30,0%	60,0%	,0%	6,7%	3,3%		100,0%
Estimular a formação dos profissionais	Freq	10	15	0	5	0	2,00	30
	%	33,3%	50,0%	,0%	16,7%	,0%		100,0%
Programar as actividades museológicas em conjunto	Freq	6	20	0	3	1	2,10	30
	%	20,0%	66,7%	,0%	10,0%	3,3%		100,0%
Aconselhamento das políticas museológicas do Algarve	Freq	1	21	0	7	1	2,53	30
	%	3,3%	70,0%	,0%	23,3%	3,3%		100,0%
Contribuir para aumentar o número de visitantes nos museus	Freq	1	11	0	18	0	3,17	30
	%	3,3%	36,7%	,0%	60,0%	,0%		100,0%
Reforçar o desenvolvimento da acção museológica e patrimonial da região	Freq	7	17	0	5	1	2,20	30
	%	23,3%	56,7%	,0%	16,7%	3,3%		100,0%
Permitir diversificar as opções culturais da região	Freq	7	17	0	4	2	2,23	30
	%	23,3%	56,7%	,0%	13,3%	6,7%		100,0%

O trabalho desenvolvido pela RMA é globalmente avaliado de forma satisfatória em todos os domínios de análise, com a excepção da dimensão “Contribuir para aumentar o nº de visitantes nos museus”, que justifica a insatisfação de 60,0% dos inquiridos. Por outro lado, a dimensão com a qual os inquiridos estão mais satisfeitos refere-se ao “Aconselhamento das políticas museológicas do Algarve” (70,0%) e “Descentralizar a política cultural (76,7%)”.

Quadro nº 20 – Como avalia os eixos de acção da RMA?

		Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito	Média	Total
Formação	Freq.	5	18	0	6	1	2,33	30
	%	16,7%	60,0%	,0%	20,0%	3,3%		100,0%
Parcerias	Freq.	6	21	0	2	1	2,03	30
	%	20,0%	70,0%	,0%	6,7%	3,3%		100,0%
Informação	Freq.	3	16	0	10	1	2,67	30
	%	10,0%	53,3%	,0%	33,3%	3,3%		100,0%

Quanto à avaliação dos eixos de acção da RMA, o eixo que regista maiores percentagens de satisfação é o eixo das parcerias (70%), seguido do eixo da formação (60%). Com menor expressão temos o da informação (53%). Ao serem confrontados

estes dados com o grau de participação dos museus nos diferentes eixos - parceria (81,2%), formação (62,5%) e informação (50%) - permitem perceber que existe uma relação evidente entre o grau de participação e o grau de satisfação dos museus relativamente aos eixos da RMA.

Quadro nº 21 – Como avalia as seguintes áreas nos diferentes eixos de actuação da RMA?

		Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito	Média	Total
Na área da formação								
Contribuído para a qualificação de pessoal	Freq.	6	14	0	9	1	2,50	30
	%	20,0%	46,7%	,0%	30,0%	3,3%		100,0%
Recomendado e divulgado as boas práticas museológicas	Freq.	4	15	0	10	1	2,63	30
	%	13,3%	50,0%	,0%	33,3%	3,3%		100,0%
Valorizado a especialização do pessoal técnico nas diferentes áreas	Freq.	5	12	0	12	1	2,73	30
	%	16,7%	40,0%	,0%	40,0%	3,3%		100,0%
Promovido acções de formação	Freq.	3	21	0	5	1	2,33	30
	%	10,0%	70,0%	,0%	16,7%	3,3%		100,0%
Na área das parcerias								
Projectos de Parceria na área da conservação e restauro	Freq.	0	6	1	18	4	3,69	29
	%	,0%	20,7%	3,4%	62,1%	13,8%		100,0%
Projecto de parceria na área das exposições	Freq.	9	18	0	1	1	1,86	29
	%	31,0%	62,1%	,0%	3,4%	3,4%		100,0%
Projecto de parceria na área das investigações/Edições	Freq.	2	13	0	12	2	2,97	29
	%	6,9%	44,8%	,0%	41,4%	6,9%		100,0%
Projecto de parceria na área da educação	Freq.	1	17	0	10	1	2,76	29
	%	3,4%	58,6%	,0%	34,5%	3,4%		100,0%
Partilha e cooperação na área do inventário	Freq.	1	12	1	14	1	3,07	29
	%	3,4%	41,4%	3,4%	48,3%	3,4%		100,0%
Na área da informação								
Difusão da RMA e actividades dos seus museus	Freq.	4	9	0	17	0	3,00	30
	%	13,3%	30,0%	,0%	56,7%	,0%		100,0%

De uma forma geral, os inquiridos estão satisfeitos com o trabalho realizado pela RMA nas áreas de actuação dos seus eixos. As questões onde se registam maiores percentagens de insatisfação são: “Valorizado a especialização do pessoal técnico nas diferentes áreas” (40%), “Projectos de Parceria na área da conservação e restauro” (62,1%), “Difusão da RMA e actividades dos seus museus” (56,7%) e “Partilha e cooperação na área do inventário” (48,3%).

Quadro nº 22 - Impacto da acção da RMA no Museu

		Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito	Média	Total
Funcionamento do museu	Freq.	2	14	0	11	2	2,90	29
	%	6,9%	48,3%	,0%	37,9%	6,9%		100,0%
Divulgação do museu	Freq.	3	17	0	8	1	2,55	29
	%	10,3%	58,6%	,0%	27,6%	3,4%		100,0%
Qualificação dos serviços do museu e do seu pessoal	Freq.	2	14	0	11	2	2,90	29
	%	6,9%	48,3%	,0%	37,9%	6,9%		100,0%
Relação com o público	Freq.	0	17	0	10	2	2,90	29
	%	,0%	58,6%	,0%	34,5%	6,9%		100,0%

A avaliação do impacto da acção da RMA nos museus regista igualmente maiores percentagens de satisfação entre os inquiridos. Onde se regista maior percentagem de satisfação é na divulgação do museu (58,6%) e na relação com o público (58,6%). Apesar de ser considerado positivo o impacto da RMA na melhoria sentida na relação com o público, note-se que, na avaliação do trabalho desenvolvido pela RMA, o seu contributo no aumento do número de visitantes foi considerado maioritariamente insatisfatório (60%). Também relativamente à avaliação da difusão da RMA e das actividades dos seus museus, a maioria considera insatisfatória a sua prestação (56,7%). Julga-se poder justificar estes dados, expondo o seguinte: a RMA tem contribuído para melhorar a relação com o público, sobretudo no acolhimento de públicos, através das acções de formação promovidas pela RMA “Acolhimento de Públicos”. Relativamente à divulgação dos museus, considera-se que o reconhecimento da rede a nível nacional, a sua apresentação pública e dos elementos que a constituem, assim como a divulgação dos seus projectos, contribuíram para divulgar os seus parceiros, embora o seu papel na divulgação das actividades de cada museu seja ainda considerado insatisfatório.

Quadro nº 23 - Balanço dos trabalhos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Totalmente Satisfatório	10	33,3	33,3
Satisfatório	18	60,0	60,0
Insatisfeito	2	6,7	6,7
Total	30	100,0	100,0

Por último, quando se solicita aos inquiridos que façam uma avaliação do balanço dos trabalhos da RMA apenas 6,75% indicam estar insatisfeitos. Os restantes ou estão satisfeitos (60%) ou totalmente satisfeitos (33,3%). Nesta perspectiva, o balanço dos trabalhos da RMA é muito positivo.

Passando a analisar uma outra questão: a RMA deve estar em articulação com outras redes museológicas regionais?, constata-se que 70% dos inquiridos considera que sim e 30% não respondeu à questão. A maioria (70%) refere que esta articulação deve promover as relações entre as redes regionais, sobretudo a nível da partilha de informação e de experiências, elaboração de projectos de parcerias inter-regionais, a criação de exposições itinerantes a nível nacional, desenvolvimento de redes temáticas, especialmente ligadas com o património. A maioria considera ainda que esta articulação deve ser estabelecida não só entre as redes mais próximas portuguesas, como a do Alentejo, mas também estrangeiras, como a da Andaluzia, estimulando assim o desenvolvimento cultural estruturante entre as áreas vizinhas. Por fim, afirma-se a necessidade de ser criado um discurso transversal a nível regional, nacional e internacional.

Em relação à articulação da RMA com a RPM, 86,7% considera que a primeira se deve articular com a RPM, 10% acha que não e 3,3% não responde à questão. Dos vinte e seis inquiridos que concordam com a articulação com a RPM, vinte justificam a sua resposta referindo que “a RMA só deve articular-se com a RPM quando necessário, salvaguardando a informalidade e a autonomia” que “a RMA deve ter reuniões periódicas com a RPM, informando-a das suas actividades e estabelecendo um plano estratégico anual para que em conjunto possam reforçar a qualificação das instituições museológicas da região”. Para além disso, consideram que “a RPM deve articular-se com a RMA para promover somente o eixo das formações”; que “a RMA deve representar a RPM no Algarve e esta rede nacional deve alargar os apoios a todos os elementos da RMA”; que “a RMA deveria estar mais próxima da RPM e até mesmo na sua dependência, articulando-se relativamente aos objectivos comuns à escala regional”. Por último, outros inquiridos responderam que “a RMA, mantendo a liberdade e autonomia nas decisões, deve articular-se com a RPM a partir dos quatro museus da RPM do Algarve, que seriam os interlocutores entre a rede regional e nacional, activando-se desta forma potenciais núcleos de apoio”.

Relacionando a percentagem de inquiridos que consideram importante a RMA articular-se com outras redes regionais, com a percentagem de inquiridos que

consideram importante a articulação da RMA com a RPM, constata-se que em ambos os casos, esta articulação é considerada necessária. Com efeito, no caso das redes regionais, deve promover-se as relações, sobretudo a nível da partilha de informação e de experiências e elaboração de projectos inter-regionais. Quanto à articulação entre a RPM e a RMA, estas redes deviam promover reuniões periódicas sobre as suas actividades e estabelecer também um plano estratégico anual com a finalidade de reforçar a qualificação das instituições museológicas da região.

Quadro nº 24 - Unidades de sentido “Contributos da RMA para a região”

Indicadores	FI ^(*)	Categoria
“A rede pode contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região”	27	Contributos da rede para a região
“O trabalho em rede, as parcerias e projectos conjuntos pensados à escala regional, que são essenciais para rentabilizar recursos e promover culturalmente a região”	7	
“Uma programação conjunta e articulada entre os vários museus da região”	5	
“A articulação da RMA com as entidades culturais da região para conjuntamente promoverem o desenvolvimento cultural e museológico do Algarve”	4	
“A rede pode contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região desde que se torne mais descentralizada integrado de forma activa e actuante todos os museus da região”	2	
“O trabalho em rede é uma forma adequada de responder as situações da sociedade actual e à globalização, sendo necessário desenvolver novas políticas de gestão e organização, o trabalho em rede”	1	

(*) Frequência do indicador

Focalizando agora a análise nos contributos da rede para a região, a esmagadora maioria (90%) considera que esta rede poderá contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região algarvia e 10% não respondeu à questão. Destacam-se as razões que, segundo os inquiridos, justificam o contributo da RMA para o desenvolvimento patrimonial e museológico do Algarve¹²⁵: “A rede pode contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região” (27); “O trabalho em rede, as parcerias e projectos conjuntos pensados à escala regional, que são essenciais para rentabilizar recursos e promover culturalmente a região” (7); “Uma programação conjunta e articulada entre os vários museus da região” (5); “A articulação da RMA com as entidades culturais da região para conjuntamente promoverem o desenvolvimento cultural e museológico do Algarve” (4); “A rede pode contribuir para

¹²⁵As razões são apresentadas juntamente com o número de frequências que são referidas pelos inquiridos.

o desenvolvimento patrimonial e museológico da região desde que se torne mais descentralizada integrado de forma activa e actuante todos os museus da região” (2) e, por último, “O trabalho em rede é uma forma adequada de responder a situações da sociedade actual e à globalização, sendo necessário desenvolver novas políticas de gestão e organização, o trabalho em rede” (1).

Na verdade, de acordo com estes testemunhos, a rede surge como uma forma de articular saberes, de divulgar, promover e salvaguardar o património e os museus da região, de pensar e tomar decisões como um todo com o objectivo de acautelar o interesse cultural do Algarve.

Quadro nº 25 – Unidades de sentido “Perspectivas futuras para a RMA”

Indicadores	FI ^(*)	Categoria
“Fortalecer o trabalho em rede, mais partilha e mais articulação”	8	Perspectivas futuras de RMA
“Reforçar a partilha e a articulação entre os museus, tornando-se mais horizontal, mais produtiva e mais interventiva”	7	
“Desenvolver actividades culturais da região, programando conjuntamente, aumentando a oferta cultural da região e tornando-se uma estrutura de apoio às instituições museológicas nacionais”	7	
“Expandir as áreas da formação, investigação, parcerias, serviço educativo, inventariação e ainda conservação e restauro e também crie novos grupos de trabalho em diferentes áreas e dinamize o grupo de discussão do PCI”	5	
“Alargar as estratégias na área da informação e divulgação, nomeadamente uma página da Web da RMA”	3	
“Elaborar um plano de formações sólido e articulado entre os museus e respectivas tuteladas e que crie planos de difusão e promoção dos projectos junto das instituições regionais, nomeadamente a ERTA, UAAlg, CCDR, AMAL, DRC e também junto da RPM”	2	
“Desenvolver projectos de investigação e musealização a nível regional e, se possível, em parceria com as universidades e grupos escolares”	1	
“Esperamos uma maior equidade nas parcerias exercidas”	1	
“Marcar a diferença pelo seu pioneirismo mas também que marque a diferença pela sua capacidade de introspecção e renovação”	1	

(*) Frequência do indicador

No que toca às perspectivas futuras que os inquiridos têm relativamente à RMA, é interessante notar que todos os que responderam (86,7%) esperam que esta rede de museus continue a desenvolver o seu trabalho e se alargue a outros museus ou instituições de carácter museológico da região. Mais especificamente, os inquiridos esperam que a RMA “fortaleça o trabalho em rede, mais partilha e mais articulação” (8); “reforce a partilha e a articulação entre os museus, tornando-se mais horizontal, mais produtiva e mais interventiva” (7); “desenvolva actividades culturais da região, programando conjuntamente, aumentando a oferta cultural da região e tornando-se uma

estrutura de apoio às instituições museológicas nacionais” (7); “expandir as áreas da formação, investigação, parcerias, serviço educativo, inventariação e ainda conservação e restauro e também criar novos grupos de trabalho em diferentes áreas e dinamizar o grupo de discussão do PCI” (5); “alargar as estratégias na área da informação e divulgação, nomeadamente uma página da *Web* da RMA” (3). Há uma certa expectativa de que esta rede “elabore um plano de formações sólido e articulado entre os museus e respectivas tutelas e que crie planos de difusão e promoção dos projectos junto das instituições regionais, nomeadamente a ERTA, UAlg, CCDR, AMAL, DRC e também junto da RPM” (2); “desenvolva projectos de investigação e musealização a nível regional e, se possível, em parceria com as universidades e grupos escolares” (1). Ainda segundo os inquiridos, espera-se que a RMA consiga “uma maior equidade nas parcerias exercidas” (1); e, por fim, que “marque a diferença pelo seu pioneirismo mas também que marque a diferença pela sua capacidade de introspecção e renovação” (1).

Assim, conclui-se que os inquiridos (86,7%) que responderam à questão “Esta rede é nova e encontra-se em construção, quais são, na sua opinião, as perspectivas futuras?” esperam que a rede de museus se prolongue e solidifique, continuando o seu trabalho através do desenvolvimento de projectos de parceria entre os diferentes museus e combinando interesses e actividades culturais de âmbito regional em colaboração com as instituições regionais e a RPM. Também é esperado que a rede continue a trabalhar nas áreas das parcerias, investigação, formação, inventariação mas também que sejam criadas novas áreas de actuação, nomeadamente nas áreas de serviço educativo e da conservação e restauro. Convém ainda notar que os inquiridos esperam que a rede se torne mais horizontal, mais produtiva e mais interventiva.

Em resumo, na “Avaliação dos trabalhos da RMA” constata-se que cerca de dois terços dos inquiridos consideram que existe entre os parceiros um entendimento da noção de trabalho em rede e que uma larga maioria considera que este modelo de organização tem cumprido a sua missão e alcançado os seus objectivos (80%). Na verdade, o trabalho desenvolvido pela RMA é globalmente avaliado de forma satisfatória. Em relação à avaliação por eixos de acção da RMA, verifica-se que o que regista maiores percentagens de satisfação é o eixo das parcerias (70%). Também a avaliação do impacto da acção da RMA no Museu regista percentagens de satisfação entre os inquiridos, assim como a avaliação do balanço dos trabalhos da RMA, em que apenas 6,75% indicam estar insatisfeitos. Os restantes ou estão satisfeitos (60%) ou totalmente satisfeitos (33,3%).

Na questão da articulação com outras redes verifica-se também que a maioria (70%) refere que se deve promover a articulação da RMA com outras redes regionais, sobretudo a nível da partilha de informação e de experiências, elaboração de projectos de parcerias inter-regionais e a criação de exposições itinerantes a nível nacional. Quanto à articulação desta rede com a RPM, a maioria dos inquiridos (86,7%) defende que devem existir reuniões entre as redes de museus (regional e nacional) para debaterem as actividades a desenvolver conjuntamente em cada ano.

Destaca-se, ainda, o facto de a esmagadora maioria (90%) considerar que esta rede poderá contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região algarvia, através da realização de projectos conjuntos a nível regional que possibilitem rentabilizar recursos, diversificar e qualificar a oferta cultural da região. No entanto, reconhecem a juventude da rede e esperam que esta amadureça e se consolide, continuando o seu trabalho através do desenvolvimento de projectos e parcerias a nível regional entre os diferentes museus. Também indicam a necessidade da rede combinar interesses e programar as actividades culturais de âmbito regional em colaboração com as instituições regionais e a RPM. Sublinha-se, igualmente, a necessidade de reforçar determinadas áreas e criar novas áreas de actuação nomeadamente nas áreas do serviço educativo e da conservação e restauro. Destaca-se, por fim, as expectativas que os inquiridos têm na rede de fortalecer a partilha e a articulação na concretização de futuros projectos.

2.2. Resultados das entrevistas

A análise de conteúdos foi elaborada com base na sistematização dos 100 indicadores que foram seleccionados a partir das entrevistas¹²⁶. Estes indicadores, por sua vez, estão divididos em três categorias “A Rede de Museus do Algarve (RMA)”; “Trabalhos desenvolvidos pela RMA”; “RMA - um parceiro para o desenvolvimento

¹²⁶Foi utilizada a análise categorial que consiste no desdobramento do texto em unidades de sentido (indicadores). A unidade de codificação foi a frase. Neste sentido, procedemos a uma filtragem dos indicadores a partir da análise de conteúdo das entrevistas obtidas, tendo sido tomados como relevantes os indicadores dentro de cada categoria e subcategoria do guião.

cultural da região”. Estes subdividem-se num total de onze subcategorias que compõem o guião da entrevista.¹²⁷

2.2.1. A Rede de Museus do Algarve

A primeira categoria considerada, “A Rede de Museus do Algarve (RMA)”, comporta apenas duas subcategorias: “Vantagens que a RMA introduziu na região” e “Desvantagens que a RMA introduziu na região”, das quais fazem parte dezoito indicadores. Todos os entrevistados consideram que a RMA introduziu vantagens na região, tais como: “Os trabalhos que têm sido realizados pela RMA marcaram um salto qualitativo na cultura algarvia”, que “A rede incentiva ao trabalho colectivo com objectivos concretos e rigorosamente definidos pelas entidades e técnicos dos museus do Algarve” e também que “A RMA reforça a troca de experiências e reuniu sinergias entre os diversos parceiros culturais da região”.

No que diz respeito ao planeamento de políticas e de actividades dos museus do Algarve, três dos entrevistados (CCDR, UAlg, ERTA) consideram que “A RMA colmatou a necessidade de no Algarve existir uma rede de museus organizada com dimensão para promover um conjunto de actividades complementares e interessantes para a região”. Esta rede é vista ainda pela maioria dos entrevistados (CCDR, DRC, AMAL, ERTA e RPM) como “[...] uma forma de cooperação entre as instituições da região”. Este indicador com o maior número de frequências (7) na categoria. Relativamente à importância da RMA para a oferta turística no Algarve, cinco dos entrevistados (CCDR, DRC, UAlg, ERTA e RPM) consideram esta rede importante, referindo que desempenha um papel relevante em termos culturais e que “[...] a realização das suas iniciativas é uma oferta de qualidade para o turismo do Algarve”. Para além do relatado, três destes entrevistados (CCDR, UAlg, RPM) reforçam também a importância da rede, considerando-a “Um tipo de organização dinâmica de afirmação identitária da região”.

Merece evidência o indicador apontado por quatro entrevistados (CCDR, UAlg, ERTA e RPM), que referem o facto de RMA vir a “[...] colmatar as necessidades na área da museologia da região e da programação cultural a nível regional”. Destaca-se, igualmente, o comentário feito por três dos entrevistados (CCDR, UAlg, RPM) ao sublinharem que esta é a primeira rede regional de museus no país. Um deles (RPM)

¹²⁷Vide “Análise de conteúdo das entrevistas realizadas a representantes da CCDR, DRC, UALG, AMAL, ERTA, RPM”, anexo XI.

considera esta rede como um modelo de referência para os outros museus a nível nacional.

Embora com um número reduzido de frequências (2), é de destacar o facto de este projecto à escala regional ser considerado pelo representante da universidade do Algarve “[...] uma forma de superar os particularismos concelhios existentes no Algarve e um exemplo para outras redes culturais no Algarve, já teve seguidores, a Rede de Arquivos do Algarve”, considerando ainda juntamente com a CCDR que “Esta rede é um novo patamar - só à escala regional se pode obter ganhos significativos”.

Quanto aos outros indicadores que apresentam as vantagens introduzidas pela RMA na região, estes vão no sentido de mostrarem a rede como uma forma de potenciar iniciativas comuns, valorizar, salvaguardar e dar a conhecer a história e o património da região.

Da subcategoria “Desvantagens que a RMA introduziu na região” apenas um entrevistado (DRC) apresenta um indicador, sendo que todos os outros consideram que a RMA apresenta unicamente vantagens para a região. A desvantagem seria a ausência de candidaturas à RPM, por parte dos museus algarvios, desde a fundação da RMA: “Uma certa desmobilização de alguns museus relativamente às exigências de qualificação e credenciação da RPM (desde a criação da RMA em 2007 não houve mais pedidos de credenciação no Algarve)”.

Em síntese, e com base nos dados recolhidos, verifica-se que os representantes da RPM e das entidades regionais entrevistados consideram que a RMA introduziu vantagens evidentes na região do Algarve, nomeadamente na qualidade da oferta cultural algarvia, no desenvolvimento de trabalhos colectivos, reforçando a troca de experiências e a partilha de recursos entre as instituições de carácter museológico. Este tipo de organização constitui uma novidade no panorama cultural algarvio, promovendo a cultura e o património a nível regional. Apura-se também que esta rede é encarada como uma mais-valia, quer para aumentar e qualificar a oferta turística da região, quer para promover uma programação cultural a nível regional. Por outro lado, segundo os entrevistados, as desvantagens são praticamente inexistentes: apenas um dos sujeitos refere uma certa desmobilização por parte dos museus algarvios nas candidaturas à RPM. Contudo, segundo a DRCA Algarve, já existem museus da RMA a prepararem candidaturas a esta rede nacional de museus (Museu de S. Brás de Alportel, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé e Museu Municipal José Formosinho de Lagos).

2.2.2 Trabalhos desenvolvidos pela Rede de Museus do Algarve

A segunda categoria explicita a avaliação que os entrevistados fazem dos “Trabalhos desenvolvidos pela RMA”. Esta categoria é a que apresenta um maior número de subcategorias (sete), nomeadamente: “Actividades desenvolvidas pela RMA”, “Visitas à exposição “Algarve – Do Reino à Região”, “Exposição: retrato da região ou fragmentos da sua história”, “Contributos da Exposição: Algarve – Do Reino à Região”, “Fragilidades sentidas na exposição: Algarve – Do Reino à Região”, “Balanço dos trabalhos da RMA: pontos fortes”, “Balanço dos trabalhos da RMA: pontos fracos”, das quais fazem parte cinquenta e quatro indicadores.

No que concerne à primeira subcategoria, apenas dois dos entrevistados (DRC e RPM) admitem conhecer e acompanhar todos os trabalhos da RMA, mas todos (6) dizem conhecer a iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”. A DRC e a RPM consideram que “Os trabalhos desenvolvidos pela RMA constituem uma experiência única a nível nacional”.

No que respeita à segunda subcategoria, todos os sujeitos entrevistados visitaram exposições da iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”, sendo que os representantes da CCDR, AMAL e ERTA conhecem algumas exposições e os da DRC e RPM conhecem quase todas as exposições. Destaca-se ainda o facto de a DRC promover “Uma visita a todas as exposições com uma equipa multidisciplinar para fazer um trabalho de observação crítica”, como refere a representante da RPM na sua entrevista.

Quanto à terceira subcategoria, depreende-se que a iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”, segundo a CCDR, a DRC e a RPM, abordou somente alguns dos muitos aspectos da história e da memória identitária regional. Esta exposição foi considerada pela DRC com uma “ideia de um retrato fragmentado do Algarve na sua trajectória do Reino à Região”. Por sua vez, o representante escolhido pela Universidade do Algarve, António Rosa Mendes, comissário científico de três das exposições,¹²⁸ refere que “As exposições não fragmentaram a história da região, elas cobriram o Algarve, não no sentido cronológico, mas no sentido temático”. Por seu turno, dois entrevistados crêem que esta exposição retratou com exactidão o Algarve. Na verdade, a ERTA afirma que “a exposição permitiu uma panorâmica da região ao longo dos anos”

¹²⁸“Alcoutim, Terra de Fronteira”, “Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve” e “Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista”.

e a AMAL que “a exposição conseguiu retratar a região como um todo, representando a história desde o islâmico até à actualidade”.

A quarta subcategoria coloca em evidência os contributos da realização desta exposição conjunta para a região. Todos os entrevistados (6) consideraram que “esta exposição foi bem conseguida”, referindo que “[...] nesta iniciativa foi possível reconhecer o trabalho conjunto dos museus da RMA”. Para além disso, foi encarada como “uma mais-valia para a dinamização cultural da região”. A DRC considera ainda que “Esta exposição produziu conhecimento de forma alargada e concertada”. A RPM, por sua vez afirma que “Esta exposição foi uma experiência-piloto, valia a pena desenvolver este tipo de iniciativa noutras regiões do país” e que “O importante da exposição foi toda a engenharia que se criou de cooperação, de entendimento e de leitura”. Por sua vez, para a UAlg esta exposição é considerada “Uma das iniciativas mais importantes realizadas neste século no Algarve”, também lembrando que “Estas exposições tiveram um bom nível, embora com diferenças entre elas”. No âmbito dos contributos da exposição, destaca-se também dois outros indicadores apresentados pela AMAL: “Esta exposição tem tanto de diversidade como de unidade, promovendo a construção de uma identidade regional” e refere até que “Esta exposição levou a que os visitantes percorressem o Algarve através dos seus museus, oferecendo um interessante programa cultural”.

Relativamente à quinta subcategoria, “Fragilidades sentidas na exposição: Algarve – Do Reino à Região”, salienta-se que três dos seis entrevistados (AMAL, ERTA, RPM) não apresentaram aspectos negativos. Os outros três referem que “a iniciativa teve a sua maior debilidade na menor capacidade de envolver as entidades responsáveis pela promoção turística regional e agentes de informação de âmbito nacional” (DRC, CCDR) e que “Existem diferenças significativas a nível das diferentes exposições, esta rede não pode nem deve excluir os elementos com menos recursos e, por isso, tem o dever de colaborar e puxar por aqueles que têm mais dificuldades” (CCDR). Também foi apontado que “nem sempre estava perceptível que cada exposição fazia parte de um todo. As exposições embora tivessem um valor intrínseco ganhavam outra dimensão como parte de um todo se tivéssemos sentido essa articulação” (UAlg).

Na sexta subcategoria, “Balanço dos trabalhos desenvolvido pela RMA: pontos fortes”, a totalidade dos sujeitos entrevistados (6) destacam os seguintes aspectos positivos: “Os objectivos da RMA têm sido realizados e não têm sido desmedidos”; “O trabalho em rede tem permitido reunir esforços, recursos e conhecimentos nas diferentes

áreas da museologia”; “A RMA projecta a imagem do Algarve no plano cultural”; “Incentiva o trabalho colectivo em equipa”; “A RMA constitui-se enquanto parceiro para o desenvolvimento de iniciativas culturais de âmbito regional”; “O trabalho desenvolvido pela RMA durante estes três anos e onze meses foi bom”; “A RMA contribui para melhorar e qualificar a *Praxis* dos museus do Algarve e os resultados oferecidos aos diversos públicos que os usam”. É de realçar ainda que cinco dos entrevistados (CCDR, DRC, UAlg, ERTA e RPM) consideram que: “a RMA é um exemplo que pode ser aplicado a outras regiões e noutras áreas culturais” e quatro (CCDR, UAlg, AMAL, RPM) salientam que “As parcerias e projectos em rede têm sido fundamentais para rentabilização de recursos e para a realização de projectos à escala regional”. Dos indicadores com menos frequência por entrevistado, destacam-se os seguintes aspectos positivos na RMA: três dos entrevistados (DRC, UAlg, RPM) referem que “Esta rede criou uma plataforma comum de informação, discussão, formação e inovação” e igualmente que “Esta rede constitui-se uma plataforma de comunicação entre os museus aderentes e as entidades com intervenção de âmbito regional”. Um outro (AMAL) salienta que “A partilha de boas práticas, experiências e ideias qualificam os museus, os públicos e a região do Algarve” e que “Os museus da rede têm sido um veículo importante de educação patrimonial”. A CCDR e a UAlg valorizam a iniciativa da exposição, considerando-a “Um tema forte e com bons resultados”. Por fim, destacam-se alguns dos aspectos também referidos pela RPM como pontos positivos da RMA: “A determinação do primeiro grupo de trabalho”; “O investimento feito a nível da investigação e dos conhecimentos”; “A actividade e a dinâmica da rede”; “aqui as coisas acontecem”; “A importância da rede enquanto caminho para uma mudança de paradigma, uma mudança cultural, uma mudança de mentalidades”; “Esta rede tem uma vontade genuína de crescer, destacando-se das demais que estão em processo de formação porque nasceu da vontade dos próprios museus que a integram”.

No que concerne à sétima e última subcategoria, “Balanço dos trabalhos da RMA: pontos fracos” cabe-nos realçar que os representantes da CCDR, AMAL e a ERTA não referem quaisquer pontos fracos relativos aos trabalhos realizados por esta rede. No entanto, a DRC aponta alguns pontos fracos, tais como: “O excessivo informalismo leva a que a RMA não possa assumir-se como entidade nomeadamente para efeitos contabilísticos”; “O excessivo protagonismo de alguns técnicos, sobretudo ligados aos museus com maior capacidade operacional e financeira”; “Debilidades na

coordenação de algumas iniciativas conjuntas”; “Incipiente articulação com as entidades de gestão territorial (CCDR) e de promoção do turismo e da imagem regional no exterior (ERTA) ”; “Incipiente uso da internet, pouco dinamismo do sítio da internet já existente que necessita de uma requalificação como meio privilegiado de partilha e difusão das actividades da RMA”.

Refira-se como ponto fraco, com maior número de frequências (3), que “A rede precisa de se afirmar, está pouco institucionalizada, tem de ser mais orgânica de modo a tirar partido das suas iniciativas”- (UAlg e RPM).

Em resumo, verifica-se que nesta segunda categoria, “Trabalhos desenvolvidos pela RMA”, todos os entrevistados revelam conhecer a iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”, embora nem todos tivessem visitado todas as exposições. É de realçar que, segundo a análise de conteúdos das entrevistas, apenas a DRC do Algarve e a RPM conhecem a totalidade dos trabalhos realizados pela RMA e também estas visitaram a quase totalidade das exposições. As opiniões dividem-se quanto ao grande objectivo da exposição “Retratar os últimos mil anos de história e cultura algarvia”: três inquiridos consideram que não cumpriu completamente o objectivo, referindo que esta exposição foi “uma ideia de um “retrato fragmentado” do Algarve na sua trajectória do Reino à Região” (CCDR, DRC, RPM). Já dois (AMAL, ERTA), por seu turno, acham que esta exposição conseguiu montar as peças do puzzle e completar a história do Algarve durante o último milénio, e ainda um terceiro (UAlg) refere que esta iniciativa deve ser vista no sentido temático e não cronológico.

Quanto aos contributos da exposição, esses são inegáveis para todos os entrevistados. Com efeito, esta iniciativa é considerada uma experiência-piloto e uma forma de dinamização cultural da região e de promoção do trabalho conjunto dos museus do Algarve. Apontam, no entanto, como falha o facto de não existir um painel explicativo em cada mostra, de maneira a dar a conhecer que esta era composta por treze temáticas diferentes que faziam parte de um todo, e de também não se ter envolvido suficientemente as entidades responsáveis pela promoção turística regional e os agentes de informação nacional.

É de salientar que, no balanço dos trabalhos feitos pela RMA, os entrevistados apontam um número muito significativo de indicadores para os pontos fortes (20) e um número pouco significativo de indicadores para os pontos fracos (6). Relativamente aos pontos fortes, distinguem-se os seguintes: esta rede define os seus objectivos e cumpre-os com resultados positivos; criou uma plataforma de informação, discussão, formação

e inovação, melhorando a qualidade dos museus; é considerada como um parceiro para o desenvolvimento cultural da região; é compreendida como um caminho para a mudança de paradigma cultural, e, por último, é vista como um exemplo também para outras áreas culturais da região e do país. Quanto aos pontos fracos, é referido sobretudo o excessivo informalismo que dificulta as questões contabilísticas por não poder afirmar-se como entidade autónoma. Outros pontos são: o excessivo protagonismo de alguns técnicos e a rede ter ainda que amadurecer e afirmar-se, visto estar pouco institucionalizada.

2.2.3. RMA - um parceiro para o desenvolvimento cultural da região

A terceira categoria considerada, “RMA - um parceiro para o desenvolvimento cultural da região”, comporta duas subcategorias: “Qualificação da oferta museológica da região” e “Perspectivas futuras da RMA para a região”, das quais fazem parte vinte e oito indicadores.

No que concerne à primeira subcategoria “Qualificação da oferta museológica da região”, todos os entrevistados (6) admitem que “A RMA contribuiu para qualificar a oferta museológica da região” e três deles (DRC, AMAL, RPM) referem que “Cada parceiro da região tem contribuído com a experiência acumulada nas diversas áreas da museologia”. A RPM reforça a importância da RMA na região afirmando que “Esta rede representa o partilhar, o sair e procurar recursos e saberes fora do seu museu, contribuindo para melhorar o panorama museológico a nível regional”.

No que respeita à segunda subcategoria “Perspectivas futuras da RMA para a região”, verifica-se que todos os entrevistados esperam que continue a “Partilhar experiências, consolidando e reforçando as estratégias em rede, contribuindo para qualificar e aumentar a oferta cultural museológica da região” e que consiga atingir um dos seus objectivos, nomeadamente “Programar em conjunto com uma visão regional e não com uma visão individualista e local”. Tendo em conta que a cultura é um complemento de atracção e fixação do turismo e que é, portanto, uma actividade de grande importância no Algarve, quatro dos entrevistados (RPM, ERTA, UAlg e CCDR) esperam que “A rede tenha um papel importante para que exista uma cultura de qualidade na região”. A CCDR salienta também a importância da rede na qualificação

das infra-estruturas culturais já existentes e a necessidade que “A rede tem de manter uma actividade regular com temas fortes e comuns a todos, pelo menos uma vez por ano”. Por sua vez, a RPM e a UAlg esperam que “a rede se afirme e se institucionalize continuando a realizar iniciativas de elevada qualidade”. A UAlg reforça este ponto, considerando que “A cultura não se desenvolve à escala de um concelho, mas de uma região”, esperando também, neste sentido, “Um crescente apoio por parte das respectivas tutelas dos museus e organizações culturais do Algarve”. A RPM apresenta também um conjunto de indicadores relativamente às perspectivas futuras da RMA para a região, apontando para um trabalho conjunto virado para o exterior. Assim, “É importante que os museus dentro da região continuem a interagir ganhando força e experiência”, e mais: “O casulo museus tem que abrir as portas e permitir que os museus cresçam em conjunto”. Com efeito, “Espera-se que a RMA integre o que são hoje as dinâmicas dos centros regionais”, sendo que “O objectivo é estender ao território formas e dinâmicas de organização dos museus, redes ou outro tipo de modelo organizacional”. Na verdade, a própria RPM admite, embora vendo a RMA um projecto-piloto, que, “Ainda há muito para fazer a RMA é um grande laboratório social e de parcerias a todos os níveis”. No seguimento deste raciocínio, segundo a RPM “Espera-se que a rede continue ligada a projectos de investigação” e “É preciso expor-se à mudança e à crítica, este é um princípio de trabalho que não deve perder de vista”. Outros dois entrevistados (DRC e RPM) esperam que exista futuramente “Mais rede no sentido de aprofundamento da partilha de informação, discussão, formação e inovação”.

Quanto à articulação e interacção entre estas instituições e a RMA cabe dizer que todas elas esperam continuar a acompanhar os trabalhos da RMA e a colaborar com a mesma. A CCDR refere que já apoiou a RMA na divulgação da iniciativa “Algarve – Do Reino à Região” e que vai continuar a apoiar as suas iniciativas. A UAlg também afirma que já colaborou através do Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA), publicando artigos sobre a já referida exposição e salienta a importância de se estabelecerem protocolos de colaboração com a rede. A ERTA, por sua vez, manifesta a sua disponibilidade para trabalhar com a rede, justificando que uma das suas áreas de intervenção é a animação da região e que “Existem muitas áreas que se tocam, sendo possível trabalhar em conjunto”. A RPM espera continuar a acompanhar os trabalhos da RMA e articular-se com esta rede regional, reconhecendo publicamente o seu valor e considerando-a um exemplo a ser seguido a nível nacional.

Relativamente à DRC, esta manifesta vontade de continuar a acompanhar e a apoiar a RMA.

Em suma, nesta última categoria “RMA - um parceiro para o desenvolvimento cultural da região” todos os entrevistados (6) admitem que a RMA tem contribuído para qualificar a oferta museológica da região e esperam que esta persista e continue o seu trabalho, mantendo uma actividade regular que contribua para qualificar e aumentar, cada vez mais a oferta cultural museológica da região. Um outro objectivo que se espera alcançar, refere-se à programação conjunta dos museus com uma visão regional. Por fim, ressalta-se um outro aspecto mencionado por todos os entrevistados: que a rede se consolide e trabalhe cada vez mais em ‘rede’. Todos os representantes das instituições mostraram a sua disponibilidade para continuarem a trabalhar em conjunto e acompanharem as actividades desta rede de museus regional.

Conclui-se da análise de conteúdo das entrevistas realizadas às instituições, citadas que, de entre as três categorias explicadas, a que revela um maior número de referências (Fc129) é a categoria “Trabalhos desenvolvidos pela RMA”. Também é esta a que se subdivide num maior número de subcategorias, nomeadamente: “Actividades desenvolvidas pela RMA” (Fsc10); “Visitas à exposição Algarve – Do Reino à Região” (Fsc7); “Exposição: retrato da região ou fragmentos da sua história” (Fsc9); Contributos da Exposição “Algarve – Do Reino à Região” (Fsc20); “Aspectos negativos sentidos na Exposição “Algarve – Do Reino à Região” (Fsc5); “ Balanço dos trabalhos da RMA: pontos fortes” (Fsc71); “ Balanço dos trabalhos da RMA: pontos fracos” (Fsc8).

É de salientar que a subcategoria mais focada se refere aos pontos fortes da RMA (Fsc71), seguida da subcategoria que refere os contributos da exposição “Algarve – Do Reino à Região” (Fsc20). Em terceiro lugar, surge a subcategoria que informa se os sujeitos entrevistados, representantes das instituições já referidas, conhecem as actividades da RMA (Fsc10).

No seguimento, a categoria que apresenta maior número de frequências (Fc62) é a “A rede de museus do Algarve (RMA)”. Esta subdivide-se em apenas duas subcategorias e, curiosamente, a subcategoria mais evidenciada também neste caso é a que refere as melhorias que a RMA introduziu na Região. Por outro lado, o menor número de indicadores e frequências nas subcategorias dizem respeito às desvantagens que a rede introduziu na região (Fsc1). As subcategorias “Aspectos negativos sentidos na Exposição “Algarve – Do Reino à Região” (Fsc5) e “Balanço dos trabalhos da RMA:

pontos fracos” (Fsc7), revelam que os entrevistados consideram existir poucas insuficiências por parte da RMA e muitos pontos fortes e vantagens.

Verifica-se também que a categoria “RMA – Um parceiro para o desenvolvimento cultural da região” tem um número de frequências significativo (Fc56), sendo de destacar a subcategoria “Perspectivas futuras da RMA para a Região” (Fsc45), em que os entrevistados manifestam as suas expectativas relativamente à RMA, sugerindo e apontando aquilo que deve ser melhorado ou mantido nesta rede de museus.

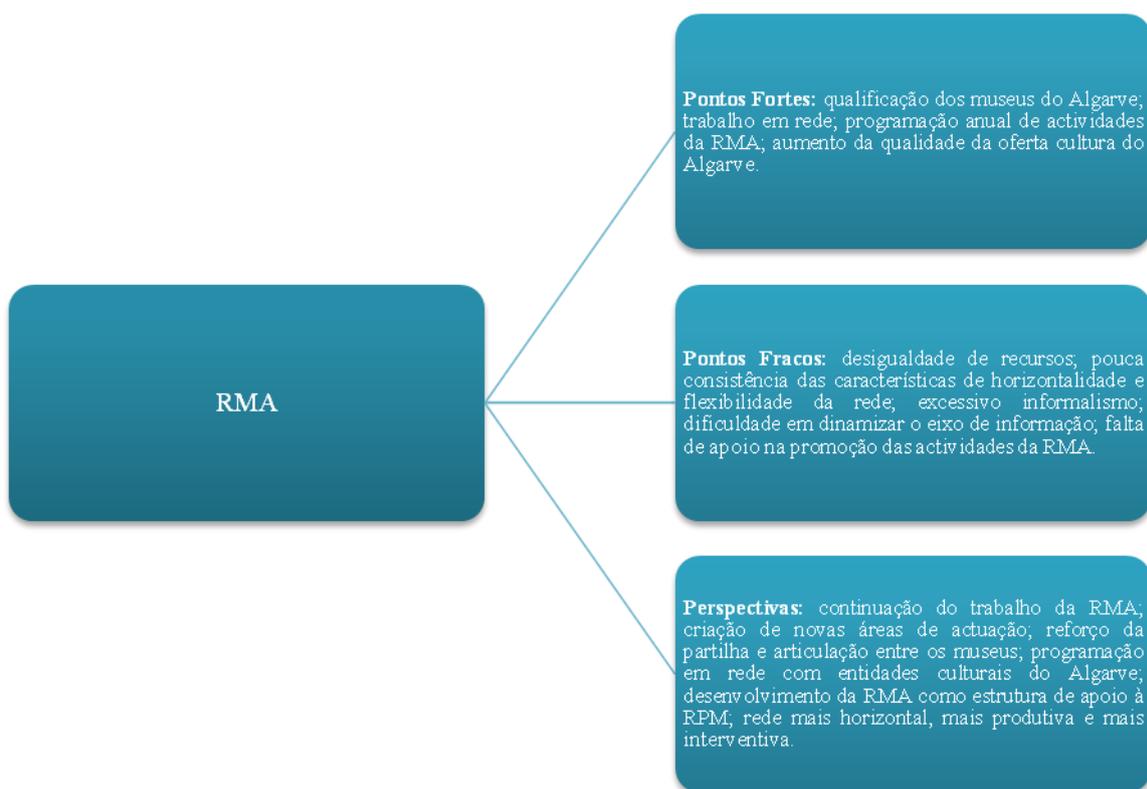
Para terminar, e como resultado desta análise, pode-se apurar que todos os entrevistados consideram que esta rede de museus tem feito um bom trabalho e representa um salto qualitativo para a região, esperando que continue o trabalho em rede e que amadureça para que comece a promover uma programação museológica a nível regional.

3. Pontos fortes, pontos fracos e perspectivas

Os resultados evidenciados no estudo parecem ser úteis para compreender os pontos fortes e fracos da RMA e igualmente para definir as suas perspectivas futuras.

Em síntese, apresenta-se, no esquema que se segue, os principais pontos fortes e fracos e as perspectivas da RMA, resultantes da análise efectuada aos questionários e às entrevistas, após o que passamos ao seu desenvolvimento.

Figura nº 2 – Pontos Fortes, Pontos Fracos e Perspectivas



3.1. Pontos fortes e pontos fracos

Na sequência da aplicação dos instrumentos metodológicos do estudo é possível distinguir, em primeiro lugar, como pontos fortes da RMA o facto de ser uma rede que define os seus objectivos e cumpre-os com resultados positivos para isso contribuindo a criação de uma plataforma de informação, discussão, formação e inovação, que veio melhorar a qualidade dos museus. É reconhecido que esta rede conquistou o lugar de parceiro imprescindível no desenvolvimento cultural da região, sendo considerada como um caminho para a mudança de paradigma cultural. Com efeito, pode-se, inclusive afirmar que é vista com um exemplo para outras áreas culturais da região e do País. Neste campo refira-se a inspiração para a experiência da rede de arquivos do Algarve e os diversos seminários e encontros nacionais sobre redes de museus, já referidos neste estudo, onde esta organização tem sido apresentada como um exemplo de rede museológica a nível regional. Pode dizer-se que, de uma forma contínua e persistente, esta rede tem potenciado a identidade da região e projectado a sua imagem no plano cultural, como sucedeu com a amplitude da iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”.

É importante salientar que a RMA funciona com base nas relações de confiança e de cooperação estabelecidas entre os seus parceiros, por isso programa de forma conjunta e articulada. As actividades e os projectos são definidos no início de cada ano, para serem desenvolvidos conjuntamente com o objectivo de promover o desenvolvimento cultural e museológico da região. Ao mesmo tempo, as suas iniciativas têm contribuído para aumentar a qualidade da oferta cultural da região, nomeadamente as exposições, como a já produzida e a que está a ser preparada para os anos de 2012 e 2013 “Os Pioneiros do Conhecimento Científico”. Estas contribuem, igualmente, para potenciar uma oferta de qualidade para o turismo cultural do Algarve.

Apesar do balanço da actividade da RMA ser muito positivo, constata-se que existem alguns pontos fracos passíveis de serem transformados e melhorados. Quanto às fragilidades, aponta-se o excessivo informalismo, que dificulta as questões financeiras por não poder afirmar-se como entidade autónoma, bem como a desigualdade que existe a nível dos recursos humanos e meio técnicos e financeiros dos museus da RMA, que não permitem uma participação activa e igualitária por parte de todos os intervenientes nas diferentes actividades. Para além disso, constata-se o facto de esta estrutura reticular, organizada a partir de uma metodologia organizativa, levantar algumas questões relacionadas com a horizontalidade. A forte liderança do grupo coordenador

faz sentir, por vezes, a ausência da opinião do resto do grupo que constitui a rede. Relativamente ao sistema de rotatividade do grupo, este é questionável pelo facto de nem todos os museus serem obrigados a figurarem no grupo de museus candidatos. Por outro lado, trata-se de um processo eleitoral que não obriga a uma rotatividade efectiva. Assistiu-se também a uma dificuldade em dinamizar o eixo da informação. Desta forma, foi salientado o pouco dinamismo no uso da internet durante os três primeiros anos de existência da RMA¹²⁹. Finalmente um outro aspecto deverá ser tido em conta, a falta de apoio das entidades regionais nas iniciativas da RMA, sobretudo na área da promoção do turismo e da imagem regional.

Na realidade, pode-se considerar que os pontos fracos assinalados resultam maioritariamente da juventude da rede, que se encontra ainda, naturalmente, num processo de amadurecimento e de consolidação.

3.2. Perspectivas

Por se tratar de uma rede jovem ainda existe um longo caminho a percorrer. A questão relevante nesta análise não foi prever um possível cenário para a rede, mas tão-somente apresentar algumas considerações sobre aquilo que a rede poderá fazer para desenvolver as suas potencialidades e reverter os seus pontos fracos.

Assim, é esperado que a RMA continue a desenvolver e a alargar os seus eixos de actuação, nomeadamente o da informação e divulgação. Também são sugeridas novas áreas de trabalho, tais como a investigação, serviço educativo, inventariação e conservação e restauro.

Com efeito, espera-se que a RMA se consolide e cresça de forma a continuar a promover projectos ambiciosos, como já o fez, sendo aconselhável que desenvolva pelo menos uma grande actividade por ano.

Um dos principais desafios lançados pelos inquiridos e entrevistados vai precisamente no sentido e reforçar a partilha e a articulação entre os museus e de se tornar uma rede mais horizontal, mais produtiva e mais interventiva. Assim sendo,

¹²⁹Neste sentido, convém notar que a página da internet da RMA já está criada e se encontra online desde Março de 2011. “O projecto de Blog / Webpage da RMA utilizando a plataforma *Wordpress*, concebido pelos colegas Luísa Ricardo, Miguel Godinho e Tânia Fernandes” (acta nº23 de 21 de Março de 2011).

recomenda-se que seja acrescentado aos princípios que actualmente regem a rede, o da equidade.

Impulsionar uma programação em rede, entre os seus parceiros, com as entidades regionais e a RPM é um dos reptos que se coloca actualmente ao crescimento desta rede. Importa também destacar a necessidade de maior apoio por parte das entidades que tutelam os museus e das entidades regionais que se traduza no acompanhamento do trabalho da rede e na promoção conjunta das suas iniciativas.

Um outro aspecto que é esperado refere-se à RMA enquanto potencial estrutura de apoio museológico à RPM, de forma a ser criado um plano estratégico anual de qualificação das instituições museológicas algarvias.

Com base nestas apreciações, a próxima fase desta estrutura em rede deveria passar por uma avaliação do trabalho desenvolvido e uma revisão do tipo de estrutura organizativa que tendesse para um formato mais matricial e articulável e de maior envolvimento e abertura à diversidade de iniciativas dos seus membros. Também o sistema de rotatividade do grupo coordenador é questionado, sendo preferível assumir a sua formação ou através de eleições ou de uma rotatividade efectiva.

Por último, um aspecto que deverá ser tido em conta na perspetivação futura é o de manter as características de rede aberta, flexível e informal que permite a adesão tanto de estruturas que já são efectivamente ‘museus’, como de outras que ainda estão em processo de formação ou de instalação. Para um dos respondentes ao questionário estas últimas estruturas “deviam ter mais uma posição de observadores do que membros de pleno direito”¹³⁰.

Como nota final, aluda-se ao facto de todas as entidades e todos os elementos dos museus desta rede regional esperarem que a RMA se consolide e trabalhe cada vez mais em rede.

¹³⁰Opinião manifestada por um dos inquiridos no questionário efectuado.

Considerações Finais

No fim do estudo, acredita-se que foi possível responder de forma satisfatória às questões inicialmente colocadas e cumprir o objectivo principal da investigação - compreender o funcionamento da RMA e apurar quais as suas potencialidades. Nesta perspectiva, sintetiza-se alguns dos aspectos que se consideram mais relevantes na análise da RMA.

Com este estudo foi possível concluir que a RMA não se tratou de uma mera agitação do campo museológico algarvio com o único intuito de reforçar parcerias, mas sim um trabalho de pesquisa e de construção que teve como objectivo melhorar a realidade actual dos museus algarvios. Esta rede surgiu, em primeiro lugar, da necessidade de cooperação e articulação entre os museus algarvios e, em segundo lugar, da determinação de partilhar experiências e conhecimentos, incluindo recursos humanos e técnicos, e de estabelecer uma melhor comunicação entre os diferentes museus.

Trata-se, pois, de uma estrutura que nasceu da vontade dos próprios responsáveis e profissionais dos museus. O tipo de organização eleito foi ligeiro e flexível, centrado na auto-responsabilização e no compromisso dos dirigentes e do pessoal técnico dos museus. Deste modo, esta estrutura simples e informal foi a mais adequada aos objectivos da rede, facilitando de forma não burocrática a comunicação e o inter-relacionamento entre os seus elementos. Contudo, a informalidade revelou-se, por vezes, excessiva, dificultando a resolução de questões financeiras, por não se poder afirmar como entidade autónoma.

Na realidade, o tipo de funcionamento da RMA tem permitido a dinamização das suas actividades e contribuído de forma efectiva para a cooperação e a articulação entre os seus elementos. No entanto, do estudo realizado, realçamos o facto de esta rede necessitar de alguns ajustes organizativos, nomeadamente na área da coordenação.

De facto, no que diz respeito ao tipo de coordenação da RMA, trata-se de um modelo singular. A RMA nomeia os elementos do grupo coordenador, permitindo, desta forma, uma rotatividade anual entre os diferentes museus que constituem a rede. Porém neste sistema não existe efectivamente um processo de rotatividade, mas sim um sistema de eleição, facto que tem levado à permanência de alguns dos elementos nos grupos coordenadores da RMA.

Para além disso, verifica-se que foi sugerida uma maior horizontalidade, através de uma participação mais igualitária de todos os intervenientes nas diferentes actividades e assuntos da RMA, sendo até proposto um novo princípio, o da equidade.

Relativamente ao princípio de liberdade de adesão, têm sido levantadas algumas questões, sobretudo porque esta rede se encontra aberta a todas as entidades que tenham fins culturais, museológicos ou outros considerados importantes para o tecido museológico da região. Quer isto significar que todas as entidades que tenham fins culturais e que aceitem a ‘Carta de Princípios’ podem integrar a rede, independentemente dos seus recursos, tutelas ou temáticas, o que tem gerado alguma discussão. Uma das propostas contempla a distinção entre dois tipos de instituições: as que são efectivamente ‘museus’ e as que não são estruturas museológicas. Neste sentido foi sugerida a revisão da ‘Carta de Princípios’, nomeadamente do princípio da liberdade de adesão.

A RMA é uma rede jovem. Todavia, os resultados da avaliação do seu trabalho, nestes quase quatro anos, apontam para o facto de esta rede ter cumprido a sua missão e ter alcançado a maioria dos seus objectivos, sendo expectável que continue a promover uma programação museológica regular a nível regional. Para que isso aconteça, será necessário que a RMA mantenha a sua actividade através da continuidade dos seus eixos de actuação, juntamente com novas linhas de trabalho, de acordo com as necessidades museológicas da região.

Quanto às actividades desenvolvidas pela rede, note-se que estas têm contribuído para a promoção das boas práticas museológicas, a partilha de informação, a troca de experiências e, por fim, a realização de parcerias entre os museus a nível regional.

Dos trabalhos desenvolvidos, destacam-se particularmente os contributos da exposição “Algarve – Reino à Região”, que foi considerada uma experiência-piloto e uma forma de dinamização cultural da região e de promoção do trabalho conjunto dos museus do Algarve.

Nas questões relacionadas com a articulação da RMA com outras redes regionais e com a RPM, tornaram-se evidentes as vantagens de promover a articulação, sobretudo a nível da partilha de informação e de experiências e da elaboração de projectos de parcerias.

Bastante importante é também o facto de os representantes das entidades do Algarve e da RPM considerarem os trabalhos desenvolvidos pela RMA uma mais-valia para o desenvolvimento cultural da região algarvia e, sobretudo, de se mostrarem

disponíveis para trabalhar em conjunto e acompanhar as actividades da rede, o que confirma uma vontade sólida e generalizada de que a RMA continue a desenvolver o seu trabalho.

Perante um Algarve marcado pelos particularismos concelhios e pela dificuldade em ultrapassar as fronteiras dos seus próprios concelhos, a RMA tem desempenhado um papel muito importante enquanto instrumento de partilha e articulação entre as entidades museológicas de toda a região. Importa referir o seu contributo para a qualificação da oferta museológica no Algarve e igualmente o esforço que tem feito no sentido de programar em conjunto partindo de uma visão regional. Com efeito, a RMA personifica um parceiro de confiança no desenvolvimento de iniciativas culturais da região.

Assim, constitui um importante meio de partilha de informação, recursos, discussão, formação e projectos culturais regionais. Se, por um lado, o estudo apresentou um balanço positivo dos trabalhos desenvolvidos e um salto qualitativo para a região, por outro lado revelou que ainda há muito por fazer. A RMA ainda precisa de amadurecer e consolidar o trabalho em rede.

Este estudo contribui manifestamente para o conhecimento e análise desta rede regional de museus, evidenciando as suas potencialidades e fragilidades e recomendando formas de actuação que possam, de alguma forma, contribuir para melhorar o seu desempenho.

Com efeito, constatou-se que os museus da RMA estão cada vez mais ajustados ao trabalho em rede. Verificou-se também que existe um grande número de outros museus no país que sentem urgência em se organizarem e em estreitarem as relações entre si, a nível regional, como, por exemplo, os museus do Alentejo, centro e norte do país. Percebeu-se ainda que há sérios esforços a serem desenvolvidos por parte dos museus de cada região, das Direcções Regionais de Cultura e do Instituto de Museus e Conservação para a criação de redes regionais de museus. Neste sentido, uma outra colaboração futura se perspectiva através deste estudo, em que se dá a conhecer um exemplo de rede regional de museus a outras instituições museológicas. Ainda que a RMA possa não ser necessariamente considerada o ‘caminho’, desta pesquisa podem surgir outras propostas de redes, ajustadas às especificidades e objectivos museológicos de cada região.

Ao considerar-se uma rede como uma estrutura que nunca é fixa e que se modifica com o tempo, convém notar que as respostas aqui apresentadas não são

definitivas, mas sim relativas ao tempo de existência da RMA. No entanto, acredita-se que esta vai continuar a crescer e a fortalecer os seus nós. Hoje, a RMA é constituída por dezasseis instituições de carácter museológico, embora existam quase oito dezenas de unidades museológicas abertas ao público no Algarve. Há, portanto, muito trabalho por fazer.

Posto isto, torna-se evidente que este trabalho foi um primeiro passo no domínio da investigação das redes regionais de museus. Tem-se presente que a construção de redes regionais museológicas é um processo contínuo e demorado. A temática merece a continuidade da pesquisa, não só no contexto regional mas também no contexto nacional. Só assim será possível, de um modo mais alargado e sistemático, aprofundar o estudo e afirmar a importância deste tipo de redes. Não obstante, desta pesquisa poderão surgir novas propostas de estudo e ampliar o conhecimento desta rede em constante ‘construção’ ou de outras redes regionais de museus.

Como nota final, gostaríamos de parafrasear Augusto Santos Silva, que afirma que “Fazer parte da rede é contribuir e beneficiar, não apenas beneficiar. E beneficiar, sobretudo, no plano da formação, informação e comunicação, mais do que no plano financeiro” (SILVA, 2004: 274). Esta afirmação descreve, de forma simples o que é fazer parte da RMA.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001, *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, vol. II, G-Z.
- AGREN, P. U., 2002, “Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus”. *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus, 17-24.
- AGREN, P.U., 1979, *Les Musées Régionaux e Locaux*, Rapport n°2, Paris, UNESCO.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUSEUS/INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1996, “Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português”, *Boletim APOM*, II Série, n° 3 (especial), Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia.
- BARATA, M.e PARREIRA, R., 1997, *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR.
- BIVAR, J., 1935, *Museus Algarvios*, Algarve Pitoresco, n°1.
- CAMACHO, C., 1999, *Renovação museológica e génese dos museus municipais da área metropolitana de Lisboa: 1974-1990*, Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Museologia e Património à Universidade Nova de Lisboa.
- CAMACHO, C., *et alii.*, 2001, *Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus*, Instituto Português de Museus, Lisboa.
- CAMACHO, C., 2002, *Rede Portuguesa de Museus, Um Projecto para o Panorama Museológico Nacional*, in actas - Um Novo Projecto para o Panorama Museológico Nacional, I Jornadas Museologia “O meu avô nunca saía à rua de cabeça descoberta!”, museus da industria de chapelaria, S. João da Madeira, 113.

- CAMACHO, C., 2006, “O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus”, *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 08-25.
- CAMACHO, C., 2008, “Red Portuguesa de Museos. Un Proyecto estructurante de la Política museológica Nacional”, *Museos*. es, 4, Madrid, Ministério de Cultura, 128 – 135.
- CAMACHO, C., 2010, “Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila”, *Museologia.pt* nº 4, Lisboa, IMC, 11-33.
- CARRILHO, A., 2002, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, subsídios para a sua história*, Dissertação de Mestrado apresentada á Universidade de Évora.
- CARRILHO, A., 2006, “A problemática de uma rede museológica em Lagos, que futuro?” *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 94-105.
- CASTELLS, M., 2002, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I - A Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ, 2004, *Catálogo do museu municipal de arqueologia de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR, 2008, *Catálogo do museu do mar e da terra da Carrapateira*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES, 1990, *Catálogo do Museu Municipal de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, 2011, Seminário - Rede de Museus, Território, Identidade, Património realizado a 20 e 21 de Maio de 2011, [acedido a 10 de Maio 2011], em <http://www.cm-vnfamalicao>

COUTO, J., 1941, Congressos e conferências do pessoal superior dos museus de arte.

Tese apresentada ao II Congresso Transmontano, Lisboa.

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DOS AÇORES, Rede Regional de

Museus dos Açores, [acedido a 11 de Novembro de 2009] em:

<http://museus.azores.gov.pt>

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO, 2011, Fragmentos –

Lugar/Memória e Caminho, 2011, [acedido a 20 de Maio de 2011], em:

<http://www.ciclofragmentos.com>

FAUVRELLE, N. *et alii*, 2007, *Mud – Uma rede de museus para o Douro*, actas do I

Encontro de Museus do Douro, Rede de Museus, [acedido a 15 de Outubro de

2010), em: <http://www.museudodouro.pt>

FEATHERSTONE, M. (org), 1994, *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*: Petrópolis: Vozes.

FORMOSINHO, J., 1997, *O Dr. José Formosinho e a Arqueologia do Algarve*,

Noventa Séculos entre a Serra e o Mar, Lisboa, IPPAR.

FORMOSINHO, J., 1998, *Roteiro do Museu de Lagos*, Lagos, Câmara Municipal de

Lagos, (policopiado).

GAMEIRO, J., 1998. *Património e museologia: da realidade global à perspectiva*

local, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve.

GAMEIRO, J., 2006, “A Programação Museológica: Reflexão e prática no Museu

Municipal de Portimão.” *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 84-93.

GAMEIRO, J. e PAULO, D., 2009, “Rede de Museus do Algarve”, *Museus em rede*,

Boletim da Rede Portuguesa de Museus, 31 (Março), Lisboa, IMC, 7-9.

- GAMEIRO, J., 2010, *A RPM deve ser dirigida pelo Estado (IMC) ou pelos próprios museus*, Informação ICOM.PT, Série II, nº 7, (Dez09-Fev10), 9.
- GOUVEIA, H., 1985, *Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde dos finais do Século XIX ao regime do Estado Novo*, Bibliotecas, Arquivos e Museus, Lisboa, HCG, V 1.1.
- GOUVEIA, A., 2009, *O Mundo Museu Observações várias sobre uma rede de problemas e de criação*, Boletim RPM, 34 (Dezembro), Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, 11-14.
- GRADIM, A., 2009, “A rede polinucleada de Alcoutim: a sustentabilidade de um projecto de “museu multifacetado”. *Museal*, n.º 4, Faro: Museu Municipal de Faro, 80-91.
- GUEDES, N., 1981, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura*, Janeiro/Dezembro, s.l., s.d., 77-82.
- ICOM PORTUGAL, definição de museu, em: www.icom-portugal.org/ [acedido a 10 de Janeiro de 2001].
- INSTITUTO DE MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2009, “Ciclo de Conversas em Rede”, *Museus em Rede*, 32 (Junho), IMC, 5.
- INSTITUTO DE MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, 2010, *Actividades da RPM, I Encontro de Museus do Alentejo*, [Acedido a 15 Janeiro de 2011], em: <http://www.ipmuseus.pt>.
- INSTITUTO DE MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2010, *Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira*, [acedido a 20 de Maio de 2010] em: http://new.imc-ip.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/rpm_algarve.

INSTITUTO DE MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE CULTURA, 2007, Secção Especializada dos Museus e da Conservação e Restauro, 2011 [acedido a 20 Julho de 2011] em: <http://www.ipmuseus.pt>.

INSTITUTO DE MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, 2011, Museus da RPM, [acedido a 25 Julho de 2011] em: <http://www.ipmuseus.pt>.

INSTITUTO DO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 1981, Roteiro dos Museus de Portugal, Lisboa, IPPC.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS *et alii.*, 2000, *Inquérito aos Museus em Portugal*, IPM/OAC, Lisboa.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2001, Regulamento de Adesão à RPM, Lisboa, IPM/ RPM.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2001, Folheto de divulgação da RPM, Lisboa, IPM/RPM.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2001, “Adesão à Rede Portuguesa de Museus”, *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, 1, Junho, Lisboa, IPM/RPM, 3.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2002, *Actas – Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM, Lisboa.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1995, “Código de Deontologia Profissional”, *Estatutos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM*, Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O., 1998, “Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas”, *Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 97-112.

- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. *et alii.*, 2002, “O conceito de 'Rede': incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas”. *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*, Lisboa, Instituto Português de Museus / Rede Portuguesa de Museus.
- LOPES, M., 2006, “O (r)enascença do Museu Municipal de Tavira: programa e perspectivas de futuro.” *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 2006, 48-55.
- MERCKLÉ, P., 2004, *Sociologia des Réseaux Sociaux*. Paris: La Découverte.
- MOREIRA, I., 1989, *Museus e monumentos em Portugal, 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MUSEU MUNICIPAL DE FARO, 2006, Conclusões do workshop - Que redes do Algarve? Faro: Museu Municipal de Faro, (policopiado).
- MUSEU MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1997, Conclusões do 8.º Encontro de Museologia e Autarquias. Portimão: Câmara Municipal de Portimão (policopiado).
- PAULO, D., 2004, “A reorganização do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique de Faro”, *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 14 (Dezembro), Lisboa, IPM/RPM.
- PAULO, D., 2006, “Museus Municipais de Faro: uma abordagem crítica”. *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 34-47.
- PAULO, D., 2009, *Do gueto à partilha nos museus do Algarve*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Arte (no prelo – Cadernos de Sociomuseologia).

- PAULO, D. & GAMEIRO, J., 2009, “Rede de Museus do Algarve”, *Museus em Rede, Rede Boletim da Portuguesa de Museus*, nº31 (Março), Lisboa, IMC, 7-9.
- PAULO, D., 2010, *Museus do Algarve*, Postal do Algarve, Cultura. Sul, [acedido a 20 de Janeiro de 2011], em: <http://www.agecal.pt/>
- PESSANHA, S., 1957, “Museus Etnográficos”, comunicação apresentada ao I Congresso de Etnografia e folclore, Braga, Junho de 1956, Lisboa, 9.
- REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, 2008, Rede de Museus do Algarve – Carta de princípios. *Museal* n.º 3, Faro: Câmara Municipal de Faro, 172-175.
- REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, 2011, *Wordpress*, RMA, [acedido em 25 de Julho de 2011, em : <http://www.museusdoalgarve.wordpress.com>
- REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, 2011, fórum de discussão, Património Cultural Imaterial, Museus do Algarve em Rede, [acedido em 10 de Julho de 2011] em: <http://www.voy.com/224680/>
- SANCHO, E., 2006, “Museu do Trajo de S. Brás de Alportel: uma experiência particular”. *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 56-63.
- SANTOS, M.L., 1997, *Estácio da Veiga, A Carta Arqueológica e o Museu do Algarve*, Noventa Séculos entre a Serra e o Mar, Lisboa, IPPAR.
- SANTOS, M. L., *et alii.*, 2005, *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, OAC/IPM, Lisboa.
- SANTOS, J., 2010, *Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE, Lisboa.

- SILVA, A. S., 2004, “As redes culturais: balanço e perspectivas na experiência portuguesa, 1987 – 2003”. Públicos da Cultura – *Actas do Encontro organizado pelo OAC da universidade de Lisboa*, OAC, Lisboa, 241-283.
- SOARES, I., 2006, “Que redes para o Algarve? Reflexão Crítica”. *Museal*, n.º 1, Faro: Câmara Municipal de Faro, 26-33.
- VARINE, H., 2003, “Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede...”, *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 10 (Dezembro), Lisboa, IPM/RPM, 12-15.
- VELÁSQUEZ, M., 2005, “Rede Regional de Museus dos Açores: Projectos e realizações recentes”, *Museus em Rede*, 17 (Setembro), Lisboa, IMC, 6-7.
- VICTOR, I., 2010, “Editorial”, *Museus em rede, Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 37 (Outubro), Lisboa, IMC, 2.
- VICTOR, I., 2011, “Visita a Museus do Algarve”, *Museus em rede, Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 37 (Outubro), Lisboa, IMC, 2.
- WEBSTER, F., 2004, *Desafios globais e respostas nacionais na Era da Informação, Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Oliveira, J.; Cardoso, G. e Barreiros, J., Quimera, s/l .

FONTES

INSTITUTO DE MUSEUS E CONSERVAÇÃO E OBSERVATÓRIO DE ACTIVIDADES CULTURAIS, Base de Dados Museus do OAC e IMC de 2010.

REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, Boletins informativos RMA n.ºs 1,2,3 e 4.

REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, Carta de Princípios RMA, 2007.

REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, Documento de trabalho da Rede de Museus do Algarve, 2007.

REDE DE MUSEUS DO ALGARVE, Actas das Reuniões Gerais da RMA do n.º 1 de Outubro de 2007 ao n.º 25 de 25 Julho de 2011.

REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, Documento Pragmático (2000), (Documento não publicado).

INSTITUTO DE MUSEUS E CONSERVAÇÃO, DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO, Memorando do Grupo de Trabalho 'Programação e Mediação Cultural', 1.º Encontro de Museus do Alentejo, Aldeia da Luz/Évora-21 e 22 de Outubro de 2010 - Coordenadores: Maria João Lança - Museu da Luz e Diana Regal - Coleção B; Redactores: Roberto Leite e Cláudia Freire - RPM-IMC (Documento de trabalho de 15 de Novembro de 2010, entregue por correio electrónico, a todos os participantes do I Encontro de Museus do Alentejo).

LEGISLAÇÃO

Decreto Regulamentar n.º 34 /80, de 2 de Agosto – Decreto regulamentador do IPPC.

Despacho Conjunto dos Ministros da Cultura e das Finanças n.º 616/2000, de 17 de Maio – Cria a Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus.

Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A, de 7 de Novembro.

Despacho Normativo n.º 28/2001, de 23 de Maio – Regulamento do Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM).

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Decreto-Lei 215/2006 de 27 de Outubro – Direcções Regionais de Cultura.

Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro – Formulário de Candidatura à Credenciação de Museus.

Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Julho - Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus (ProMuseus).

Despacho Normativo n.º 3/2006 do D/Rep, 2ª série – N.º 134 de 13 de Julho de 2006.

Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março. - Criação do Instituto dos Museus e da Conservação.

Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março – Criação do Conselho Nacional de Cultura (Secção de Museus e da Conservação).

Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março – Estatutos do Instituto dos Museus e da Conservação.

ANEXOS

ANEXO I

MUSEUS DO ALGARVE

Anexo I – MUSEUS DO ALGARVE

Museu / Núcleo/Colec.	Nome	Concelho	Tutela	Coleções	Fundação	Funcionamento
Museu	Museu de Arte Sacra	Albufeira	Paróquia de Albufeira	Arte Sacra	2000	Aberto
Museu	Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira	Albufeira	C.M. de Albufeira	Arqueologia	1999	Aberto
Museu	Museu de Informática da Esc. Sec. de Albufeira	Albufeira	Escola Secundária de Albufeira	Informática	1990	Encerrado
Col. Particular	Museu de Arte Oriental de Albufeira	Albufeira	Privada	Artes Plásticas	n/d	Encerrado
Museu	Museu Arqueológico – Histórico de Albufeira	Albufeira	Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira	Arqueologia e Arte sacra	1958	Encerrado
Col. Particular	Museu do Poeta	Albufeira	Privada	Arte Contemporânea	2000	Aberto/Marcação
Col. Particular	Casa do Acordeão	Albufeira	Privada	Etnografia	2011	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico “Casa do Ferreiro”	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	2011	Aberto
Núcleo	Núcleo do Rio	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	1995	Aberto
Núcleo	Núcleo de Arte Sacra	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Arte Sacra	1998	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico de Arqueologia	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Arqueologia	2000	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico "Tecer e Usar"	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	2000	Aberto /Marcação
Núcleo	Núcleo Museológico "A Escola Primária"	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	2000	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico "Espelho de Nós"	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	2000	Aberto /Marcação
Núcleo	Núcleo Museológico "A Construção da Memória"	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	1998	Aberto /Marcação
Núcleo	Núcleo Museológico "Vidas do Campo"	Alcoutim	C.M. de Alcoutim	Etnografia	2001	Aberto /Marcação
Museu	Parque Museológico Mineiro	Alcoutim	Assoc. de Defesa do Ambiente e dos Recursos Mineiros	Arqueologia/ Património Industrial	1998	Aberto
Museu	Museu Municipal de Aljezur	Aljezur	C. M. de Aljezur/Assoc. Def. do Patr. Hist. e Arq. de Aljezur	Arqueologia/Etnografia	1996	Aberto
Núcleo	Museu Pintor José Cercas	Aljezur	C. M. de Aljezur/Assoc. Def. do Patr. Hist. e Arq. de Aljezur	Casa Museu	1995	Aberto
Núcleo	Museu Antoniano de Aljezur	Aljezur	C. M. de Aljezur/Assoc. Def. do Patr. Hist. e Arq. de Aljezur	Arte Sacra	1998	Aberto
Museu	Museu do Mar e da Terra da Carrapateira	Aljezur	C.M de Aljezur	Etnografia	2008	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Moinho da Arregata	Aljezur	Junta de Freguesia do Rogil	Etnografia	1997	Aberto/Marcação
Museu	Adega Museu de Odeceixe	Aljezur	Junta de Freguesia de Odeceixe	Etnografia	1990	Encerrado
Museu	Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal	Aljezur	St.ª Casa da Misericórdia de Aljezur	Arte Sacra	2000	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Azinhal	Castro Marim	Assoc. dos Amigos e Naturais de Azinhal	Etnografia	2000	Aberto/Marcação
Museu	Centro de Interpretação do Território	Castro Marim	C.M. de Castro Marim	História	2009	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim	Castro Marim	C.M. de Castro Marim	Arqueologia	2007	Aberto
Museu	Museu Municipal de Faro	Faro	C.M. de Faro	Arqueologia/Arte Antiga/Etnografia/Arte Sacra	1894	Aberto
Museu	Museu Regional do Algarve	Faro	C.M. de Faro	Etnografia	1962	Aberto
Museu	Museu Antonino	Faro	C.M. de Faro	Arte Sacra	1932	Encerrado
Museu	Museu da Misericórdia	Faro	Santa Casa da Misericórdia de Faro	Arte Sacra	2004	Aberto
Museu	Museu do Cabido da Sé Catedral de Faro	Faro	Cabido da Sé	Arte Sacra	1996	Aberto
Museu	Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão	Faro	Capitania do Porto de Faro	Etnografia/Marítima	1889	Aberto
Museu	Sala Museu Maria Campina	Faro	Fundação Pedro Ruivo	Casa Museu	2000	Aberto
Museu	Centro Histórico Judaico de Faro	Faro	Comunidade Israelita de Lisboa	Arqueologia	1993	Aberto
Museu	Museu e Biblioteca da Junta de Freguesia de Estombar	Lagoa	Junta de Freguesia de Estombar	Etnografia	1994	Encerrado

A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades

Museu	Sala-Museu Jacinto Correia	Lagoa	Rancho Folclórico do Calvário	Etnografia	1982	Aberto/Marcação
Museu	Museu Municipal Dr. José Formosinho	Lagos	C.M. de Lagos	Arqueologia/Etnografia/Pintura/Arte Sacra	1930	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico dos Descobrimentos Portugueses	Lagos	C.M. de Lagos	História	2000	Aberto
Núcleo	Armazém do Espingardeiro	Lagos	C.M. de Lagos	História	2008	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Mercado de Escravos	Lagos	C.M. de Lagos	História	2010	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico Ferroviário de Lagos	Lagos	Fundação Museu Nacional Ferroviário/C. M. de Lagos	Transportes	1993	Encerrado
Núcleo	Núcleo Museológico de Barão de S. João	Lagos	Junta de Freguesia de Barão de S. João	Etnografia	2003	Aberto
Museu	Casa Museu "José Manuel Rosado"	Lagos	Junta de Freguesia de S. Sebastião	Casa Museu	2010	Aberto
Col. Particular	Museu Etnográfico de Espiche	Lagos	Privada	Etnografia	1985	Encerrado
Col. Particular	Museu do Barco	Lagos	Privada	Etnografia	n/d	Aberto/Marcação
Museu	Museu Municipal de Arqueologia de Loulé	Loulé	C.M. de Loulé	Arqueologia	1995	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico do Esparto - Casa Memória d'Alte	Loulé	C.M. de Loulé	Etnografia	1995	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico dos Frutos Secos	Loulé	C.M. de Loulé	Etnografia	1998	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico de Cozinha Tradicional Algarvia	Loulé	C.M. de Loulé	Etnografia	1991	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico de Arqueologia de Salir	Loulé	C.M. de Loulé	Arqueologia	2002	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico Cândido Guerreiro e Condes do Alte	Loulé	C.M. de Loulé	Etnografia	2009	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico da Água	Loulé	C.M. de Loulé	Património Industrial	Ing. 2011	A Inaugurar
Museu	Museu Cerro da Vila	Loulé	Lusotur, Sociedade Financeira de Turismo, SA	Arqueologia	1998	Aberto
Museu	Museu Etnográfico de Boliqeime	Loulé	Junta de Freguesia de Boliqeime	Etnografia	1990	Aberto
Museu	Igreja-Museu de S. Lourenço de Almancil	Loulé	Fábrica da Igreja Paroquial de Almancil	Arte Sacra	1992	Aberto
Col. Particular	Museu Regional do Algarve	Loulé	Privada	Etnografia	1985	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Convento do Espírito Santo	Loulé	Paróquia de Loulé	Etnografia	n/d	Encerrado
Col. Particular	Núcleo Museológico Moinho Ti Casinha	Loulé	Privada	Etnografia	1985	Encerrado
Col. Particular	Museu Casa Rosa	Loulé	Privada	Casa Museu	1994	Aberto/Sazonal
Núcleo	Núcleo Museológico de Escultura ao Ar Livre	Loulé	Vila Sol Spa e Golf Resort	Arte Contemporânea	2004	Encerrado
Núcleo	Museu de Monchique - Núcleo de Arte Sacra	Monchique	Junta de Freguesia de Monchique	Arte Sacra	2003	Aberto
Núcleo	Museu de Monchique - Moinho de Água	Monchique	Junta de Freguesia de Monchique	Etnografia	2004	Aberto
Núcleo	Pólo Museológico de Arte Sacra de Alferce	Monchique	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alferce	Arte Sacra	2001	Aberto/Marcação
Museu	Museu Municipal de Olhão / Museu da Cidade	Olhão	C.M. de Olhão	Etnografia/Arqueologia/Patr. Industrial/Fotografia	2001	Aberto
Museu	Museu Paroquial de Moncarapacho	Olhão	Paróquia de Moncarapacho	Arte Sacra	1972	Aberto
Museu	Museu João Lúcio	Olhão	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Casa Museu	1998	Encerrado
Museu	Casa-Museu de Pechão	Olhão	Junta de Freguesia do Pechão	Casa Museu	1996	Encerrado
Museu	Museu de Portimão	Portimão	C.M. de Portimão	Etnografia/Arqueologia/Patr. Indust./Documentação	1983	Aberto
Museu	Museu Etnográfico da Misericórdia de Alvor	Portimão	Santa Casa da Misericórdia de Alvor	Etnografia	1986	Aberto/Sazonal
Museu	Arquivo Histórico dos Transportes em Autocarro no Algarve	Portimão	Eva Transportes S.A	Transportes	1994	Aberto
Museu	Centro Museológico de Alportel	São Brás de Alportel	C.M. de São Brás de Alportel	Etnografia	2006	Aberto
Museu	Museu Etnográfico do Traje Algarvio	São Brás de Alportel	Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel	Etnografia	1986	Aberto
Col. Particular	Museu de Fotografia e Arte Contemporânea	São Brás de Alportel	Privada	Fotografia/Arte Contemporânea	n/d	Encerrado
Núcleo	Núcleo Museológico do Antigo Sanatório	São Brás de Alportel	Centro de Reabilitação do Sul Público-Privada	História da Medicina	2007	Aberto/Marcação

A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades

Museu	Museu Municipal de Arqueologia de Silves	Silves	C.M. de Silves	Arqueologia	1990	Aberto
Museu	Casa-Museu João de Deus	Silves	C.M. de Silves	Casa Museu	1997	Aberto
Museu	Museu do Trajo e das Tradições	Silves	C.M. de Silves	Etnografia	2009	Aberto
Museu	Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês	Silves	Fábrica do Inglês S.A	Património Industrial	1999	Encerrado
Col. Particular	Museu da Capela das Artes	Silves	Hotel Capela das Artes	Etnografia /Arte Sacra	2001	Aberto
Museu	Museu Etnográfico do Centro Cinegético	Silves	C.M de Silves	Etnografia	2001	Aberto
Col. Particular	Museu da Quita dos Avós	Silves	Privada	Etnografia	2002	Aberto
Col. Particular	Museu-Casa Algarvia	Silves	Privada	Etnografia	1994	Encerrado
Museu	Museu Municipal de Tavira / Palácio da Galeria	Tavira	C.M. de Tavira	Arqueologia/Etnografia/Arte Contemporânea	2001	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Cachopo - Casa dos Cantoneiros	Tavira	C.M. de Tavira	Etnografia	2000	Aberto
Núcleo	Centro Interpretativo do Abastecimento de Água a Tavira	Tavira	C.M. de Tavira	Ciência e Técnica	2009	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico de Arte Sacra - Ermida de Santa Ana	Tavira	C.M. de Tavira	Arte Sacra	2006	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico do Antigo Convento da Graça	Tavira	Pousadas de Portugal / C.M. de Tavira	Arte Sacra	2007	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico da Pesca do Atum	Tavira	Vila Galé, S.A/C.M. de Tavira	Etnografia	2000	Aberto
Museu	Museu de Arte Sacra da Paróquia do Cachopo	Tavira	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Cachopo	Etnografia	n/d	Encerrado
Museu	Museu da Igreja de Santa Maria	Tavira	Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria	Arte Sacra	n/d	Aberto
Núcleo	Núcleo Expos. da Coop. de St.ª Catarina da Fonte do Bispo	Tavira	Coop. Agríc. Prod. Azeite de St.ª Catarina da Fonte do Bispo	Património Industrial	2006	Aberto/Marcação
Núcleo	Núcleo Museológico Islâmico	Tavira	C.M. de Tavira	Arqueologia	Ing 2011	A Inaugurar
Núcleo	Núcleo Museológico de Arte Sacra	Vila do Bispo	Departamento de Arte Sacra e de Espaços Litúrgicos	Arte Sacra	n/d	Aberto
Museu	Casa Museu Manuel Cabanas	V. R. de St.º António	C.M. de Vila Real de Santo António	Casa Museu	1974	Aberto
Museu	Centro de Investigação e Informação do Património de Cacula	V. R. de St.º António	C.M. de Vila Real de Santo António	Arqueologia	2005	Aberto
Núcleo	Núcleo Museológico de Indústria Conserveira	V. R. de St.º António	C.M. de Vila Real de Santo António	Património Industrial	2007	Aberto

Fonte: BD/Museus OAC

ANEXO II

DOCUMENTO DE TRABALHO RMA

REDE DE MUSEUS DO ALGARVE

Contributos para a sua implantação e desenvolvimento

Documento de Trabalho

1 - Caracterização museológica do Algarve

*(...) o Algarve merece-lhe muita e disvellada attenção. A sua situação geographica, e a excellencia e fertilidade do seu clima e solo, teem-lhe de todos os tempos attrahido uma variedade tal de povoadores, um tão complexo e variado cosmopolitismo de civilização e de dominios, **que essa região vale como museu** e como archivo o preço do maior thesouro.”(...)*

(Chagas, Pinheiro "Domingo Illustrado", 1897,95)

Pertence ao arqueólogo tavnense Estácio da Veiga, a 1ª tentativa de criação de uma estrutura museológica no Algarve, nos finais do séc. XIX.

Face ao malogro, desta iniciativa, motivado pela incompreensão das autoridades regionais, opta por transferir o seu projecto de um “**Museu Archeologico do Algarve**”, para a Academia de Bellas Artes, em Lisboa, onde é inaugurado em 26 de Setembro, de 1880. Posteriormente seria encerrado e as suas colecções dispersas pelo então “Museu de Bellas Artes e Archeologia”. Em 1889, surge o designado “Museu Industrial e Marítimo”, associado à Escola Industrial “Pedro Nunes”, em Faro, mas que mais não era do que uma colecção didáctica, para uso interno do seu corpo escolar.

O 1º Museu, efectivamente dotado de carácter público, aberto à população, surgiria apenas em 1894, também em Faro, nas instalações da Câmara Municipal, tendo posteriormente transitado para o Convento de Nossa Senhora da Assunção, dando origem ao actual Museu Municipal de Faro.

Deste modo e em termos museológicos, o Algarve permaneceu, desde a criação do 1º Museu, em 1894, até ao final do séc. XX, uma região estagnada, carenciada e periférica, na perspectiva de Museus, gerados na região.

Igualmente se regista desde sempre no Algarve, a ausência de qualquer investimento por parte do Estado, na criação de estruturas museológicas tuteladas pelo Poder Central, através do Instituto Português de Museus (IPM), as quais têm como localização mais a sul, o Museu de Évora.

1880	Museu Archeologico do Algarve	Lisboa (Academia de Belas-Artes)
1889	Museu Industrial e Marítimo	Faro Escola Industrial Pedro Nunes (actual Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão - Capitania de Faro)
1894	Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique	Faro (actual Museu Municipal de Faro)
1930	Museu de Lagos	Lagos
1932	Museu Antonino	Faro
1962	Museu Etnográfico Regional	Faro
1972	Museu Paroquial de Moncarapacho	Olhão Igreja de Moncarapacho
1974	Museu Manuel Cabanas	Vila Real de S. António

Quadro I

Pode-se assim inferir da baixa densidade das estruturas museológicas do Algarve, que num período de praticamente quase um século, viu emergir tão poucos Museus, em condições difíceis e preocupantes, sem qualquer edifício de raiz, mas em resultado do aproveitamento de conventos, igrejas e palácios devolutos ou secularizados, para práticas museológicas maioritariamente destinadas, quase exclusivamente às funções expositivas e destas quase sempre de cariz permanente.

Com a democratização do País, o evoluir do poder autárquico, a valorização dos sinais diferenciadores, dos particularismos e identidades das comunidades, as dinâmicas patrimoniais e culturais, a situação museológica do Algarve, sofre igualmente, a exemplo do todo nacional, importantes alterações no plano qualitativo e quantitativo, tendo vindo a Região, a encontrar nos projectos museológicos das instâncias locais de âmbito autárquico e municipal, associativo, empresarial e outras, a resposta à tentativa de atenuar e evitar a erosão progressiva do seu património cultural e natural.

Em resultado desta evolução, em 2004, recenseavam-se no Algarve, 39 dessas estruturas museológicas, de diferentes tipologias, tutelas e formas de gestão.

2- Enquadramento Legal

O novo milénio trouxe dois importantes instrumentos à realidade museológica nacional com reflexos evidentes nos Museus do Algarve:

- A criação de uma ***Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus***¹³¹, inserida no Instituto Português de Museus, definindo-se aí, os princípios de articulação e comunicação, cooperação e partilha de responsabilidades e potenciação dos recursos locais e regionais. Este último princípio visa a rentabilização de recursos, com vista à promoção do desenvolvimento integrado e à melhoria do desempenho das funções museológicas:

- A publicação da **Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses**, a qual pretende contribuir para a qualificação e valorização da realidade museológica nacional e institucionalizar a Rede Portuguesa de Museus (RPM). Esta lei prevê ainda a criação de núcleos de apoio a Museus em todas as áreas geográficas das comissões de coordenação (art.º 107.º).

Face a este “novo” quadro legal, a realidade museológica algarvia viu alguns dos seus Museus aderirem à RPM (Portimão e Tavira-2001, Faro-2002 e Albufeira- 2003), enquanto outros manifestam intenções de o fazer (Alcoutim, Loulé, Silves e S. Brás de Alportel).

O enquadramento legal, que temos vindo a referir, levou a imprimir um novo ritmo, permitindo uma requalificação da realidade museológica algarvia através do acesso aos programas da RPM, a mecanismos de financiamento e ao desenhar de uma nova realidade de articulação e cooperação entre os Museus e as várias instâncias e entidades no plano central, regional e local.

Apesar do salto qualitativo que foi dado nos últimos anos, há, ainda, vários aspectos a melhorar. É neste sentido que estão a ser dados os primeiros passos para uma efectiva articulação entre os Museus do Algarve.

¹³¹ Despacho Conjunto n.º 616/2000 de 17 de Maio. Esta Estrutura de Projecto passa a designar-se *Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus* por Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Junho de 2005.

Assume particular relevância (no caso desta relação de articulação inter-museus), o **novo programa de apoio financeiro** destinado aos Museus credenciados da RPM, enquadrado no **Despacho normativo nº3/2006, DR 2ª série – Nº 134 de 13 de Julho de 2006**, designado **ProMuseus**. Este programa é composto pelas seguintes áreas: Estudo e investigação; Informatização do inventário; Conservação e segurança; Reservas; Divulgação; Projectos educativos e Parcerias. Esta última área – a qual surge pela 1ª vez – devido à necessidade sentida por vários Museus em partilhar projectos e racionalizar despesas e encargos comuns, poderá revelar-se fundamental para apoiar projectos de parceria, permitindo o envolvimento não apenas dos Museus integrados na RPM, mas igualmente alargando a possibilidade de cooperação a outras realidades museológicas fora da RPM.

Não será despidendo referir, também, a recente publicação do **Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro**, cujo artigo 18.º, indica que as futuras Direcções Regionais da Cultura, passarão a dar apoio técnico aos museus integrados na RPM e a outros que estejam inseridos na sua localização geográfica.

Estas atribuições regionais poderão permitir uma melhor leitura das realidades regionais e, conseqüentemente, uma maior articulação e rentabilização dos recursos.

3 - Composição e Coordenação da Rede de Museus do Algarve

A proposta de constituição da Rede de Museus do Algarve tem por objectivo dinamizar os aspectos de valorização do património e da actividade museológica da região, sublinhando igualmente a sua importância pedagógica e recurso educativo para a Região e um valor acrescentado para as opções do turismo cultural.

O modelo institucional e organizativo será definido após consulta e audição das entidades mais representativas da região.

A rede será composta, com adesão voluntária e formalizada, por:

- a) Museus integrados na RPM – Rede Portuguesa de Museus (actualmente os Museus Municipais de Albufeira, Faro, Portimão e Tavira).
- b) Museus Municipais não integrados na RPM.
- c) Museus de iniciativa privada (Fundações, Associações, Empresas, etc.)
- d) Projectos institucionais e colecções musealizáveis.
- e)

A coordenação será assegurada pelas direcções dos Museus participantes, periodicamente (anual ou semestralmente), em sistema rotativo, iniciando-se com os museus integrados na RPM.

À Rede de Museus do Algarve, sempre que assim for entendido pela AMAL e os Municípios, competirá:

A) Funções de consultadoria e parecer técnico nas diversas áreas da museologia, apoio à investigação, estudo de colecções, programação museológica, exposições, formação profissional, conservação e restauro, projectos de âmbito educativo, projectos de arquitectura e museografia;

A estrutura que se pretende criar, pelo significado dos museus envolvidos e experiências profissionais, poderá revelar-se valiosa para a região.

Entre as actividades que esta estrutura poderá desenvolver salientam-se, entre outras:

- Protocolos em várias áreas temáticas que os museus participantes considerem prioritárias;
- Colaboração da rede em projectos enquadráveis no próximo QREN (2007-2013);
- Colaboração na elaboração de programas de formação, divulgação para museus;
- Criar um sistema regional de partilha de informações no âmbito da museologia e do património;
- Organização de conferências, seminários, debates e *workshops* de âmbito regional;

- Realização de parcerias e projectos para a produção de conteúdos culturais, patrimoniais e museológicos.

O grupo de trabalho da Rede de Museus do Algarve

Dália Paulo – Chefe de Divisão dos Museus Municipais – Museu Municipal de Faro

Emanuel Sancho – Museu do Trajo de S. Brás de Alportel

Jorge Queiroz – Director do Departamento Sócio-Cultural – Museu Municipal de Tavira

José Gameiro – Director de Projecto Municipal – Museu Municipal de Portimão

Luís Guerreiro – Chefe de Divisão de Cultura e História Local – Câmara Municipal de Loulé

Capitão -Ten. Paulo G. Barreiro – Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão

ANEXO III

CARTA DE PRINCÍPIOS DA RMA

Rede de Museus do Algarve
RMA

Carta de Princípios

Introdução e Enquadramento

O novo milénio trouxe dois importantes instrumentos à realidade museológica nacional com reflexos evidentes nos Museus do Algarve:

- A criação de uma **Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus¹**, inserida no Instituto Português de Museus, na qual se definiram os princípios de articulação e comunicação, cooperação e partilha de responsabilidades e potenciação dos recursos locais e regionais. Este último princípio visa a rentabilização de recursos, com vista à promoção do desenvolvimento integrado e à melhoria do desempenho das funções museológicas;

- A publicação da **Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses**, a qual pretende contribuir para a qualificação e valorização da realidade museológica nacional e institucionalizar a Rede Portuguesa de Museus (RPM). Esta lei prevê ainda a criação de núcleos de apoio a Museus em todas as áreas geográficas das comissões de coordenação (art.º 107.º).

Face a este “novo” quadro legal, a realidade museológica algarvia viu alguns dos seus Museus aderirem à RPM (Portimão e Tavira-2001, Faro-2002 e Albufeira- 2003), enquanto outros manifestam intenções de o fazer (Alcoutim, Loulé, Silves e S. Brás de Alportel).

O enquadramento legal, que temos vindo a referir, levou a imprimir um novo ritmo, permitindo uma requalificação da realidade museológica algarvia através do acesso aos programas da RPM, a mecanismos de financiamento e ao desenhar de uma nova realidade de articulação e cooperação entre os

¹ Despacho Conjunto n.º 616/2000 de 17 de Maio. Esta Estrutura de Projecto passa a designar-se *Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus* por Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Junho de 2005.

Museus e as várias instâncias e entidades no plano central, regional e local.

Apesar do salto qualitativo que foi dado nos últimos anos, há, ainda, vários aspectos a melhorar. É neste sentido que estão a ser dados os primeiros passos para uma efectiva articulação entre os Museus do Algarve.

Assume particular relevância (no caso desta relação de articulação inter-museus), o **novo programa de apoio financeiro** destinado aos Museus credenciados da RPM, enquadrado no **Despacho normativo nº3/2006, DR 2ª série – Nº 134 de 13 de Julho de 2006**, designado **ProMuseus**. Este programa é composto pelas seguintes áreas:

1-Estudo e investigação;

2-Informatização do inventário;

3-Conservação e segurança;

4-Reservas;

5-Divulgação;

6-Projectos educativos

7-Parcerias.

Esta última área, **Parcerias**, surge pela 1ª vez, devido à necessidade sentida por vários Museus e Tutelas, em partilhar projectos e racionalizar despesas e encargos comuns, e poderá revelar-se fundamental para apoiar projectos de parceria e acordos de cooperação, permitindo o envolvimento não apenas dos Museus integrados na RPM, mas igualmente alargando a possibilidade de cooperação a outras realidades museológicas fora do enquadramento da RPM.

Não será despidendo referir, também, a recente publicação do **Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro**, cujo artigo 18.º, indica que as futuras Direcções Regionais da Cultura, passarão a dar apoio técnico aos museus integrados na RPM e a outros que estejam inseridos na sua localização geográfica.

Estas atribuições regionais poderão permitir uma melhor leitura das realidades regionais e, conseqüentemente, uma maior articulação e rentabilização dos recursos.

Modelo orgânico e coordenação da RMA

A composição da Rede de Museus do Algarve (RMA), tendo por base nuclear os Museus integrados na Rede Portuguesa de Museus, alarga-se necessariamente a todos os outros Museus da Região e respectivas Tutelas (Autárquicas, Entidades Públicas, Privadas, etc.), enquanto subscritores voluntários da presente Carta.

Será adoptado um modelo orgânico informal, para a reflexão e acção museológica e constituído um Grupo de Trabalho, preferencialmente de entre os técnicos com funções de direcção e coordenação dos Museus participantes da RMA, propostos pelas tutelas.

Um comité de coordenação, entre 3 a 5 elementos, será designado pelo Grupo de Trabalho (GT), em sistema de rotatividade, por um período de um ano, para as funções acima referidas, sendo garantida a continuidade de dois elementos do GT do ano anterior.

Na constituição do comité de coordenação, deverá ser assegurada no GT a presença de um elemento, pertencente a um Museu integrado na RPM.

Princípios

MISSÃO

A Rede de Museus do Algarve (RMA) tem por missão articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos, entre os museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da acção museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da sua oferta cultural.

Os signatários aderentes à presente Carta comprometem-se assegurar e cumprir os seguintes Princípios

1-Princípio da liberdade de adesão:

A Rede de Museus do Algarve será formada pela adesão voluntária entre os Museus do Algarve e formalizada através da aceitação e aprovação da Carta de Princípios, pelas suas tutelas.

2--Princípio da cooperação em rede

Promover a emergência de projectos e actividades museológicas e culturais, partilhados em rede, inspiradas nos princípios da cooperação e responsabilidade, com justa partição de meios materiais e recursos humanos, através da possibilidade de celebração de protocolos entre tutelas, museus, associações, grupos culturais afins, administrações locais, regionais e centrais, visando o desenvolvimento cultural do Algarve.

3-Princípio de serviço público e da ética profissional

Contribuir para a afirmação dos Museus enquanto instituições permanentes sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, no respeito pelas normas nacionais (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, n.º 47/2004 de 19 de Agosto) e códigos deontológicos aplicadas aos Museus.

4- Princípio de informação e comunicação

Estabelecer entre os membros da RMA e respectivas tutelas, o acompanhamento e a avaliação da sua actividade, através de uma regular informação e comunicação, de reuniões de trabalho e da utilização dos meios e dos canais mais adequados à sua missão.

5- Princípio da inovação museológica e do desenvolvimento cultural

Promover uma formação e actualização profissional contínua, estimulando o contacto técnico e científico com novas realidades na área da museologia, proporcionando a qualificação e complementaridade de programas e projectos.

ANEXO IV

MUSEUS DA RMA

MUSEUS DA RMA

Museu / Núcleo	Museus da R.M.A	Fundação	Tutela	Colecções
Museu	Museu marítimo Ramalho Ortigão	1889	Ministério da Defesa	Etnografia, Marítimo
Museu	Museu Dr. José Formosinho de Lagos	1932	Câmara Municipal de Lagos	Etnografia, Arqueologia, Ourivesaria, Marítimo, Numismática, Arte Sacra, Arte Antiga, Fotografia, Arte Contemporânea, Ciências, História Natural
Museu	Museu de Portimão	1983	Câmara Municipal de Portimão	Etnografia, Arqueologia, Indústria, Fotografia
Museu	Museu Municipal de Faro	1894	Câmara Municipal de Faro	Arte Contemporânea, Etnografia Arqueologia, Arte Antiga, Fotografia, Arte Sacra
Museu	Museu do Trajo de S. B. Alportel	1986	St.ª Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel	Etnografia
Museu	Museu Municipal de Arqueologia de Silves	1990	Câmara Municipal de Silves	Arqueologia
Núcleos	Rede Museológica de Alcoutim	1994	Câmara Municipal de Alcoutim	Etnografia, Arqueologia, Arte Antiga, Arte Sacra
Museu	Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira	1999	Câmara Municipal de Albufeira	Arqueologia
Museu	Museu Municipal de Loulé	1995	Câmara Municipal de Loulé	Etnografia, Arqueologia, Indústria, Fotografia
Museu	Museu Municipal de Tavira	2001	Câmara Municipal de Tavira	Etnografia, Arqueologia, Arte Contemporânea
Museu	Museu Municipal de Olhão	2001	Câmara Municipal de Olhão	Etnografia, Arqueologia, Indústria, Marítimo, Fotografia
Núcleo/Centro de investigação	Vila Real de Santo António	2005	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António	Indústria, Arqueologia
Museu	Museu do Mar e da Terra da Carrapateira	2008	Câmara Municipal de Aljezur	Etnografia
Núcleo	Museu de Castro Marim	2008	Câmara Municipal de Castro Marim	Arqueologia
CMVB	Centro Interpretativo da Câmara Municipal de Vila do Bispo (*)		Câmara Municipal de Vila do Bispo	—
Arquivo Municipal	Museu Municipal de Lagoa (**)		Câmara Municipal de Lagoa	—

(*) Não tem museu, contudo a CMVB desenvolve trabalhos na área da investigação e salvaguarda do património no Município de Vila do Bispo.

(**) Não tem museu, porém aderiu com a intenção de criar uma estrutura museológica no Município de Lagoa.

ANEXO V

NEWSLETTER RMA, Nº 1



REDE DE MUSEUS DO ALGARVE

A RMA – Rede de Museus do Algarve é uma estrutura informal constituída por museus integrados na Rede Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades museológicas do Estado Português (Museu da Marinha) e privadas (Museu do Traje de São Brás de Alportel). Inclui também projectos museológicos em constituição os quais pretendem acompanhar, participar e cooperar nas actividades da RMA.

A constituição da RMA foi precedida de consultas às diversas Instituições representativas da região (AMAL, CC DR, RTA, UALG, ...) que afirmaram o seu interesse no desenvolvimento de uma rede museológica que promova o património cultural do Algarve e potencie o turismo cultural.

A RMA assenta a sua acção numa "Carta de Princípios" com as seguintes orientações: liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e ética profissional, informação e comunicação, formação, inovação e programação museológica.

Um grupo de coordenação, anualmente eleito e em rotatividade dos museus, dinamizará as reuniões e os projectos comuns.

A entrada de novos museus é livre e implica a aceitação da Carta de Princípios pela tutela e presença de responsável técnico.

A RMA pretende desenvolver projectos de cooperação entre os Museus e promover acções das quais resultem maior eficácia e economia de meios, através da partilha equilibrada e objectivada dos recursos disponíveis.

As prioridades do plano de actividades da RMA para 2008 são, entre outras:

- Acções de formação para pessoal dos Museus (segurança e vigilância, relação com os públicos, conservação e restauro, ...)
- Criação de uma maleta pedagógica para os serviços educativos
- Encontros temáticos e visitas aos museus da rede.
- Newsletter da RMA.

2008 é o primeiro ano de actividade conjunta. Das actividades e resultados obtidos iremos informando todos os profissionais e interessados através desta folha informativa.

A REDE DE MUSEUS DO ALGARVE

Museus da RMA

- 1 - Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão
- 2 - Museu Municipal de Portimão
- 3 - Museu Municipal de Tavira
- 4 - Museu Municipal de Faro
- 5 - Museu do Traje
- 6 - Museu Municipal de Loulé
- 7 - Museu Municipal de Arqueologia Albufeira
- 8 - Museu Municipal Dr. José Formosinho
- 9 - Museu Municipal de Lagoa (em processo de implantação)
- 10 - Museu Municipal de Arqueologia de Silves

Constituição da RMA, 16 de Outubro de 2007, Albufeira

Museus da RMA



Museu Municipal Dr. José Formosinho
R. General Alberto da Silveira
8600-594 Lagos
☎ 282762301
☎ 282762058
✉ museu@cm-lagos.pt



Museu do Trajo
R. Dr. José Dias Sancho, 61
8150-141 São Brás de Alportel
289840100
geral@museu-sbras.com
www.museu-sbras.com



Museu Municipal de Faro
Largo D. Afonso III, n.14
8000 Faro
289897400
289897419
dmm.drp@cm-faro.pt



Museu Municipal de Tavira
Palácio da Galeria, Rua da
Galeria, 8800 Tavira
281320540
281322888
museus@cm-tavira.pt



Museu de Portimão
Rua D. Carlos I
Zona Ribeirinha
8500- Portimão
282 405 230
282405 277
museu@cm-portimao.pt



Museu Municipal de Arqueologia Albufeira
Praça da República, 1
8200 Albufeira
289570712
289515519



Museu Municipal de Loulé
Alcaidaria do castelo
R. D. Paio Peres Correia, 17
8100-564 Loulé
289400611



Museu Municipal de Arqueologia de Silves
Rua da Porta de Loulé, nº 14,
8300- 139 Silves
282444832, 282440838 ou 282
440800
Museu.Municipal@cm-silves.pt
www.cm-silves.pt



Museu de Lagoa (em processo de implementação)
Arquivo Municipal de Lagoa Largo
dos Combatentes da Grande Guerra
8400-338 Lagoa
282 380 435
282 352 670
arquivomunicipal@cm-lagoa.
cm-lagoa.pt



Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão
Av. da Comunidade Lusitana,
edifício da capitania do porto de
Faro, 8000-253 Faro
282762301
geral.museu@marinha.pt

RMA promove a formação

No âmbito do seu programa de formação, a RMA vai realizar as seguintes acções de formação: "Execução de Réplicas e Objectos Arqueológicos" (Loulé), "Mundo da Encadernação" (Loulé), "Prevenção, Condução e Manutenção em Museus, Monumentos e Sítios" (Albufeira). Destinam-se a Técnicos de Museus de todo o Algarve e Alentejo e terão início em Setembro do corrente ano. Para mais informações contactar: 289400957 (Loulé); 289570713 (Albufeira).

Reuniões e debates

Os 10 museus que compõem a RMA têm vindo a encontrar-se com periodicidade bimensal. Desta maneira se promove a troca de informação e se acompanham os projectos em curso. Personalidades de importância regional têm sido convidadas a discutirem com os membros da Rede, a realidade museológica do Algarve. Os grupos internos (informação, produção, articulação e formação) reúnem informalmente conforme as necessidades.



Reunião da RMA, 21 de Janeiro de 2008, Museu Municipal de Faro

PORTIMÃO

Um Novo Museu no Algarve!

A antiga fábrica de conservas "Feu Hermanos", em Portimão, volta ao activo, agora inaugurada como Museu, a 17 de Maio, no âmbito do Dia Internacional dos Museus.

"Portimão -Território e Identidade", é a exposição síntese e de referência, que marca os principais percursos da comunidade local, na sua interacção histórica com a envolvente territorial, social e cultural.



Vista interior do museu de Portimão

Museu do Mar e da Terra da Carrapateira

Da Carrapateira, Aljezur, chegam notícias da abertura de mais um museu. Num espaço construído de raiz bem no coração do lugar, articulam-se áreas de exposição e de actividades educativas inspiradas nos princípios da Museologia Social. O Museu conta ainda com auditório e cafetaria.



Vista interior do museu do Mar e da Terra da Carrapateira

Maleta Pedagógica

Primeiro projecto conjunto concebido pelos membros da RMA na área dos Serviços Educativos, a Maleta Pedagógica propõe uma série de actividades destinadas à faixa etária correspondente ao primeiro ciclo de escolaridade. A cultura etnográfica regional, abordada de várias perspectivas são o mote para um jogo divertido.



Jogo da "glória" um dos jogos existentes na maleta pedagógica

ANEXO VI
LOGÓTIPO RMA



**REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE**

ANEXO VII

DESDOBRÁVEL DA EXPOSIÇÃO
“ALGARVE – DO REINO À REGIÃO”

MUSEU MUNICIPAL DE LOULÉ
Loulé Municipal Museum

«MENDES CABEÇADAS E A PRIMEIRA REPÚBLICA NO ALGARVE»

25 Maio 2010 a 27 Novembro 2010
May 25th to November 27th, 2010

Convento de Santo António de Loulé
Museu Municipal de Loulé,
T. (+351) 289 400 957
dcp@cm-loule.pt
Horário
Terça a Sábado: 10h - 18h
Domingo: 15h - 18h
Time-table
Tuesday to Saturday: 10am - 6pm
Sunday: 3pm - 6pm

MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA
Tavira Municipal Museum

«CIDADE E MUNDOS RURAIS - TAVIRA E AS SOCIEDADES AGRÁRIAS»

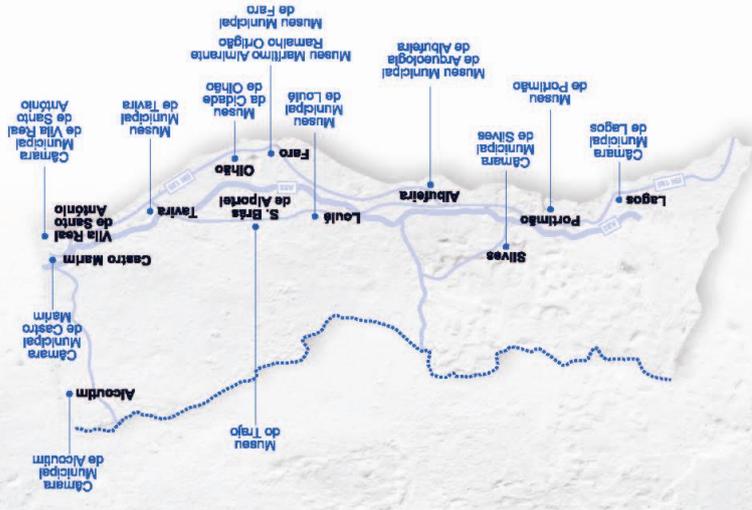
29 Maio 2010 a 18 Junho 2011
May 29th 2010 to June 18th 2011

Museu Municipal de Tavira / Palácio da Galeria
Calçada da Galeria, 8800-306 Tavira
T. (+351) 281 320 540 / 500
mm@cm-tavira.pt | www.cm-tavira.pt
Horário de Inverno:
10h - 12h30 | 14h - 17h30
Horário de Verão
10h - 12h30 | 15h - 18h30
Aberto de Terça a Sábado, encerra aos Domingos, Segundas e Feriados (Sujeito a alteração)
Winter schedule
10am - 12:30pm | 2pm - 5:30pm
Summer schedule
10am - 12:30pm | 3pm - 6:30pm
Open Tuesday through Saturdays, closed on Sundays, Mondays, and holidays (subject to change).

ALGARVE DO REINO À REGIÃO
The Algarve - from Kingdom to Region

"Algarve - Do Reino à Região" é uma iniciativa conjunta e pioneira da Rede de Museus do Algarve, onde pela primeira vez, se abordam os últimos mil anos da história e da cultura algarvia, presentes na herança material e espiritual que, desde o *Gharb al-Andalus* à actualidade, tem vindo a moldar e caracterizar as marcas identitárias deste território. Esperamos por si!

"The Algarve - from Kingdom to Region" is a pioneering joint initiative by the Algarve Museum Network, where the last thousand years of Algarve's history and culture are highlighted for the first time. This is evidenced by the material and spiritual heritage that, from the days of *Gharb al-Andalus* up to the present, has shaped and characterised the distinctiveness of this territory. We look forward to seeing you!



PROGRAMA OPERACIONAL
ALGARVE 21



MUSEUS
DA REGIÃO
Regional Museums

EXPOSIÇÃO
ALGARVE DO REINO À REGIÃO
EXHIBITION



**Muito para ver,
tanto a conhecer**

So much to see, so much to discover

A história do Algarve nos museus da região
The history of the Algarve in its regional museums

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

Alcoutim Town Hall

«ALCOUTIM, TERRA DE FRONTEIRA»

26 Junho 2010 a 18 Maio 2012
Exposição de arte livre que estará patente ao público durante 2 anos, nos seguintes locais do centro histórico da vila de Alcoutim: Praça da República, Av. Duarte Pacheco (marginal do rio Guadiana), Castelo de Alcoutim

Câmara Municipal de Alcoutim
Divisão de Cultura, Turismo e Desporto
Edifício Centro de Artes e Oficinas | R. de Timor, 8970-064 Alcoutim | T. (+351) 281 540 509
dcd.cultura@cm-alcoutim.pt | www.cm-alcoutim.pt
Horário de abertura do Castelo
9h30 - 17h30 (Inverno) | 9h30 - 19h (Verão)

June 26th 2010 to May 18th 2012
Outdoor Exhibition that will be open to the public for 2 years at the following locations, in Alcoutim historic town: Praça da República, Av. Duarte Pacheco (Guadiana riverside), Castelo de Alcoutim
Opening hours of the castle
9:30am - 5:30pm (Winter) | 9:30am - 7pm (Summer)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Castro Marim Town Hall

«CASTRO MARIM, BALUARTE DEFENSIVO DO ALGARVE»

A exposição decorará ao ar livre, no centro histórico da vila de Castro Marim.

Câmara Municipal de Castro Marim
Divisão de Cultura e Desporto
Rua Dr. José Alves Moreira, 10
8950 - 138 Castro Marim
T. (+351) 281 510 740
expediente@cm-castromarim.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Lagos Town Hall

«O REINO DOS ALGARVES DE AQUÉM E PARA ALÉM MAR»

Forte Ponta da Bandeira
Av. dos Descobrimentos
T. (+351) 282 781 410
museu@cm-lagos.pt

Horário
Terça a Domingo:
9h30 às 13h - 14h às 17h30
Time-table: Tuesday to Sunday:
9:30am - 1pm | 2pm - 5:30pm

«ALGARBIÁ CARTOGRAPHICA - LETURAS E RESENHA DA CARTOGRAFIA REGIONAL»

Museu Municipal
Dr. José Formosinho
R. General Alberto da Silveira
T. (+351) 282 782 301
museu@cm-lagos.pt

Horário
Terça a Domingo:
9h30 - 13h | 14h - 17h30
Time-table: Tuesday to Sunday:
9:30am - 1pm | 2pm - 5:30pm

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

Silves Town Hall

«DO GHRAB AO ALGARVE: UMA SOCIEDADE ISLÂMICA NO OCIDENTE»

5 Junho 2010 a 5 Fevereiro 2011
June 5th 2010 to February 5th 2011

Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica de Silves
Largo da República - Silves

Museu Municipal de Arqueologia de Silves
Rua das Portas de Loulé - Silves
T. (+351) 282 440 800 - ext. 312 e 316
arqueologia@cm-silves.pt
museu.municipal@cm-silves.pt

Horário
Segunda a Sábado:
10h - 18h
Time-table
Monday to Saturday:
10am - 6pm

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Vila Real de Santo António Town Hall

«VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O URBANISMO ILUMINISTA»

19 Junho a 20 Novembro 2010

Locais expositivos ao ar livre:
Av. da República (marginal do Rio Guadiana)
Rua da Princesa (pedonal)
Praça Marquês de Pombal
Largo António Aleixo e Lutgarda de Caíres

Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal
8900 VRSA
T. (+351) 281 510 000
geral@cm-vrsa.pt

MUSEU MARÍTIMO ALMIRANTE RAMALHO ORTIGÃO

Maritime Museum

«OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES»

Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão
Praça do Império
1400-206 Lisboa Portugal
T. (+351) 21 362 00 19 / RTPM: 305279
Tm. (+351) 91 215 74 79 / RTPM: 398051
F. (+351) 21 363 18 87

MUSEU DA CIDADE DE OLHÃO

Olhão City Museum

«OS COMPROMISSOS MARÍTIMOS NO ALGARVE»

Edifício do Compromisso Marítimo de Olhão
Praça da Restauração
T. (+351) 289 700 184
museu@cm-olhao.pt

Horário
Terça a Sexta:
10h - 12h30 | 14h - 17h30
Sábados:
10h - 13h
Time-table
Tuesday to Friday:
10am - 12:30pm | 2pm - 5:30pm
Saturday:
10am - 1pm

MUSEU DE PORTIMÃO

Portimão Town Hall

«MANUEL TEIXEIRA GOMES - ENTRE DOIS SÉCULOS E DOIS REGIMES» «PORTIMÃO NOS ALVORES DO SÉC. XX»

Patente até 31 Outubro 2010

«PORTIMÃO - TERRITÓRIO E IDENTIDADE»

Museu de Portimão
Rua D. Carlos I, Zona Ribeirinha - Portimão
T. (+351) 282 405 230
museu@cm-portimao.pt
res.museu@cm-portimao.pt

Horário: 1 Setembro a 14 Julho:
Terça: 14h30 - 18h
Quarta a Domingo: 10h - 18h
15 Julho a 31 Agosto: Terça: 19h30 - 23h
Quarta a Domingo: 15h - 23h
Until October 31st
Time-table: September 1st to July 14th:
Tuesday: 2:30pm - 6pm
Wednesday to Sunday: 10am - 6pm
July 15 to August 31:
Tuesday: 7:30pm - 11pm
Wednesday to Sundays: 3pm - 11pm

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ALBUFEIRA

Albufeira Municipal Archaeological Museum

«OUTRAS VIAGENS, OUTROS OLHARES»

Museu de Arqueologia de Albufeira
Praça da República, n.º 1
8200 Albufeira
T. (+351) 289 570 712
F. (+351) 289 515 519
museu.municipal@cm-albufeira.pt

Horário
Setembro a Junho
Terça a Domingo: 10h30 - 16h30
Encerra à Segunda
Julho e Agosto
Terça a Domingo: 18h - 24h
Encerra à Segunda
Time-table
September to June
Tuesday to Sunday:
10:30 am to 4:30 pm
Closed on Monday
July and August
Tuesday to Sunday: 6pm - 12am
Closed on Monday

MUSEU MUNICIPAL DE FARO

Faro Municipal Museum

«ALGARVE VISIONÁRIO, EXCÊNTRICO E UTÓPICO»

Curador: Nuno Faria

Museu Municipal de Faro
Largo D. Afonso III, 14
8000-187 Faro
T. (+351) 289 897 400/1
dmar.dc@cm-faro.pt

Galeria Municipal TREM
Rua do Trem, 5
T. (+351) 289 804 197
Horário: Junho a Setembro
Terça a Sexta: 10h - 19h
Sábado e Domingo: 11h30 - 18h00
Outubro a Maio
Terça a Sexta: 10h - 18h
Sábado e Domingo: 10h30 - 17h

Museu Regional do Algarve
Praça da Liberdade, 2 - 8000 Faro
T. (+351) 289 878 236
Horário
Segunda a Sexta: 10h - 13h30 | 14h30 - 18h

Curador: Nuno Faria

Museu Municipal de Faro
Galeria Municipal TREM

Time-table
June to September
Tuesday to Friday:
10am - 7pm
Saturday and Sunday:
11:30am - 6pm
October to May
Tuesday to Friday:
10am - 6pm
Saturday and Sunday:
10:30am - 5pm

Museu Regional do Algarve
Time-table
Monday to Friday:
10am - 1:30pm | 2:30pm - 6pm

MUSEU DO TRAJO

Costume Museum

«SOMBRA E LUZ O SÉCULO XIX NO ALGARVE»

Museu do Trajo
São Brás de Aoportal
Rua Dr. José Dias Sancho, 61
8150-141 São Brás de Aoportal
T. (+351) 289 840 100
geral@museu-sbras.com

Horário
Segunda a Sexta:
10h - 12h | 14h - 17h
Sábados, Domingos e Feriados:
14h - 17h
Time-table
Monday to Friday:
10am - 12pm | 2pm - 5pm
Saturdays, Sundays and Holidays:
2pm - 5pm

ANEXO VIII

TEMAS DA INICATIVA “OS PIONEIROS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO”

TEMAS DA INICIATIVA – OS PIONEIROS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

“Os Pioneiros do Conhecimento Científico”	Museus
Júlio Dantas	Museu Municipal José Formosinho de Lagos
Francisco Ataíde de Oliveira	Museu Municipal de Arqueologia de Silves
Usos do popular. Os estudos dos primeiros etnógrafos nos discursos de identidade do Algarve ao longo do séc. XX Comandante Baldaque da Silva	Câmara Municipal de V.R.S. António Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão
“6 Olhares sobre o Património de Portimão” [Estácio da Veiga, José Formosinho, Santos Rocha, Pereira Jardim, Pe. Nunes da Glória, José Leite de Vasconcelos] Manuel Francisco Estanco Louro no Núcleo Museológico de Alportel	Museu de Portimão Museu do Trajo de S.B. de Alportel
Carlos Porfírio: Exposição no Museu Regional do Algarve; Carlos Porfírio: 1º conservador e fundador do museu; Exposição no Museu Municipal de Faro; Carlos Porfírio: pintor, cineasta e pioneiro do futurismo José António Madeira e os seus estudos de Astronomia – casos aplicados ao Algarve	Museu Municipal de Faro Museu Municipal de Arqueologia de Loulé
Sande Vasconcelos e Estácio da Veiga Manuel Madeira Clemente Indústria Conserveira	Museu Municipal de Tavira Câmara Municipal de Vila do Bispo Museu Municipal de Olhão

ANEXO IX

QUESTIONÁRIO

**ANÁLISE DO “MODELO” DE FUNCIONAMENTO DA RMA
E A AVALIAÇÃO DOS SEUS RESULTADOS NO PANORAMA
MUSEOLÓGICO ALGARVIO**

QUESTIONÁRIO

Análise do “modelo” de funcionamento da RMA e a avaliação dos seus resultados no panorama museológico algarvio

Dados de Identificação		
Denominação		
Endereço		
Localidade	Código Postal	
Tutela		
Director		
Website		
Correio Electrónico	Telefone	

1 - Caracterização do “Modelo” da Rede de Museus do Algarve (RMA)

1.1 - Formação da Rede de Museus do Algarve

P1 – Na sua opinião quais foram as razões que justificaram a constituição desta rede?

P2 – O Museu fez parte do grupo fundador? (marque um x a opção correspondente)

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se sim quais os esforços desenvolvidos para a sua construção?

Se não em que data aderiu à rede?

1.2- Adesão à rede de Museus do Algarve

P3 – Quais as razões que levaram o Museu a aderir à RMA? (assinale com um x as opções correspondentes)

Rentabilizar recursos	<input type="checkbox"/>	Aumentar o nº de visitantes	<input type="checkbox"/>
Cooperar e apoiar os museus mais carenciados	<input type="checkbox"/>	Qualificar o Museu	<input type="checkbox"/>
Obter apoios financeiros	<input type="checkbox"/>	Promover as boas práticas museológicas	<input type="checkbox"/>
Qualificar os recursos humanos	<input type="checkbox"/>	Uniformizar práticas museológicas	<input type="checkbox"/>
Desenvolver competências nas áreas mais carenciadas	<input type="checkbox"/>	Partilhar experiência com os profissionais dos museus	<input type="checkbox"/>
Programar as actividades museológicas em articulação com os outros museus da região	<input type="checkbox"/>	Motivar e valorizar parcerias entre os museus e agentes culturais	<input type="checkbox"/>
Outras / Quais			

P4 – Para além da aceitação da carta de Princípios e da Missão da RMA existem outros parâmetros ou quesitos a serem avaliados no processo de adesão à RMA?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se sim, quais?

1.3 – Organização e estruturação da RMA

P5 – Quanto à organização como caracteriza esta rede? (assinale com um x as opções correspondentes)

Rede formal	Rede horizontal	Rede informal	Rede temática
Rede centralizada	Rede regional	Rede distribuída	Rede inter-municipal
Rede geográfica	Rede vertical	Rede tecnológica	Rede Social

1.4 – Grupo Coordenador

P6 – A RMA tem um grupo coordenador composto por cinco Museus em sistema de rotatividade anual. Já alguma vez fez parte desse grupo coordenador? (assinale com um x a resposta correspondente)

Sim	Não
-----	-----

Se sim indique quantas vezes _____

P7 – Quais as funções do grupo coordenador (numere por ordem crescente de importância as oito opções)

Promover actividades	Tomar decisões
Elaborar propostas	Liderar projectos
Motivar os museus da rede	Preparar e organizar as reuniões e debates
Avaliar a participação dos Museus da rede	Organizar o plano anual de actividades

Outras, quais?

1.5 – Eixos de actuação

P8 – A RMA tem três eixos de actuação (indique com um x os eixos em que o Museu tem participado)

Parcerias	
Formação	
Informação	

1.6 -Reuniões bimensais da Rede

P9 – O Museu participa nas reuniões bimensais da rede?

Sempre	Regularmente	Sem Opinião	Raramente	Nunca
--------	--------------	-------------	-----------	-------

P10- No caso de frequentar as reuniões, o Museu tem uma participação activa nos assuntos discutidos?

Sempre	Regularmente	Sem Opinião	Raramente	Nunca
--------	--------------	-------------	-----------	-------

2 - Análise do “Modelo” da Rede de Museus do Algarve

2.1 – Princípios da Rede

P11-A RMA assenta nos seguintes princípios (numere por ordem crescente de importância os seis princípios)

Princípio de Liberdade de Adesão	
Princípio de Cooperação em rede	
Princípio de Serviço Público e Ética Profissional	
Princípio de Informação e Comunicação	
Princípio de Programação Museológica	
Princípio de Formação e Inovação	

P12 – Gostaria de fazer alguma sugestão para melhorar esta carta de princípios, alterando ou acrescentando algum princípio.

2.2 – A Missão da Rede

“...articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos, entre os museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da acção museológica e patrimoniais da região, reforçando as opções da sua oferta cultura”

P13 – Concorda com a missão da RMA? (indique com um x a opção que considera correcta)

Concordo	<input type="checkbox"/>	Concordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Sem Opinião	<input type="checkbox"/>	Discordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Discordo	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	----------	--------------------------

Justifique a resposta

2.3 - Organização e estruturação da RMA

P14 – Concorda com o tipo de organização e estruturação da RMA? (indique com um x a opção que considera correcta)

Concordo	<input type="checkbox"/>	Concordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Sem Opinião	<input type="checkbox"/>	Discordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Discordo	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	----------	--------------------------

Se respondeu concordo parcialmente ou discordo, indique as alterações ou o modelo organizacional que lhe pareça mais vantajoso _____

2.4 – Grupo Coordenador

P15 – Concorda com o sistema implantado de rotatividade do grupo coordenador?

Concordo	<input type="checkbox"/>	Concordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Sem Opinião	<input type="checkbox"/>	Discordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Discordo	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	----------	--------------------------

Se respondeu concordo parcialmente ou discordo, especifique o porquê e sugira as alterações que lhe pareçam vantajosas _____

2.5 – Reuniões bimensais da rede

P16 – Concorda com a frequência das reuniões da RMA (indique com um x a opção que considera correcta)

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se **não** indique com que intervalo de tempo devem ser realizadas _____

P17 – Concorda com a forma como são dinamizadas as reuniões, nomeadamente como são abordados e discutidos os assuntos (indique com um x a opção que considera correcta)

Concordo	<input type="checkbox"/>	Concordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Sem Opinião	<input type="checkbox"/>	Discordo Parcialmente	<input type="checkbox"/>	Discordo	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	----------	--------------------------

Se respondeu concordo parcialmente ou discordo sugira as alterações que considerar pertinentes _____

P18 – As reuniões são realizadas de forma rotativa nos diferentes municípios onde estão inseridos os museus da rede. Já foi realizada alguma reunião no município onde se insere o seu museu (indique com um x a opção que considera correcta)

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se **sim** quantas vezes _____

2.6 - Eixos de actuação

P19-Concorda com os eixos de actuação da RMA?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se não diga porquê

P20- Gostaria de ver outros eixos de actuação impulsionados pela RMA?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se sim diga quais

3- Avaliação dos trabalhos da RMA

3.1- Trabalho em rede

P21 – Considera que existe entre os parceiros um entendimento da noção de trabalho em rede, como estratégia de valorização e qualificação dos museus?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Justifique a resposta

3.2 -Avaliação dos objectivos e da missão

P22 – Considera, de uma forma geral, que este modelo de organização tem cumprido a sua missão e alcançados os seus objectivos?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Justifique a resposta

P23 – Como avalia o trabalho desenvolvido pela RMA (indique com um x as opção correspondentes)

Avaliação no trabalho da RMA	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Desenvolver a qualidade das instituições					
Descentralizar a politica cultural					
Criar uma rede de informação a nível regional					
Proporcionar uma igualdade de oportunidade entre os museus					
Partilhar responsabilidade e recursos					
Fomentar oportunidade de partilha e cooperação					
Estimular a formação dos profissionais					
Programar as actividades museológicas em conjunto					
Aconselhamento das politicas museológicas do Algarve					
Contribuir para aumentar o nº de visitantes nos museus					
Reforçar o desenvolvimento da acção museológica e patrimonial da região					
Permitir diversificar as opções culturais da região					

3.3 – Avaliação dos eixos de acção

P24 – Diga como avalia de uma forma geral os eixos de acção da RMA (indique com um x a opção correspondente)

Eixos de acção	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Formação					
Parcerias					
Informação					

P25 – No que respeita a cada eixo considera que a RMA tem (indique com um x a opção correspondente)

Na área da formação	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Contribuído para a qualificação de pessoal					
Recomendado e divulgado as boas práticas museológicas					
Valorizado a especialização do pessoal técnico nas diferentes áreas					
Promovido acções de formação					

Na área das parcerias	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Projectos de Parceria na área da conservação e restauro das colecções					
Projecto de parceria na área das exposições					
Projecto de parceria na área das investigações/Edições					
Projecto de parceria na área da educação					
Partilha e cooperação na área do Inventário					

Na área da informação	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Difusão da RMA e actividades dos seus museus					

3.4- Impacto da acção da RMA no Museu

P26 – Que impacto teve esta rede no museu relativamente aos seguintes aspectos (indique com um x a opção correspondente)

Impacto das acções da RMA no Museu	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito
Funcionamento do museu					
Divulgação do museu					
Qualificação dos serviços do museu e do seu pessoal					
Relação com o público					

P27 – O museu faz parte de outras Redes Museológicas?

Redes Municipais		Redes Nacionais	
Redes Inter-regionais		Redes Internacionais	
Outras / Quais? _____			

P28 – Pondere se esta rede, futuramente, poderá articular a diversidade de interesses com outras redes museológicas regionais?

P29 – Pensa que esta rede regional deve estar em articulação com a Rede Portuguesa de Museus?

Sim Não

Se **sim** sugira a melhor forma de estabelecer essa articulação.

P30 – Na sua opinião considera que esta estrutura poderá contribuir para o desenvolvimento patrimonial e museológico da região algarvia?

3.5 – Balanço dos trabalhos

P31 – O balanço geral dos trabalhos em rede é (indique com um x a opção correspondente)

Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Sem Opinião	Insatisfeito	Totalmente Insatisfeito

P32– Esta rede é nova e encontra-se em construção, quais são, na sua opinião, as perspectivas futuras?

ANEXO X

ENTREVISTAS REALIZADAS A REPRESENTANTES DE ENTIDADES REGIONAIS DO ALGARVE E RPM

ENTREVISTA REALIZADAS A REPRESENTANTES DE ENTIDADES REGIONAIS DO ALGARVE (DRC, ERTA, CCDR, AMAL, UAIG) e RPM.

Legitimação da entrevista e motivação	Legitimar a entrevista Motivar o entrevistado	Explicitar os objectivos da entrevista. Estabelecer clima de empatia.
A Rede de Museus do Algarve (RMA)	Recolher informação sobre as mudanças introduzidas pela RMA na região a nível cultural e particularmente a nível museológico, nomeadamente os aspectos positivos e os negativos.	1 - Na sua opinião esta rede de museus que mudanças introduziram ou não introduziu na região? Quais são as suas vantagens ou desvantagens?
Trabalhos desenvolvidos pela RMA	Conhecer a opinião dos entrevistados relativamente aos trabalhos desenvolvidos pela RMA.	2 - Conhece alguns dos trabalhos desenvolvidos pela RMA? Esta iniciativa composta por 13 museus numa bandeira cronológica que percorre vários séculos da história (desde o período Islâmico até á actualidade) que tanto tem de diversidade como de unidade promovendo a construção de uma identidade regional. 3- Visitou algumas das exposições? 3.1- Quais? 3.2- Na sua opinião os núcleos explorados pelos 13 museus formaram um todo retratando a região ou apenas fragmentos da história e da memória identitária da região? 3.3 - Esta exposição conjunta foi uma mais valia para dinamizar culturalmente a região? Quais os contributos?
RMA – um parceiro para o desenvolvimento cultural da região	O balanço que fazem da rede relativamente aos trabalhos já desenvolvidos; contributos para a qualificação da oferta museológica da região e quais as perspectivas futuras relativamente a esta estrutura organizativa.	4 - Como avalia o trabalho desenvolvido pela RMA nos três anos e meio de existência? Ponto forte e pontos fracos? 5- Considera a Rede de Museus do Algarve um parceiro para o desenvolvimento de iniciativas de âmbito regional? 6- Pensa que a Rede de Museus do Algarve contribui (ou pode vir a contribuir) para melhorar e qualificar a oferta museológica da região? 7- Esta rede é nova e encontra-se em construção, quais são, na sua opinião, as perspectivas futuras para esta estrutura? Sugestões.
Recolha de elementos de carácter complementar	Recolher informação adicional que o entrevistado considere pertinente.	Gostaria de acrescentar outras informações?

ANEXO XI

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A
REPRESENTANTES DA CCCR, DRC, UALG, AMAL, ERTA E RPM**

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS À CCDD, DRC, UALG, AMAL, ERTA E RPM.

Indicadores	E-CCDR	E-DRC	E-Ualg	E-AMAL	E-ERTA	E-RPM	FI(*)	Fs(**)	F sc(***)	Fc(****)	Sub-categorias	Categorias
A RMA colmatou a necessidade de no Algarve existir uma rede de museus organizada, com dimensão para promover um conjunto de actividades complementares e interessantes para a região.	2		1		1		4	3	61	62	Vantagens que a RMA introduziu na região	A Rede de Museus do Algarve (RMA)
A RMA é a primeira rede regional de museus no País.	1		1			1	3	3				
A RMA é um modelo de referência para os outros museus do país.						1	1	1				
A RMA é um projecto à escala regional que supera os particularismos concelhios existentes no Algarve.			2				2	1				
Os trabalhos que têm sido realizados pela RMA marcaram um salto qualitativo na cultura da região.	1	1	2	1	1	1	7	6				
Esta rede é um novo patamar, só à escala regional se pode obter ganhos significativos.	1		1				2	2				
A RMA é um exemplo para outras redes culturais no Algarve e ter tido seguidores, a Rede de Arquivos do Algarve.			2				2	1				
Tratou-se de montar no terreno uma forma de cooperação entre instituições da região.	1	1		1	2	2	7	5				
A RMA contribuiu para o autoconhecimento das instituições e para um conhecimento mais profundo entre o que cada um faz e o que podem fazer conjuntamente em proveito da região.	1				1	1	3	3				
Esta rede trata-se de um tipo de organização dinâmica de afirmação identitária da região.	1		1			1	3	3				
A rede deu a conhecer 1000 anos de Historia do Algarve através da exposição “Algarve - Do Reino à Região”.				1	1		2	2				
Esta rede forma equipas nas áreas da valorização, salvaguarda e protecção do património móvel e imóvel da região.				1			1	1				
A RMA tem um papel importante em termos culturais, a realização das suas iniciativas é uma oferta de qualidade para o turismo do Algarve.	1	1	1		2	1	6	5				
A rede incentiva ao trabalho colectivo com objectivos concretos e rigorosamente definidos pelas entidades e técnicos dos museus do Algarve.	1	1	1	1	1	1	6	6				
Potenciais iniciativas em comum (plano de formação, exposições e requalificação).		1				1	2	2				
A RMA veio de alguma forma colmatar as necessidades na área da museologia e da programação cultural a nível regional.	1		1		1	1	4	4				
A RMA reforça a troca de experiencias e reuniu sinergias entre os diversos parceiros culturais da região.	1	1	1	1	1	1	6	6				
Certa desmobilização de alguns museus relativamente às exigências de qualificação e credenciação da RPM (desde a criação da RMA em 2007 não houve mais pedidos de credenciação no Algarve).		1						1		Desvantagens que a RMA introduziu na região		

Conheço e tenho acompanhado todos os trabalhos da RMA.		1				1	2	2	10	Actividades desenvolvidos pela RMA
Os trabalhos desenvolvidos pela RMA constituem uma experiência única a nível nacional.		1				1	2	2		
Conheço a iniciativa “Algarve – Do Reino à Região”.	1	1	1	1	1	1	6	6		
Conheço algumas exposições da iniciativa “ Algarve - Do Reino à Região”	1			1	1		3	3	7	Visitas à exposição do Algarve- Do Reino à Região
Conheço quase todas as exposições da iniciativa “ Algarve – Do Reino à Região”.		1	1			1	3	3		
Fizemos uma visita técnica a todas as exposições da iniciativa “ Algarve - Do Reino à Região” com uma equipa multidisciplinar para fazer um trabalho de observação crítica.						1	1	1		
Ideia de um retrato “fragmentado” do Algarve na sua trajectória do Reino à Região.		1					1	1	9	Exposição: retrato da região ou fragmentos da sua história
A exposição é como um puzzle que se constitui com várias peças, sendo cada mostra uma peça.					1		1	1		
A exposição permitiu uma panorâmica da região ao longo dos anos.					1		1	1		
A exposição conseguiu retratar a região como um todo representando a história desde o islâmico até à actualidade.				1			1	1		
Penso que os diferentes núcleos não formaram um todo retratando completamente a região, esse objectivos não foi conseguido.						1	1	1		
As exposições não fragmentaram a história da região, elas cobriram o Algarve não no sentido cronológico mas no sentido temático. Fui comissário científico de três das exposições (V.R.de Santo António, Alcoutim e C. Marim).				1			1	1		
A exposição “Algarve - Do Reino à Região” abordou somente alguns dos muitos diversificados aspectos da história e da memória identitária regional.	1	1				1	3	3	20	Contributos da Exposição “Algarve -Do Reino à Região”
Esta exposição produziu mais conhecimento de forma alargada e concertada.		1					1	1		
Esta exposição foi um experiencia piloto, valia a pena desenvolver este tipo de iniciativa noutras regiões do país.						1	1	1		
Esta exposição foi uma mais-valia para a dinamização cultural da região.	1	1	1	1	1	1	6	6		
A exposição foi bem conseguida, nesta iniciativa foi possível reconhecer o trabalho conjunto dos museus da RMA.	1	1	1	1	1	1	6	6		

Trabalhos desenvolvidos pela RMA

As exposições embora com diferenças entre elas têm um bom nível e honram os museus e a rede.			1				1	1	5	Contributos da Exposição: “Algarve-Do Reino à Região”
Uma das iniciativas mais importantes realizadas neste século no Algarve.			1				1	1		
O importante da exposição foi toda a engenharia que se criou de cooperação, de entendimento e de leitura.						1	1	1		
Esta exposição tem tanto de diversidade como de unidade, promovendo a construção de uma identidade regional.				1			1	1		
A exposição levou a que os visitantes percorressem o Algarve através dos seus museus oferecendo um interessante programa cultural.				1			1	1		
Com esta exposição ganhou-se experiência de cooperação e vontade de ter uma leitura coerente do território a partir dos vários contributos.						1	1	1		
Não podemos esperar resultados brutais logo a princípio. Existiram algumas fragilidades que irão ser superadas nas próximas iniciativas.	1						1	1		
Falhou um painel que explicasse todas as exposições, nem sempre estava perceptível que cada exposição fazia parte de um todo. As exposições embora tivessem um valor intrínseco ganhavam outra dimensão como parte de um todo e se tivesse sido sentida essa articulação.			4				4	1		
Esta iniciativa teve a sua maior debilidade na menor capacidade de envolver as entidades responsáveis pela promoção turística regional e agentes de informação de âmbito nacional.	1	1					2	2		
Existem diferenças significativas a nível das diferentes exposições, esta rede não pode nem deve excluir os seus elementos com menos recursos e por isso tem o dever de colaborar e puxar por aqueles que têm mais dificuldade.	1						1	1		
Os objectivos da RMA têm sido realizados e não têm sido desmedidos	1	1	1	1	1	1	6	6		
O facto de a exposição ter um tema forte e ter tido bons resultados.	2		2				4	2		
Os museus da rede têm sido um veículo importante de educação patrimonial.				1			1	1		
O trabalho em rede tem permitido reunir esforços, recursos e conhecimentos nas diferentes áreas da museologia.	1	1	1	1	1	1	6	6		
As pessoas perceberam o seu contributo e demonstraram uma disponibilidade total para expor as virtudes e fraquezas, estão absolutamente disponíveis para discutir os seus problemas.						1	1	1		
Esta rede criou uma plataforma comum de informação, discussão, formação e inovação.		1	1			1	3	3		
A RMA projecta a imagem do Algarve no plano cultural.	1	1	1	1	1	1	6	6		
Trabalhos desenvolvidos pela RMA										
Balanço dos trabalhos da RMA: pontos Fortes										
Aspectos negativos sentidos na exposição: “Algarve Do Reino à Região”										

Incentiva o trabalho colectivo em equipa.	1	1	1	1	1	1	6	6	71	Balanco dos trabalhos da RMA: pontos Fortes	Trabalhos desenvolvidos pela RMA
Faltam escalões intermédios entre os municípios e o poder central e a RMA está a trabalhar nesse sentido.	1						1	1			
Esta rede tem uma vontade genuína de crescer, destacando-se das demais que estão em processo de formação porque nasceu da vontade dos próprios museus que a integram.						1	1	1			
A RMA é um exemplo que poderá ser aplicada a outras regiões e noutras áreas culturais.	1	1	1		1	1	5	5			
A RMA contribui para melhorar e qualificar a “Praxis” dos museus do Algarve – e os resultados oferecidos aos diversos públicos que os usam.	1	1	1	1	1	1	6	6			
A RMA constitui-se como uma plataforma de comunicação entre os museus aderentes e as entidades com intervenção de âmbito regional.		1	1			1	3	3			
As parcerias e projectos em rede têm sido fundamentais para rentabilização de recursos e para a realização de projectos à escala regional.	1		1	1		1	4	4			
A partilha de boas práticas, experiencias e ideias qualifica os museus, os públicos e a região do Algarve.				1			1	1			
A RMA constitui-se enquanto parceiro para o desenvolvimento de iniciativas culturais de âmbito cultural.	1	1	1	1	1	1	6	6			
O trabalho desenvolvido pela RMA durante estes três anos e onze meses foi bom.	1	1	1	1	1	1	6	6			
A determinação e o compromisso do 1º grupo de trabalho na construção da rede.						1	1	1			
O investimento que as pessoas têm feito a nível da investigação e dos conhecimentos.						1	2	2			
A rede tem-se mantido activa, aqui as coisas acontecem de forma entusiástica.						1	1	1			
Esta rede é o caminho para uma mudança de paradigma, uma mudança cultural, uma mudança de mentalidades.						1	1	1			
O excessivo informalismo leva a que a RMA não possa assumir-se como entidade nomeadamente para efeitos contabilísticos.		1					1	1	7	Balanco dos trabalhos da RMA: pontos Fracos	
O excessivo protagonismo de alguns técnicos, sobretudo ligados aos museus com maior capacidade operacional e financeira.		1					1	1			
Debilidades na coordenação de algumas iniciativas conjuntas.		1					1	1			
Incipiente articulação com as entidades de gestão territorial (CCDR) e de promoção do turismo e da imagem regional no exterior (ERTA).		1					1	1			
Incipiente uso da internet, pouco dinamismo do sítio da internet já existente que necessita de uma requalificação como meio privilegiado de partilha e difusão das actividades da RMA.		1					1	1			
A rede precisa de se afirmar, está pouco institucionalizada, tem de ser mais orgânica de modo a tirar partido das suas iniciativas.			1			1	2	2			

Esta rede representa o partilhar, o sair e procurar recursos e saberes fora do seu museu contribuindo para melhorar o panorama museológico a nível regional.						2	2	2	11	Qualificação da oferta museológica da região	Perspectivas futuras da RMA para a Região	RMA – um parceiro para o desenvolvimento cultural da região
Cada parceiro da região tem contribuído com a experiência acumulada nas diversas áreas da museologia.		1		1		1	3	3				
A RMA contribuiu para qualificar a oferta museológica da região.	1	1	1	1	1	1	6	6				
È necessário valorizar os museus e esta rede, como um espaço de debate e de conhecimento.			1				1	1	46	57		
Os municípios e as restantes tuteladas dos museus têm que apostar e valorizar os museus, os recursos humanos e a rede de museu.			1				1	1				
Não podemos alimentar a proliferação de museus, no momento já temos em quase todo o lado infra-estruturas suficientes por isso compete á rede contribuir para a sua qualificação.	3						3	1				
A rede tem que manter uma actividade regular com temas fortes e comuns a todos, pelo menos uma iniciativa por ano.	3						3	1				
A rede tem um papel importante para a região, a cultura não se desenvolve à escala de um concelho mas de uma região.			1				1	1				
A cultura é um complemento de atracção e de fixação do turismo e a rede tem um papel importante necessário para que seja exista uma cultura de qualidade.	1		1		1	1	4	4				
Espera-se que a rede se afirme e se institucionalize continuando a realizar iniciativas de elevada qualidade.			2			1	3	2				
Espera-se que a rede contínuo com o trabalho que tem vindo a fazer e que tenha o apoio crescente da parte das respectivas tuteladas dos museus e organizações culturais do Algarve.			1				1	1				
È importante avaliar de forma contínua o trabalho da rede e o seu impacto na região.						1	1	1				
È importante que os museus dentro da região continuem a interagir ganhando força e experiencia.						1	1	1				
O casulo museus tem que abrir as portas e permitir que os museus cresçam em conjunto.						1	1	1				
Espera-se que a RMA integre o que são hoje as dinâmicas dos centros regionais.						1	1	1				
O objectivo é estender ao território forma dinâmicas de organização dos museus, redes ou outro tipo de modelo organizacional.						1	1	1				
Espera-se que a RMA solidifique as bases e depois cresça de acordo com aquilo que é a sua identidade e características.						1	1	1				
Ainda há muito para fazer a RMA é um grande laboratório social e de parcerias a todos os níveis.						1	1	1				
Espera-se que a rede contínuo ligada a projectos de investigação.						1	1	1				
È preciso expor-se á mudança e á critica, este é um principio de trabalho que não deve perder de vista.						1	1	1				
Espera-se que continuem a partilhar experiencias, consolidando e reforçando as estratégias em rede, contribuindo no futuro para qualificar e aumentar a oferta cultural museológica da região.	1	1	1	1	1	1	6	6				

Espera-se que futuramente exista mais rede no sentido de aprofundamento da partilha de informação, discussão, formação e inovação.		1				1	2	2			Perspectivas futuras da RMA para a Região RMA – um parceiro para o desenvolvimento cultural da região
Espera-se que se consiga programar em conjunto com uma visão regional e não com uma visão individualista e local.	1	1	1	1	2	1	7	6			
A CCDR tem preocupações que são mais amplas que o desenvolvimento do sector produtivo e as infra-estruturais públicas tradicionais, e preocupa-se com aspectos culturais de outras dimensões como é o caso da RMA, já apoiou esta rede na divulgação das exposições e pretende continuar a apoiar as suas iniciativas.	1						1	1			
O Centro de Estudos de Património e História do Algarve, organismo desta universidade já colaborou escrevendo e publicando artigos sobre as diversas exposições do Algarve - Do Reino à Região.			1				1	1			
É importante que a universidade estabeleça protocolos de colaboração com a rede de museus, é preciso que exista uma ligação mais estreita ente a universidade e as demais instituições culturais, porque a universidade deve ser entendida como um parceiro cultural do Algarve.			1				1	1			
A ERTA está disposta a trabalhar com a RMA, sendo uma das suas áreas a animação da região, considera que existem áreas que se tocam, sendo possível trabalhar em conjunto.					1		1	1			
A RPM espera continuar a trabalhar e a articular-se com esta rede regional, reconhecendo-lhe publicamente o seu valor e como um bom exemplo de uma rede de museus regional a nível nacional.						1	1	1			

(*) frequência do indicador

(**) frequência por sujeitos

(***) frequência da subcategoria

(****) frequência da categoria

